

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**A luta pela terra na Baixada Fluminense na década de 1980:
um estudo de caso sobre o Mutirão Campo Alegre.**

Lígia Maria de Oliveira Nonato

2020



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A LUTA PELA TERRA NA BAIXADA FLUMINENSE NA DÉCADA
DE 1980: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O MUTIRÃO CAMPO
ALEGRE**

LÍGIA MARIA DE OLIVEIRA NONATO

Sob a orientação da Professora
Leonilde Servolo de Medeiros

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/ Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada

Com os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

Nonato, Lígia Maria de Oliveira, 1993 –
N812a A luta pela terra na Baixada Fluminense na década de
1980: um estudo de caso sobre o Mutirão Campo Alegre/
Lígia Maria de Oliveira Nonato. – 2020. 116f.

Orientador: Leonilde Servolo de Medeiros. Dissertação
(mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2020.

1. Reforma Agrária. 2. Campo Alegre. 3. Baixada Fluminense – Brasil – Teses. I. Medeiros, Leonilde Servolo de. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. IV. Título

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001
This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

LÍGIA MARIA DE OLIVEIRA NONATO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/03/2020

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese/ dissertação.

Professora Dra. Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Professora Dra. Débora Franco Lerrer (CPDA/UFRRJ)

Professor Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (UERJ)

Agradecimentos

Às companheiras da Comissão Pastoral da Terra que atuam na Baixada Fluminense, em especial Sônia Martins, que me acolheu neste processo de inserção nos espaços de luta pela terra na região e se tornou uma grande inspiração na luta. Aos moradores do Mutirão Campo Alegre com os quais convivi nos últimos três anos, agradeço pela construção conjunta que foi a escrita dessa dissertação.

Agradeço à minha família pelo incentivo e apoio na difícil tarefa que o curso de Mestrado mostrou ser. À minha mãe, Rosália, e ao meu padrasto, Antonio, agradeço por sempre acreditarem que posso ir mais longe mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei das minhas capacidades e principalmente pela preocupação e zelo com a minha saúde física e mental ao longo dos últimos anos. À minha irmã, Maria

Eduarda, por todo afeto que me doa e me motiva a seguir em frente.

À minha orientadora, agradeço pela compreensão em relação às dificuldades que enfrentei na escrita da dissertação, pela colaboração, apontamentos e questionamentos que me levaram à construção deste trabalho.

Agradeço aos professores e colegas do CPDA pelos momentos de aprendizados e grandes reflexões, e ao CNPq pelo financiamento da pesquisa que resultou nesta dissertação.

Resumo

NONATO, Lígia Maria de Oliveira. A luta pela terra na Baixada Fluminense na década de 1980: um estudo de caso sobre o Mutirão Campo Alegre. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A dissertação objetiva analisar o surgimento e reincidência de ocupações de terra na região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980. Tomando o caso do Mutirão Campo Alegre, situado parte no município de Nova Iguaçu e parte em Queimados, a pesquisa busca ressaltar a importância histórica dessa ocupação, a partir da memória individual e coletiva construída durante os primeiros anos, assim como os processos de resistência cotidiana que possibilitaram a permanência de parte dos ocupantes na terra até os dias atuais. Ao estabelecer esta discussão, a dissertação procura evidenciar as recorrentes violações de direitos sofridas pelos demandantes de terra, exercidas sob as mais diversas formas, bem como as suas tentativas de resistência, sua mobilização e organização, contemplando, desta forma, os agentes sociais envolvidos e suas formas de luta.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Campo Alegre, Baixada Fluminense.

Abstract

NONATO, Lígia Maria de Oliveira. The struggle for land in the Baixada Fluminense in the 1980s: a case study on the Mutirão Campo Alegre. 2018. Dissertation (Master in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro.

The purpose of the dissertation is the emergence and recurrence of land occupation in the “Baixada Fluminense” region, in Rio de Janeiro state, between the end of the 1970s and beginning of the 90s. Taking the case of “Mutirão Campo Alegre”, the research seeks to highlight the historical importance of this occupation, starting from the individual collective memory built during the first years, as well as the daily resistance processes that made it possible for the occupants to remain until now. Establishing this discussion, the dissertation seeks to highlight the recurring violations of dues suffered by claimants of land, exercised in the most diverse form, as well as their attempts at resistance. Their mobilization and organization thus, contemplating the social agents involved and their forms of fight.

Keyword: Land Reform, Campo Alegre, Baixada Fluminense.

Lista de ilustrações

| | |
|---|----|
| Mapa 1: Emancipações dos municípios da Baixada Fluminense..... | 20 |
| Mapa 2: Organização espacial das ocupações de Campo Alegre..... | 75 |

Sumário

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 01 |
| Referencial teórico..... | 06 |
| Metodologia..... | 13 |
| Estrutura da dissertação..... | 17 |
| | |
| CAPÍTULO I: Aspectos socioespaciais, a questão fundiária da Baixada Fluminense e seus reflexos na luta pelo acesso a terra..... | 18 |
| 1.1 A Baixada Fluminense e seus contornos..... | 18 |
| 1.2 Origens da ocupação das terras da Baixada Fluminense..... | 20 |
| | |
| CAPÍTULO II: A luta pela terra no estado do Rio de Janeiro na segunda metade do século XX..... | 35 |
| 2.1 A questão agrária e a luta pela terra na Baixada Fluminense no pré-1964..... | 35 |
| 2.2 Conflitos e mobilização camponesa: as configurações do campesinato fluminense..... | 41 |
| 2.2.1 Pedra Lisa..... | 45 |
| 2.2.2 Duque de Caxias..... | 47 |
| 2.2.3 Magé..... | 52 |
| 2.2.4 Cachoeiras de Macacu: o caso da Fazenda José da Boa Morte..... | 55 |
| 2.3 Retrato do campo fluminense de 1964 até a década de 1980..... | 57 |
| 2.4 Impactos do golpe militar na Baixada Fluminense..... | 59 |
| | |
| CAPÍTULO III: O Mutirão Campo Alegre: história e memória..... | 67 |
| 3.1 Origem das terras de Campo Alegre..... | 67 |
| 3.2 A ocupação e a formação do Mutirão Campo Alegre..... | 70 |
| 3.3 Criação das associações do Mutirão Campo Alegre..... | 80 |
| 3.4 A situação fundiária de Campo Alegre..... | 83 |
| 3.5 Desapropriação da Regional Marapicu..... | 89 |
| 3.6 Campo Alegre na atualidade..... | 93 |

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 98

Referências bibliográficas.....101

Introdução

O reconhecimento social da condição camponesa tendo como via de legitimação o apossamento de recursos produtivos, sobretudo, da terra, é tema central nos debates atuais sobre a questão agrária. A ocupação se constitui como forma de luta e resistência para o acesso e permanência na terra e manutenção ou construção da própria condição camponesa.

Ao participar, como bolsista de Iniciação Científica, da pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*¹ pude conhecer mais de perto a situação fundiária na Baixada Fluminense e os conflitos dela decorrentes, mas, principalmente, o caráter simbólico de uma das maiores ocupações que ocorreram no Rio de Janeiro, na década de 1980: a ocupação da área conhecida como Campo Alegre, situada em Nova Iguaçu, assim como os agentes sociais que atuaram naquela localidade e suas trajetórias de vida.² Foi quando passei a ter interesse em me aprofundar na temática, em especial na memória que havia sido construída sobre o processo de ocupação da região.

Muitas coisas passaram a me intrigar em relação a este local e à sua história, principalmente por eu, como moradora da região, nunca ter ouvido falar daquele lugar. Como se deram as articulações para que ocorresse a ocupação? De que maneira o contexto estadual e nacional influenciaram nessa iniciativa? Quem eram as pessoas que estavam ocupando? Por que a organização no formato “mutirão”³, termo utilizado pelos ocupantes? Como era a dinâmica do mutirão nos seus primeiros anos? Qual a relação estabelecida com as áreas urbanizadas do entorno? Como viviam os ocupantes?

¹ Pesquisa, coordenada pela professora Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), contemplada pelo edital de Apoio ao Estudo de Temas Relacionados ao Direito à Memória, à Verdade e à Justiça Relativas a Violações de Direitos Humanos, lançado pela FAPERJ em outubro de 2013. As pesquisas do edital produziram subsídios para a Comissão Estadual da Verdade (CEV/Rio). Os resultados podem ser encontrados em Medeiros, org., 2018.

² No ano de 1984, ano em que ocorreu a ocupação de Campo Alegre, Queimados ainda era distrito de Nova Iguaçu. A emancipação ocorreu em 1990 (Lei Ordinária Nº 1773, de 21 de dezembro de 1990). A partir daí a área que se tornou assentamento ficou dividida entre os municípios de Queimados e de Nova Iguaçu.

³ O termo mutirão é utilizado para caracterizar a ocupação de Campo Alegre e de outras que se seguiram e diz respeito à ideia de mobilização coletiva para auxílio mútuo entre ocupantes da terra no trabalho no campo, por ocasião de roçada, colheita etc.

A pesquisa aqui desenvolvida é uma proposta de análise do processo de ocupação do Mutirão Campo Alegre, bem como dos principais conflitos que envolvem esta localidade.

Considerada uma das maiores ocupações de terras ocorridas no estado do Rio de Janeiro durante o governo de Leonel Brizola (1983-1987) e um referencial para as que se sucederam na Baixada Fluminense, a ocupação de Campo Alegre iniciou-se em janeiro 1984. A proposta surgiu a partir da ocupação do loteamento urbano de Nova Aurora, localizado no município de Belford Roxo, também na Baixada Fluminense. Cerca de 700 pessoas ocuparam a área em uma noite, sob liderança de Laerte Bastos, figura reconhecida por sua participação em conflitos fundiários já nas décadas de 1960 e 1970.

O final da década de 1970 e início da de 1980, de um modo geral, presenciaram uma considerável expansão e intensificação do processo de luta pela reforma agrária no Brasil, como parte da transição rumo à democratização do país. Nesse contexto, ocupações de terra ocorreram em diversas partes do Brasil. Assim como no período pré-1964, a questão agrária foi reincorporada ao debate político nacional. Esta volta do debate sobre questão agrária ao centro das questões políticas se dá num período em que o país havia passado por uma intensificação no processo de modernização da agricultura. A principal consequência dessa modernização foi, sem dúvida, o êxodo rural. No caso do Rio de Janeiro, no entanto, a urbanização e consequente metropolização da Baixada Fluminense e o incentivo ao turismo nas áreas litorâneas foram os principais fatores geradores de conflitos fundiários. A necessidade de investir em sua suposta vocação urbana e turística e a valorização das terras desencadearam uma série de despejos e expulsão de trabalhadores rurais na Baixada Fluminense e em outros locais do estado, o que ocasionou um forte êxodo rural.

A partir de 1978 houve uma intensificação dos conflitos fundiários, gerando visibilidade a nível nacional. Contudo, não se pode desconsiderar a existência de conflitos nos anos 1970, sobretudo nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país, mas também no estado do Rio de Janeiro – particularmente na região da Baixada Fluminense. Se, no período anterior ao golpe militar, os conflitos envolviam basicamente posseiros⁴ e

⁴ Posseiro, segundo Miranda (1988), é “aquele que se apossa de terras rurais” (MIRANDA, 1988, p. 118). É uma figura típica do Direito Agrário identificada pela sua necessidade de se apossar na terra com finalidade de moradia, trabalho e sobrevivência, predominante onde a estrutura fundiária não se encontra sedimentada.

grileiros⁵, na década de 1980 passaram a ser um reflexo do agravamento dos problemas causados pela intensificação de um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador adotado no país, fruto de ideias políticas, preponderantes no Brasil desde o início do século XX, que enfatizam a predominância do urbano sob o rural, responsáveis pelo inchaço das cidades. O processo de ocupações marca, em certa medida, o retorno para a área rural de uma parcela de trabalhadores de origem camponesa, que havia migrado para o meio urbano, possivelmente em busca de melhores condições de vida, ocorrendo também a inserção de pessoas de origem urbana em áreas rurais.

Assim, a ocupação de Campo Alegre acontece num contexto no qual começam a eclodir novas lutas camponesas, apresentando como motivação principal a situação socioeconômica dos trabalhadores nelas envolvidos, resultado da piora das condições de vida e da diminuição de ofertas de emprego. Esses trabalhadores passaram a ver a ida ou retorno para as áreas rurais como um meio de garantir moradia e sobrevivência, considerando a possibilidade de ter um lote para construir moradia e produzir. É em função disso que ocorre uma grande incidência de ocupações de terra na Baixada Fluminense, muitas acontecendo como um retorno a áreas que foram ocupadas no período anterior ao regime militar e outras como entrada em novas áreas.

O fato das articulações para se iniciar a ocupação de Campo Alegre terem se dado no mesmo período em que se iniciava o processo de abertura política do país, coincidiu com a volta à cena política de muitas lideranças rurais e sindicais do pré-1964. Neste momento de retomada das lutas, algumas dessas antigas lideranças começaram a se reunir no Centro de Formação de Lideranças de Nova Iguaçu, em Moquetá, situado na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Nessas reuniões se discutia a maneira pela qual seria feita esta ocupação. Foi de fundamental importância o apoio recebido por setores Igreja Católica, não só para a realização da ocupação como também para a permanência na terra. Neste contexto, a atuação da Diocese de Nova Iguaçu, através da Comissão Justiça e Paz, da Comissão Pastoral da Terra e da figura de Dom Adriano Hipólito, bispo da Diocese, se tornaram entidades e espaços fundamentais no processo de ocupação e consolidação do Mutirão Campo Alegre.

⁵ De acordo com as normas do Direito Agrário, grileiro é o indivíduo ou pessoa jurídica que “por meio de fraude ou outro meio ilícito, falsifica, no todo ou em parte, documento público ou particular com o fim de obter para si ou para outrem a propriedade de imóvel alheio” (SANTOS, 1983, p. 284). Podem existir duas formas de grileiros, o grileiro de propriedade e o grileiro de posse: “O primeiro, falsifica títulos, prepara documentos, sem existir a terra, enquanto que o segundo é a pessoa alheia ao âmbito agrário que busca a terra, através do apossamento, para depois vendê-la” (MIRANDA, 1988, p. 120-121).

As ocupações de terra na Baixada Fluminense na década de 1980 não são consideradas acontecimentos inéditos e a maioria dessas ocupações é considerada como “de retorno”, ou seja, pelo menos parte dos ocupantes agia para buscar terras das quais já havia sido expulso, assim como algumas áreas anteriormente ocupadas sofreram um processo de reocupação por outros atores sociais.

Uma questão que não deve ser esquecida é a violência que permeou a luta pela terra na localidade aqui estudada, principalmente a violência cometida por grileiros contra os ocupantes.

Outro ponto analisado foram as características das famílias assentadas na área. A maioria era composta por pessoas que viviam anteriormente em zonas rurais e migraram para áreas urbanas em busca de melhores condições de vida. Entretanto, não conseguiam se estabilizar nas cidades e acabavam querendo voltar para o campo, vendo as ocupações que estavam ocorrendo no Estado naquele momento como uma alternativa. Esta característica dos ocupantes ocasionou problemas não somente com relação à produção, mas também na criação de entidades representativas e na credibilidade social dos assentados.

Proponho-me a compreender o processo de ocupação do Mutirão Campo Alegre, tendo como perspectiva o cotidiano de luta e resistência daqueles que estavam na terra desde a ocupação. Busco ainda desenvolver uma reflexão não só acerca da questão fundiária na Baixada Fluminense durante o século XX, mas também sobre a repressão e os conflitos no campo, tanto no período anterior ao golpe de 1964 quanto durante a ditadura militar, os impactos e dimensões sociais na dinâmica de ocupação de terra e organização de assentamentos na Baixada Fluminense na década de 1980. Mas, sobretudo, a dissertação constitui um esforço de pensar a experiência camponesa nessa região, mesclando em sua composição nuances do rural e do urbano, num contexto de inúmeras transformações socioeconômicas. Os principais atores sociais nessa narrativa são *posseiros e trabalhadores rurais* em luta pelo acesso à terra, contrapondo-se a *grileiros* e, principalmente, à existência do latifúndio e à especulação, como aponta Grynszpan (1987).

Em primeiro lugar, proponho uma discussão acerca da dicotomia entre o rural e o urbano presente na Baixada Fluminense e a influência que esta relação dúbia exerce sobre as áreas onde foram assentadas famílias na região, defendendo o caráter ambivalente das ocupações, que objetivavam terra tanto para fins de produção agrícola quanto também

como local de moradia. É nesse ponto que se notam as particularidades da Baixada Fluminense em relação à configuração das relações entre o urbano e o rural. A partir da última metade do século XX, a região ganhou algumas características de área urbanizada, sem, entretanto, perder completamente o seu caráter rural. Além disso, procurarei discutir o caráter simbólico das ocupações, considerando-as um importante instrumento na luta pela terra.

Outro ponto a ser abordado é o caráter efervescente da década de 1980 em se tratando do surgimento de diversas ocupações de terra no estado do Rio de Janeiro e, em especial, na Baixada Fluminense, com a retomada do debate sobre reforma agrária. Busco ressaltar a importância das ocupações reincidentes de áreas e também de novas áreas, principalmente no município de Nova Iguaçu, atendo-me aos casos de Nova Aurora e Parque Estoril e ao papel fundamental que desempenharam na ocupação de Campo Alegre, considerada precursora em diversos sentidos.

Em suma, este trabalho é uma tentativa de discutir a questão do regional/local, relacionado com o global, já que há muito a historiografia e as Ciências Sociais vêm considerando que as realidades criadas pelas experiências das atividades humanas não podem ser analisadas apenas a partir de seus aspectos globalizantes, mas, também, dentro das particularidades que se manifestam, principalmente, no nível local.

Nesse sentido, busco tratar, num primeiro momento, da definição do termo Baixada Fluminense, considerando seus usos tanto para fins de limitação espacial, bem como os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais que envolvem a definição de tal termo. Analiso as origens do processo de ocupação espacial da Baixada Fluminense, abordando questões relacionadas à formação territorial da região. Além disso, analiso os processos de loteamento e urbanização ocorridos ao longo do século XX, assim como os impactos políticos, sociais, econômicos e culturais causados por esses fenômenos – com um olhar mais voltado para o que acontece com a classe trabalhadora, em especial os trabalhadores rurais, considerando também o cenário nacional, na medida em que este se situava sob a lógica desenvolvimentista. Deste modo, pretendo refletir sobre o que aconteceu, após o loteamento das fazendas da Baixada Fluminense, com os trabalhadores que até então trabalhavam nos latifúndios anteriormente existentes e sobre as principais transformações que o loteamento e o processo de urbanização provocaram na região e na vida das pessoas que lá permaneceram.

Outro aspecto importante a ser tratado são os acontecimentos que envolvem a ditadura militar brasileira e como impactaram a vida dos trabalhadores rurais da Baixada Fluminense. Neste ponto, busco analisar o cenário da luta pela terra na Baixada Fluminense, considerando a invisibilidade da temática da reforma agrária que vinha sendo debatida, num contexto nacional de forte repressão às lutas sociais. Assim, procuro entender o que aconteceu com as principais lideranças camponesas durante este período e como se desenrolaram os processos de luta que até então estavam em andamento.

Além disso, me proponho a apresentar a retomada da luta pela terra na Baixada Fluminense entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, sob a perspectiva de um cenário nacional no qual se iniciava a abertura política e a redemocratização do país, bem como os aspectos fundamentais que envolveram este processo e considerando o retorno do debate sobre a reforma agrária para o centro da discussão política.

A ocupação de Campo Alegre é o principal tema deste trabalho, na medida em que a aponto como precursora de outras ocupações. Para tal, faço um resgate de algumas ocupações anteriores que acabaram por servir como uma espécie de preparação para a realização da ocupação de Campo Alegre. São elas Nova Aurora (localizada no município de Belford Roxo) e Parque Estoril (localizada no município de Nova Iguaçu). Ao tratar da ocupação de Campo Alegre, proponho um resgate do processo de ocupação da área e dos acontecimentos que se sucederam nos primeiros anos após a ocupação.

Por fim, ofereço um panorama geral de como se configura o Mutirão Campo Alegre nos dias de hoje. Trato da situação atual da regularização fundiária da região e como isso tem implicado na permanência da população na área e também tem criado barreiras na produção agrícola e, conseqüentemente, no seu escoamento. Busco trazer à tona alguns elementos que são importantes na configuração atual do Mutirão.

Referencial Teórico

Uma nova forma de pensar e forjar narrativas históricas generalizou-se por meio da chamada Escola dos *Annales*⁶, possibilitando a abertura de novas fronteiras

⁶ De acordo com o historiador inglês Peter Burke (1992), a chamada Escola dos *Annales* foi um movimento de renovação da historiografia iniciado na França no final da década de 1920, com a fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, por Marc Bloch e Lucien Febvre – historiadores, até então, periféricos na academia francesa. Seu destaque deu-se devido à incorporação dos métodos das Ciências Sociais à História. Propunham uma escrita da História que privilegiasse o viés econômico, social e cultural em detrimento de um exclusivismo do olhar político, ou seja, propunha-se ir além da visão positivista tradicionalista da História como crônica de acontecimentos, substituindo a perspectiva histórica da curta duração pela análise dos processos de longa duração. Além disso, foi responsável por chamar atenção para

interpretativas, ampliando o leque das fontes documentais, e estabelecendo novos horizontes para as pesquisas no campo da História. De acordo com Peter Burke (1992), esse novo olhar sobre a História e nova forma de pensá-la e escrevê-la, propõe novas abordagens, novos problemas e novos objetos.

A Escola dos Annales assume um papel importante no surgimento de um novo paradigma conhecido como “nova história”, perspectiva historiográfica que consiste na “história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn” (BURKE, 1992, p. 10), considerando que a visão tradicional da história privilegia um olhar de cima pra baixo, segundo Burke (1992), “no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história” (BURKE, 1992, p. 12).

Partindo deste princípio, a “nova história” considera que toda a atividade humana é de interesse da História, tudo tem uma história e todos os grupos sociais de alguma forma fazem parte da história, isto é, “tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado” (BURKE, 1992, p. 11). Além disso, entende que “a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992, p. 11). É sob esta perspectiva que busco compreender as relações entre o global e o local, ou seja, da história vista de baixo para relacionar seus aspectos particulares com aqueles entendidos como pertencentes “à macro história” ou à história globalizante.

Nesses termos, faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que a ênfase sobre a história local não se opõe à história global. O recorte sobre história local apenas caracteriza uma delimitação temática mais ou menos inclusiva em função das particularidades que se pretende determinar, no âmbito do espaço social e temporal escolhido. A escolha de trabalhar com a história local não reduz e, muito menos, simplifica os aspectos relativos às relações sociais e aos fatos e processos históricos e sociais globalizantes. No âmbito do recorte local, cada detalhe adquire um significado próprio, o que não se constata com as análises macroestruturais.

a necessidade de reflexão sobre o caráter das fontes históricas, contribuindo para a relativização do conceito de documento histórico, no que tange à ideia de verdade e neutralidade, e enriquecido a partir da incorporação de novas formas de fontes históricas, além das fontes escritas.

Dentro deste processo, torna-se fundamental, portanto, evidenciar não apenas a relevante incidência do caráter globalizante dos acontecimentos e processos locais, como também o contrário, ou seja, a importância que eventos particulares da esfera local configura como elemento crucial no desencadeamento de acontecimentos e processos históricos e sociais na esfera macro.

No caso específico deste estudo, buscarei evidenciar a importância de elementos tais como: de que maneira as legislações brasileiras relacionadas ao acesso e permanência na terra tiveram importância na esfera local no sentido de organização e alocação populacional; em que medida processos históricos tais como a ditadura militar, bem como, posteriormente, o período de redemocratização, exerceram influência nos processos de ocupação de terra, em especial na região da Baixada Fluminense, pensando em como a esfera macro exerce influência sobre a esfera micro e vice-versa; como as primeiras ocupações de terra que ocorreram na Baixada Fluminense no final da década de 1970 e início dos anos 1980 foram importantes no desencadeamento de diversas outras ocupações, sob a perspectiva dos acontecimentos locais incidindo sobre aspectos mais gerais.

Deste modo, na perspectiva de tratar de forma coerente os questionamentos que foram até aqui apresentados, pretendo indagar, ainda, qual o perfil das famílias que, no geral, se envolveram em ocupações de terras, quais seus objetivos e como se organizaram para isso, mantendo foco específico na ocupação sobre a qual este estudo se debruçará.

Deste modo, opto por um caminho diferente daquele predominante nas análises tradicionais da historiografia que, em grande parte, tratam os processos históricos de forma linear e evolutiva, exaltando apenas os protagonistas de cada época histórica, enquanto os demais agentes sociais são vistos apenas como um resíduo – considerando que o campesinato foi constantemente visto dessa forma dentro das análises tradicionais.

A principal referência teórica a ser utilizada será Edward Thompson (1998), na medida em que privilegiou a análise da experiência de uma classe em formação, dando ênfase em como a vida cotidiana e os fatos vivenciados por aqueles que compõem as classes populares e os estratos mais marginalizados das sociedades ocidentais, durante o final do século XVII e início do XIX, foram fundamentais e formuladores desse processo. Nessa perspectiva, o autor busca compreender a ação das camadas populares, evidenciando o seu protagonismo enquanto sujeitos históricos, com motivações racionais, autônomas e coerentes, baseadas em uma dimensão moral. Ações estas que encontram na

utilização de determinados costumes, compreendidos por ele enquanto práticas que, embora antigas, são constantemente repensadas e reformuladas a partir da experiência que as legitimam, mesmo que entrando em confronto com práticas pertinentes ao universo das classes dominantes.

Buscarei na dissertação apreender a realidade histórica como algo dinâmico, construído e em construção pela inter-relação dos fatores sociais, políticos e econômicos, compreendida através dos conceitos de “experiência” e “consciência social”, utilizados por Thompson. É através desse tipo de investigação histórica que emerge a possibilidade de ampliação de conhecimento sobre o passado e reflexões sobre o futuro. Trata-se de pensar como o conceito de experiência serviu para Thompson, como um modelo unificador das ações das classes sociais, na medida em que o autor enxerga a experiência como principal fator unificador dos grupos sociais, categorizados por ele como classe. É a partir deste sentido da experiência como elemento que une indivíduos, agindo na construção de um determinado grupo social e, conseqüentemente, motivadora de ações sociais, que este conceito irá guiar metodologicamente as reflexões propostas neste trabalho.

Em *A Miséria da Teoria* (1981), o autor traz a seus leitores o conceito de experiência histórica e cultural, como fomentadores de ação social. Ao optar por trabalhar com a noção de experiência histórica e cultural, o historiador conscientemente provocou uma desvinculação entre a superestrutura cultural e a estrutura econômica material. Thompson propõe a distinção entre a experiência vivida e a experiência percebida, considerando que esta segunda categoria se aproxima bem mais daquilo que Marx denominou de consciência social, uma vez que ela resulta das condições materiais.

Thompson (1981) busca argumentar que o conceito de experiência histórica serviria para que os historiadores percebessem que não é possível pensar determinada classe social separada da outra, ou propor graus de importância e autenticidade entre elas, ou seja, a experiência histórica é concebida como fruto das relações entre classes antagônicas. O processo de auto formação acontece efetivamente a partir das experiências históricas vivenciadas e apreendidas por indivíduos reais e das relações sociais que são estabelecidas com as demais classes sociais.

Ao insistir na negação de um culturalismo inconsistente – ou seja, não compreende o culturalismo como avesso ao pensamento marxista (estruturalista), não anulando e nem sendo anulado pelos condicionantes econômicos/materiais –, como

também, a estrutura material distanciada do condicionante humano, Thompson busca compreender na sua totalidade a história de indivíduos concretos. Quando analisada somente a partir da perspectiva puramente estruturalista⁷, as ações coletivas empreendidas pelos atores sociais perdem-se em meio a dados por ele considerados estéreis. De outra parte, para pensar as ações sociais pelo viés cultural, faz-se necessário contextualizá-las enquanto categorias explicativas.

Thompson (1979) manifestava claramente suas objeções e oposições ao ponto de vista de Althusser para quem classe social é algo estático. De acordo com suas indagações, o conceito de classe social não pode ser apreendido como um simples produto do desenvolvimento estrutural das forças produtivas. O autor procura demonstrar que o termo classe social é dinâmico e guarda em seu interior diferentes interpretações e significados. Para ele, é através das múltiplas experiências que se constitui a classe social e as diferentes formas de ações coletivas.

Também utilizarei as ideias de James C. Scott (2000). Scott ressalta as ações individuais e não formais, fora da arena pública e não organizada por movimentos sociais, e sua importância nos processos de resistência enfrentados por determinados grupos sociais. Faz uma importante contribuição ao centrar sua atenção, predominantemente, nas tensões e lutas não visíveis dentro da estrutura social local mais do que em conflitos de massa contra o governo. Analisa as formas de resistência cotidiana, individual ou coletiva. Sem descartar a importância dos movimentos sociais, Scott entende que, na maioria das vezes, a resistência às relações de dominação expressa-se em práticas e discursos difusos, segmentados, que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados.

Diferentemente dos movimentos sociais, que são expressões institucionais, coletivas, formais, públicas, as práticas cotidianas de resistência requerem pouca ou nenhuma coordenação, são informais, ocultas. Entretanto, é importante ressaltar que tanto as práticas cotidianas quanto as dos movimentos sociais são consideradas por Scott como formas de resistência. O autor compreende a existência de uma diferenciação das duas práticas e sua utilização para fins de classificação das formas de resistência, mas discorda

⁷ O estruturalismo não é entendido necessariamente como uma teoria ou metodologia em si. É, sobretudo, um ponto de vista sobre as possíveis formas de compreender as atividades humanas, que surge na década de 1960, tendo maior aderência nas universidades francesas. Sua principal pretensão consistiu em reelaborar as Ciências Humanas, reafirmando seu status científico, a partir da noção de estrutura social, com o objetivo de revisar os antagonismos impostos pelo positivismo sociológico, retomando a unidade entre os campos do subjetivo e do objetivo, do indivíduo e da sociedade, do sujeito e do objeto de estudo (AQUINO, 2009).

de qualificar as práticas cotidianas como triviais ou sem consequência, ou seja, para ele elas são tão fundamentais quanto as ações dos movimentos sociais. Nessa mesma perspectiva, João Edmilson Fabrini atenta para o fato de que

[...] ao se construir como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser absolutizados ou considerados de forma exclusiva, como se tivessem o monopólio das lutas no campo. É importante considerar que os camponeses, e não os movimentos, são os sujeitos políticos no campo, ou seja, os camponeses que constroem os movimentos (e não o contrário). [...] os movimentos sociais não devem ser considerados como possibilidade única de mudanças sociais, pois nem todas as relações são sinônimas de movimentos, ou seja, “nem tudo o que se move na sociedade é um movimento social” (GUTIÉRREZ, 1987, p. 199 *apud* FABRINI, 2007, pps. 20-21).

Considerando o caráter difuso e segmentado sob as quais as formas de resistência cotidiana se materializam, a principal questão, neste contexto, é de que forma identificá-las e traduzi-las teoricamente. Scott (2000) se propõe a entender como se manifestam as relações de dominação a partir das interações sociais cotidianas, bem como a conduta política dos grupos e classes subordinados. Os elementos fundamentais encontrados no centro da análise de Scott são: poder, dominação e resistência. Além disso, as interações sociais vistas a partir da perspectiva que as encaram como uma teatralização, em que os indivíduos se utilizam de diversas máscaras para lidar com situações de poder. Nas palavras do autor:

[...] la figura de poder realiza su actuación de dominio y autoridad al mismo tiempo que trata de mirar tras la máscara del subordinado para leer sus verdaderas intenciones. La dialéctica de ocultamiento y vigilancia que abarca todos los ámbitos de las relaciones entre los débiles y los fuertes nos ayudará, creo yo, a entender los patrones culturales de la dominación y la subordinación (SCOTT, 2000, p. 27).

Scott desenvolve, de forma mais ampla, a noção de formas cotidianas de resistência, propondo entendê-la sob a ótica da diferenciação entre o “discurso público” e o “discurso oculto”. Na transcrição pública, ambas as partes tendem a orientar suas atitudes por estratégias pautadas na dissimulação, vigilância e aparente conduta de respeito mútuo. Logo, a análise dessas atitudes tende a ser um caminho para compreender, metodologicamente, os padrões culturais de dominação e subordinação. Deste modo, o autor entende o termo “discurso público” como “una descripción abreviada de las relaciones explícitas entre los subordinados y los detentadores del poder” (SCOTT, 2000, p. 24).

Esta perspectiva representa uma crítica à visão de que os grupos e os indivíduos dominantes mantêm total controle sobre os grupos dominados. Mesmo que a relação entre o subordinado e o dominante seja permeada por conflitos, o dominado tende a agir sob a égide da deferência e do consentimento. Em suma, trata-se de uma situação em que vigora mera aparência, mantida pela hierarquia de poder, no qual o subordinado tenta interpretar a expectativa do dominante. Segundo Scott, “cuando desaparece la sumisión y surge el reto abierto, nos encontramos ante um momento raro y peligroso en las relaciones de poder” (SCOTT, 2000, p. 29). A dominação precisa ser reafirmada através de um trabalho político-sistemático, materializado no “discurso público”. As principais formas dessa transcrição são as afirmações, os eufemismos e a unanimidade.

É importante salientar também a existência de diferentes gradações de poder nas interações sociais. Logo, quanto maior for a distância de poder entre subordinados e dominantes, mais a interação tende a assumir um caráter ritualístico, ou seja, quanto mais ameaçador o poder, mais espessa é a máscara. No entanto, não se trata de uma oposição entre o espaço da dissimulação e o da verdade, nem tão pouco do poder ou da sua ausência, bem como do conflito e da solidariedade. As relações entre iguais nem sempre ocorrem de forma linear e democrática, mas se constroem também a partir de critérios de sanção, reprovação para aqueles que se comportam a favor do dominante, quando rompem com algum costume, valor ou regra social da comunidade.

A perspectiva teórica de Scott (2000) traz como determinante a importância dos condicionantes da estrutura social, em particular os elementos da estratificação social no comportamento dos indivíduos, bem como as interações sociais cotidianas. O entendimento das formas cotidianas de resistência contribuiu de forma original para pensar a política de grupos subordinados para além de perspectivas teóricas clássicas das ciências sociais, que privilegiam as ações de movimentos sociais e partidos, ou seja, das organizações políticas formais, no processo de transformação social. Outro aspecto importante na teoria de Scott é a crítica à concepção de classe e consciência de classe enquanto fundamentalmente oriundas das condições materiais de existência, trazendo para o centro do debate, assim como o faz Thompson, os aspectos da cultura como valores relacionados à conduta, linguagem, rituais e expressões artísticas que caracterizam espaços e práticas de identidade de classe.

Aplicando esta lógica ao mundo rural brasileiro, Fabrini (2007) propõe pensar a atuação cotidiana de luta e resistência para além da interferência exercida pelos movimentos sociais, na medida em que, segundo o autor,

Os camponeses têm constituído seu lugar social por meio de lutas e resistências e os movimentos sociais tornam-se pragmáticas na realização e interpretação destas lutas. Entretanto, os camponeses também têm demonstrado capacidade de resistir à dominação e imposição das relações capitalistas de produção por meio de outras manifestações e práticas sociais não necessariamente hegemônicas pelos movimentos sociais. Neste sentido, o território e as formas locais se erguem como possibilidade de construção da autonomia camponesa. [...] a construção do lugar social dos camponeses está relacionada às suas lutas e resistências, realizadas em diferentes espaços e movimentos históricos. [...] A resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais [...] o “movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais” (FABRINI, 2007, p. 8-9).

Além dessa reflexão sobre a abrangência e limites da ação coletiva, buscarei analisar a memória dessas experiências e de como a memória individual e coletiva incidem sobre a construção da consciência social. Utilizarei a perspectiva de Michael Pollak (1989), a fim de explorar como os diferentes processos e atores intervêm na formalização e solidificação de memórias. Além, é claro, de ressaltar a importância de rastros significativos que uma pessoa ou um grupo deixam em suas experiências de vida e que se tornam pontos de referência para qualquer estudo histórico. Utilizo assim a perspectiva do autor ao examinar as contribuições da história oral na ênfase que ela permite dar às "memórias subterrâneas" que, ao aflorarem em momentos de crise engendrando conflitos e disputas, silenciosamente subvertem a lógica imposta por uma memória oficial coletiva, ressaltando também a importância dos ditos e dos não-ditos.

Metodologia

Em termos metodológicos, este trabalho é baseado em uma revisão bibliográfica acerca das questões fundamentais que o regem. Desse modo, há um esforço para contemplar tanto as questões mais gerais quanto as mais específicas. Assim, a bibliografia utilizada busca tratar de temas como a retomada da questão agrária ao centro do debate político no Brasil na década de 1980 num contexto de redemocratização, na tentativa de contextualizar o cenário nacional. Nas questões mais específicas, busca tratar da relação entre o rural e o urbano que permeia as relações sociais, econômicas e políticas na

Baixada Fluminense e as questões referentes ao estudo de caso sobre o Mutirão Campo Alegre.

Em relação às fontes documentais utilizadas, consistem especificamente nas documentações contidas no arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, na qual há recortes de jornais com artigos e reportagens tratando das ocupações de terra que estavam ocorrendo na Baixada Fluminense, assim como a relação do Bispo Dom Adriano Hypólito com estas ocupações. Além disso, há documentação e fichas de avaliação dos ocupantes dessas áreas feitas pela Comissão Justiça e Paz da Igreja Católica de Nova Iguaçu, bem como *A Folha*, jornal semanal escrito pelo então Bispo da Diocese de Nova Iguaçu, no qual este abordava os problemas sociais que faziam parte do cotidiano dos moradores da Baixada Fluminense e refletia sobre como a Igreja enquanto instituição poderia contribuir para a melhoria de vida dessas pessoas.

Fiz também uso de algumas entrevistas específicas com pessoas inseridas no Mutirão Campo Alegre, incluindo alguns moradores e pessoas que estiveram presentes nos primeiros anos da ocupação, como fonte histórica para traçar os caminhos da construção tanto das memórias coletivas quanto individuais construídas sobre a ocupação, legitimação e consolidação de Campo Alegre como assentamento, a partir da perspectiva trabalhada por Michael Pollak (1989), para compreender que

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial” [...]. (POLLAK, 1989, p. 04)

Para realizar esta proposição, fiz uso de entrevistas existentes no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP), do CPDA/UFRRJ, coordenado pela professora Leonilde Servolo de Medeiros. Entretanto é importante ressaltar que estas entrevistas foram realizadas em outro contexto com finalidades distintas das que se propõe esta pesquisa. Além disso, algumas entrevistas foram realizadas com pessoas residentes na área e/ou que têm atuação dentro do Mutirão, como, por exemplo, a agente da Comissão Pastoral da Terra, Sônia Martins, que acompanha a área desde os primeiros meses da ocupação e a agrônoma da EMATER/RJ, Maria da Conceição Rosa, conhecida como Mariela, que acompanhou a área durante os primeiros anos. A partir daí, procurei remontar, analisar e compreender as trajetórias de vidas das pessoas que foram levadas a essa ocupação e como as experiências ali vivenciadas, tanto de forma

individual quanto coletiva, incidem não só sobre a construção das memórias, mas também de uma consciência social, a partir da ótica thompsoniana, que permeia as lutas e resistências cotidianas dessa população.

Esta pesquisa é, também, fruto da minha inserção no Mutirão como agente da Comissão Pastoral da Terra de Nova Iguaçu, com a função de assessorar a atual Associação dos Trabalhadores Rurais do Mutirão Campo Alegre⁸ e acompanhar as atividades realizadas no mutirão pelas universidades que nele realizam trabalho de extensão universitária.⁹ Ao me inteirar na dinâmica do local pude conversar com muitos moradores novos e antigos e entender melhor a história da área, bem como a construção da memória sobre ela e os conflitos existentes. Na qualidade de representante da CPT, também fiz parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Nova Iguaçu – município onde está localizada a maior parte da área referente ao mutirão –, durante o ano de 2018. Por meio das discussões no Conselho pude conhecer melhor a realidade das áreas rurais do município, a atuação do Estado em relação a elas e como se dava a implementação de políticas públicas e resolução de conflitos entre Estado e proprietários rurais e trabalhadores rurais nessas áreas.

Estrutura da dissertação

No primeiro capítulo deste trabalho, faço um apanhado geral das discussões feitas acerca da ideia de Baixada Fluminense, analisando as diferentes formas de delimitar as fronteiras região, bem como suas características econômicas, sociais, culturais e políticas. Traço, ainda, um panorama do processo de ocupação da Baixada Fluminense ao longo de sua história e trato de alguns momentos fundamentais da história da Baixada Fluminense, como o ciclo da citricultura entre as décadas de 1920 e 1940, os processos de loteamento, despejos e urbanização da região a partir do século XX.

No capítulo seguinte busquei discutir a origem das ocupações no formato acampamento e que tiveram como proposta de resolução principal a desapropriação. Considerando um histórico próximo de grande incidência de despejos ocorridos ao longo da década de 1950 no estado do Rio de Janeiro, especialmente na Baixada Fluminense, é

⁸ Ao longo dos anos de 2017 e 2018 acompanhei e coordenei as assembleias da Associação dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre, que ocorreram todo primeiro sábado do mês.

⁹ No ano de 2018 acompanhei o curso de formação política oferecido pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e as atividades de extensão rural feitas por docentes do curso de Engenharia Florestal, Agronomia e Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

no início da década seguinte que outras formas de resistência, mobilização e organização foram vistas como uma alternativa para a permanência na terra. Além disso, trato dos impactos do golpe de 1964 e seus reflexos na questão agrária fluminense, buscando ressaltar a criação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) e o papel da Diocese de Nova Iguaçu personificada na figura do bispo Dom Adriano Hypólito na retomada das lutas por terra na Baixada Fluminense.

Por fim, o terceiro capítulo, num primeiro momento, faz um apanhado geral sobre o histórico da área referente ao que hoje é considerado Campo Alegre, desde o período colonial – que remete à formação do Morgado de Marapicu – até a reabertura política. Em seguida, proponho, uma análise das memórias individuais e coletivas construídas sobre os primeiros anos do Mutirão Campo Alegre, estabelecendo um diálogo com Pollak (1989) sobre o uso metodológico da memória. Sob esta perspectiva, busco compreender o processo de ocupação – bem como o período de preparação para que a ocupação de fato ocorresse –, e os acontecimentos pós ocupação. Procuro ainda compreender que grupo social é este que constitui a ocupação, suas origens, assim como as experiências anteriores que os levaram a participar dessa ocupação.

CAPÍTULO I

Aspectos socioespaciais, a questão fundiária da Baixada Fluminense e seus reflexos na luta pelo acesso à terra

Neste capítulo proponho-me a tratar de dois temas. O primeiro deles são as diversas caracterizações e definições dadas à área conhecida como Baixada Fluminense, delimitando seu território e compreendendo seus principais aspectos no que tange às esferas política, econômica e social. Para tanto, utilizarei as análises de Grynszpan (1987), Alves (2003) e Simões (2006), além da definição elaborada pelo Estado, quando delimita regiões administrativas. O segundo é o processo da ocupação das terras da Baixada Fluminense, a formação da propriedade dessas terras e a eclosão dos conflitos fundiários. Assim, procuro evidenciar os principais acontecimentos que exerceram influência no processo de urbanização e desenvolvimento da região, tais como o ciclo da citricultura entre as décadas de 1920 e 1940, os processos de loteamento, despejos e urbanização da região a partir do século XX.

1.1 A Baixada Fluminense e seus contornos

Ao falar da Baixada Fluminense é necessário, antes de tudo, caracterizar esta região e seus limites geográficos, embora estes aspectos não sejam conceituados e delimitados na literatura de forma muito precisa. Há uma diversidade de caracterizações da região e delimitação das suas fronteiras, que se relaciona, inclusive, com o interesse das instituições de ensino superior em desenvolver pesquisas relacionadas às temáticas que englobam de algum modo a Baixada, nas mais diversas áreas de conhecimento. Inicialmente, destacam-se os trabalhos de geógrafos, mais voltados para a delimitação de fronteiras, e historiadores que levaram à produção de uma enorme quantidade de teses e dissertações sobre os mais variados temas relacionados à Baixada Fluminense, a partir da década de 1980, em especial sobre os seus aspectos rurais e sobre a implementação de um modelo desenvolvimento baseado na urbanização do espaço. Posteriormente, predominou a produção da História e das Ciências Sociais que promoveram um conjunto diversificado de interpretações, como as de Alves (2003), Simões (2006) e Grynszpan (1987).

As fronteiras da região se restringem ou se ampliam de acordo com o objetivo da análise a ser feita. Assim, de acordo com Alves (2003), a Baixada Fluminense corresponde à região de planícies que se estende entre o litoral e a Serra do Mar, indo do município de Campos, no extremo norte, até o de Itaguaí. Outra delimitação geográfica também recorrente vai de Cachoeiras de Macacu a Itaguaí (ALVES, 2003).

Grynszpan (1987) utiliza o termo Baixada compreendendo-a enquanto “áreas das cercanias do Rio de Janeiro, em sua diversidade, terminaram por conformar uma certa unidade” (GRYNSZPAN, 1987, p. 21), sendo essas áreas correspondentes aos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí e Cachoeiras de Macacu. Ao analisar essa delimitação, Souza (1992) destaca que o autor adota esta definição baseado no período referente às décadas de 1950 e 1960,

[...] momento em que ocorrerão as mudanças nas quais o reordenamento da ideia de Baixada será um dos aspectos. Dentro do contexto da industrialização nacional, em que a acentuação das disparidades regionais foi uma das características [...]. Esse período caracterizou-se por um acentuado incremento do deslocamento populacional para o município do Rio de Janeiro e municípios próximos (Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Niterói e São Gonçalo) [...]. (SOUZA, 1992, p. 27)

Assim, o termo Baixada Fluminense, para o qual foi mantida uma definição baseada em critérios fisiográficos, de acordo com análises geográficas – o que não se aplica às definições utilizadas pelos autores mencionados neste trabalho –, pode variar de acordo com os contornos adotados como parâmetros para delimitação de cada autor. Para Souza (1992), “ao conceituar a Baixada segundo critérios fisiográficos, os geógrafos parecem ter incorporado e regulamentado os limites de uma categoria com historicidade e cuja representação usual estava ligada à evocação de um mundo agrário” (SOUZA, 1992, p. 26).

Em meio a esta construção de fronteiras não muito precisas que foram sendo estabelecidas ao longo das décadas, o aspecto geográfico acaba se relacionando diretamente com o político e com o social, causando alguns impactos, como José Cláudio Souza Alves destaca:

A introdução do elemento social ou político na análise produz mais um fator de definição de fronteiras: no caso, por exemplo, do estudo dos movimentos camponeses na Baixada, o recorte se dará tendo em vista os conflitos que ocorriam nas áreas rurais (ALVES, 2003, p. 15).

Outro aspecto que caracteriza a referida região e salientado por Alves (2003) é a violência. O autor enxerga a violência como fator demarcador de fronteira entre o mundo civilizado e a barbárie, separando a cidade do Rio de Janeiro da Baixada Fluminense, e que gera a chamada “baixadização” de alguns bairros cariocas, estes sendo identificados com a Baixada Fluminense. O autor entende violência como:

[...] toda e qualquer forma de violação dos direitos humanos, entendidos como o conjunto dos direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais. Mesmo se fosse questionada quanto à sua precisão, por estar relacionada a uma noção ontológica de “satisfação das necessidades humanas”, não se distinguindo de outros conceitos como “miséria”, “alienação” ou “repressão”, a violência assim concebida ajuda a demonstrar a complexidade do analisado, as relações entre diferentes esferas que constituem uma determinada sociedade, um pano de fundo no qual passam a vigorar padrões de comportamento que se perpetuam ao longo do tempo e do espaço (ALVES, 2003, p. 19-20)

Segundo Manoel Ricardo Simões (2006), a Baixada Fluminense foi palco de profundas transformações nos campos social, econômico e espacial no decorrer dos anos:

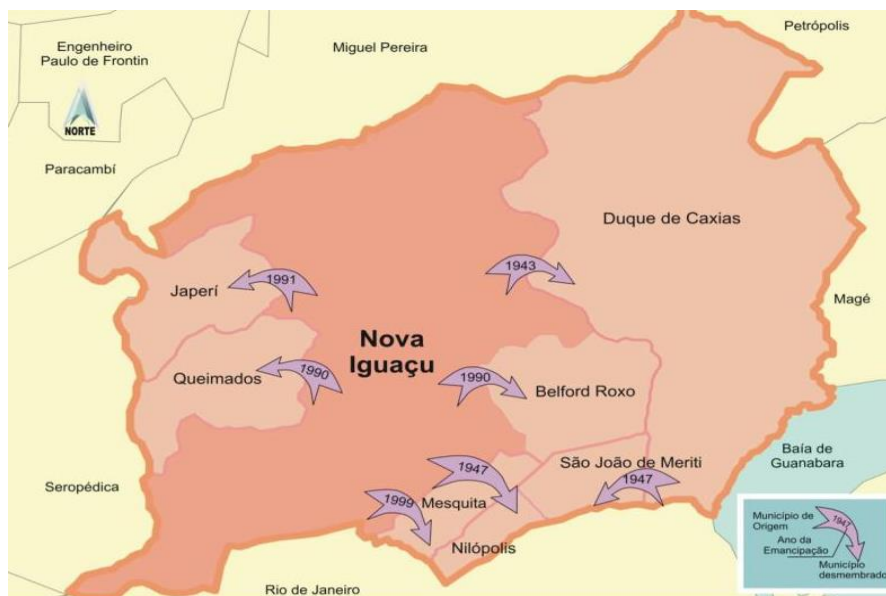
A dinâmica econômica que cria e destrói formas, funções, classes e relações sociais e modifica fluxos, também é responsável, dialeticamente, pelas transformações políticas, culturais, ideológicas e jurídicas e, conseqüentemente, espaciais (SIMÕES, 2006, p. 01).

Organismos de planejamento estatal também buscam delimitar e caracterizar este território, a partir de outra ótica. Utilizando critérios como o grau de urbanização e a densidade populacional, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem) caracteriza a área referente à Baixada Fluminense como sendo composta pelos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri. A Figura 1 ilustra não apenas essa caracterização, como também os processos de emancipações que se sucederam a partir de Nova Iguaçu, considerando seu ápice como os anos 1990, quando quatro de seus distritos tiveram seus territórios separados: Belfort Roxo, Japeri, Mesquita e Queimados.¹⁰ É

¹⁰ Entre as décadas de 1940 e 1960, de acordo com Simões (2006, p. 141), “o processo de desenvolvimento econômico e adensamento populacional irá criar novos núcleos urbanos que, com o tempo, conseguem suas emancipações”, principalmente aqueles que eram, até então, distritos de Nova Iguaçu. Assim, em 1943, Merity se emancipa em meio ao ambiente político conturbado do Estado Novo, a partir do Decreto Lei 1055, do então interventor estadual Amaral Peixoto, passando a se chamar Duque de Caxias. Em 1947, são criados os municípios de São João de Meriti (antigo distrito da Vila Merity) e Nilópolis, através de um projeto lei do deputado estadual Lucas de Andrade Figueira, dentro das disposições transitórias da Constituição estadual do mesmo ano. Entre os anos de 1947 e 1964, houve tentativas de emancipação de outras áreas até então pertencentes a Nova Iguaçu, que não tiveram êxito neste processo, tais como Mesquita (1957), Queimados (1958) e Belford Roxo (1962), que só vieram a ser emancipadas nos anos 1990.

importante ressaltar que este tipo de delimitação, feita por um órgão do Estado, serve como fio condutor para a gestão da região e implementação de políticas públicas.

Figura 1:
EMANCIPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE



Fonte: Atlas escolar da Cidade de Nova Iguaçu, 2004. Apud SOUZA, 2013, p. 32.

Assim, o termo Baixada Fluminense se modifica e assume diferentes significados, bem como o território pertencente a ela, ou seja, a mudança de compreensão da sua fronteira é o que transforma a interpretação dos estudiosos sobre este território. Aspectos políticos, econômicos e sociais se tornam importantes para a sua definição. Além disso, as transformações ocorridas ao longo da história Baixada Fluminense em diversos setores são grandes responsáveis pelas mudanças de fronteiras e de compreensão da região.

Neste trabalho, opto por privilegiar a concepção adotada por Grynszpan (1987), considerando como Baixada Fluminense os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí e Cachoeiras de Macacu, bem como alguns municípios frutos das emancipações que ocorreram, em especial do município de Nova Iguaçu, na segunda metade do século XX.

1.2 Origens da ocupação das terras da Baixada Fluminense

Simões (2006) afirma que a ocupação da área referente à Baixada Fluminense tem relação direta com a fundação da cidade do Rio de Janeiro que, por sua vez, propiciou a ocupação permanente ao redor da Baía de Guanabara.

De acordo com o laudo histórico preliminar sobre Campo Alegre feito pelo historiador Álvaro Mendes Ferreira do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj),

Embora haja registros de doações de sesmaria em 1558 nas imediações do Rio Guandu pelas bandas de Sepetiba, a ocupação portuguesa efetiva da Baixada Fluminense, então chamada de Recôncavo da Guanabara, só deslança a partir da fundação da cidade do Rio em 1565 com a vitória definitiva sobre os franceses que aí se instalaram (FERREIRA, 2018, p. 1)

Esse território foi conquistado de seus ocupantes iniciais, os indígenas, que tiveram suas terras disputadas por franceses e portugueses. Até então, Nova Iguaçu era povoada pelos jacutingas – oriundos da tribo dos tupinambás –, que se aliaram aos franceses, tornando-se inimigos dos portugueses.

Segundo Alves (2003), as mudanças na região, a partir do seu processo de ocupação, ocorreram de forma extremamente rápida e intensa.

Assim, falar dos jacutingas, dos pântanos e rios, das matas com seus ipês, caneleiras, maçarandubas, paus-ferros e graúnas exige, acima de tudo, um grande esforço de imaginação. A força depredadora inicial dos sesmeiros, transformando a tribo jacutinga em fornecedora de escravos baratos ao alcance das mãos, nos deixou como única lembrança desse povo apenas os nomes dos lugares e rios da região. [...] É verdade que o desmatamento desses primeiros anos de colonização para o plantio da cana-de-açúcar e para o fornecimento de lenha como combustível para os engenhos nem se compara com a devastação que se processará nos anos 30 e 40 do nosso século, quando a onda loteadora tornar-se-ia incontrolável. Contudo, estabelecia-se uma tradição de relacionamento com esta natureza: a devastação pura em simples maximização de investimentos. Com as freguesias, montou-se a base de ocupação inicial da região no período colonial (ALVES, 2003, p. 29)

Os primeiros agrupamentos coloniais na Baixada Fluminense se instalaram às margens dos principais rios da região, que desaguavam na Baía de Guanabara – Iguaçu, Magé, Sarapuí, Pilar e Saracuruna. A lógica de ocupação adotada nos séculos XVI e XVII foi baseado na doação de sesmarias¹¹, que contribuía para a formação de grandes latifúndios, como aponta Simões (2006). Os colonizadores foram estabelecendo fazendas, sendo que os mais ricos investiram em engenhos para o fabrico do açúcar e aguardente. Segundo Ferreira (2018), “até a passagem do século XVII e XVIII, o povoamento parece

¹¹ O sistema de doação de sesmaria baseava-se na distribuição de terras a beneficiários, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de ocupar terras virgens através do seu cultivo. Iniciado com a constituição das Capitânicas Hereditárias, em 1534, teve seu fim apenas com a independência do Brasil, em 1822.

ter sido esparso e intermitente, pois, com frequência, havia deslocamento das fazendas conforme se exauria a fertilidade das terras” (FERREIRA, 2018, p. 1).

Além da monocultura da cana, desenvolvia-se em menor escala o plantio de arroz, feijão, milho, mandioca, legumes, entre outros, e praticava-se o extrativismo de madeira nativa para ser transformada em lenha, que servia para os engenhos a vapor, levando ao surgimento de pequenas atividades de comércio, cortadores de lenha, carvoeiros e homens de serviços em geral. Para a realização das atividades agrícolas foi utilizada a mão-de-obra escrava negra, como destaca Simões (2006). Tanto os gêneros de primeira necessidade quanto a lenha produzida destinavam-se às próprias fazendas, mas também abasteciam o mercado consumidor da cidade do Rio de Janeiro.

Durante o ciclo do açúcar, as vias fluviais da Baixada Fluminense não geraram aglomerados populacionais, contribuindo apenas para dar mais importância à cidade do Rio de Janeiro.

Foi com a produção cafeeira que essa via fluvial passou a ser adotada com regularidade. E nos pontos de contato do terrestre com o fluvial-marítimo, onde se dava a ruptura de carga, que exigia estabelecimentos mais permanentes surgiram as primeiras aglomerações da Baixada, tais como Iguazu, Estrela, Magé, Porto das Caxias, Inhomirim etc. O trânsito de pessoas animava a vida dessas vilas-entrepósitos, mas sua população residente era composta principalmente por negociantes botequineiros e ferradores. Os grandes proprietários ali não residiam e os trabalhadores da terra e agregados das grandes fazendas valiam-se na maioria das vezes das “vendas” espalhadas pelos caminhos. Assim, esses aglomerados eram sobretudo grandes depósitos de mercadorias que iam para o interior ou que desciam a serra em direção ao grande entreposto do Rio de Janeiro. [...] a junção dos interesses dos grandes proprietários e da Coroa movimentava o tabuleiro das planícies da Baixada, recortando sua geografia em busca da passagem das mercadorias pelas quais tinham que passar. Um jogo não muito diferente do que ocorreu com as ferrovias e hoje com as rodovias expressas, onde o poder dos diferentes capitais reestrutura a fisionomia da região à procura de entradas e saídas dos seus investimentos. (ALVES, 2003, p. 32-33)

Simões (2006) explica que as atividades econômicas não eram agregadoras de população. Esse papel ficava a cargo da atividade religiosa, sob o comando do projeto de difusão da fé católica. A partir daí, começaram a surgir, ainda no século XVI, as primeiras capelas onde se reuniam os fiéis dispersos nas fazendas e engenhos. Geiger atenta para o fato de que “no que diz respeito ao açúcar, o que houve foi uma concentração capitalista e respectiva redistribuição geográfica da ocupação, o que explica o abandono de certas áreas” (GEIGER, 1954, p. 08).

A descoberta das jazidas de ouro e diamante em Minas Gerais proporcionou algumas mudanças no cenário local.

A grande mudança se dá nesse momento com a descoberta das jazidas auríferas e diamantíferas nas Minas Gerais. Como o que se veio a chamar de Caminho Velho era demorado e perigoso (alongava-se até Taubaté para daí, pelo Vale do Paraíba, desembocar em Parati por onde se fazia o traslado de navio até Sepetiba e, enfim, por via terrestre, atingir o porto do Rio, o único autorizado a exportar as riquezas), abriu-se uma rota mais direta, o Caminho Novo. Ao longo do seu percurso, desenvolveram-se muitas atividades de apoio ao comércio mineiro: arraiais para descanso de homens e bestas de carga e fazendas com produção alimentícia tanto para os tropeiros quanto para comerciar serra acima. [...] A função de intermediadora dos fluxos comerciais entre Rio e sertão foi favorecida pela grande riqueza hídrica da região, que, quando devidamente explorada, facilitava os transportes. (FERREIRA, 2018, p. 2)

De acordo com Ferreira (2018), mesmo após ter findado o Ciclo do Ouro, a região já havia se consolidado como um importante entreposto e produtor comercial. Entretanto em meados do século XIX, o transporte fluvial terá sua importância reduzida na Baixada Fluminense, por conta da construção da ferrovia – inclusive levando à decadência do transporte por via marítima na região.

Com transferência da Corte Portuguesa para a até então colônia, em 1808, muitos moradores da região referente à cidade do Rio de Janeiro passaram a ser expulsos de suas casas, através das “aposentadorias” (uma espécie de concessão de aposentos para moradia dos membros da corte), requerimentos feitos pela Corte, a fim de que os portugueses recém-chegados tivessem onde morar. O governo joanino concedeu incentivos fiscais para a construção de novas moradias e houve uma relevante especulação imobiliária.

Os portos foram abertos às nações amigas, acabando assim com o exclusivo colonial, e foram instaurados na cidade do Rio de Janeiro os aparatos administrativos portugueses. Após a abertura dos portos, pela primeira vez o Brasil pôde manter contatos comerciais diretos e regulares com o exterior, sem a intermediação de Portugal. O Rio de Janeiro transformou-se, então, no principal foco de escoamento dos produtos da colônia. Alteraram-se ainda, profundamente, os hábitos de consumo, principalmente na capital, com a chegada de grande quantidade de mercadorias, sobretudo de origem inglesa. De acordo com Simões:

Embora tivesse havido um pequeno surto de industrialização com a chegada da família real e sua corte em 1808, em virtude do aumento do número de consumidores potenciais e da liberação da criação de manufaturas, até então, proibidas, a industrialização do Rio de Janeiro

está ligada à economia cafeeira no que tange a seu impulso e no que diz respeito aos entraves a esta (SIMÕES, 2006, p. 70).

A passagem do século XVIII para o XIX reservou para o país mudanças significativas e a Baixada Fluminense, dentro deste cenário, foi atingida por alguns fatos decisivos para a sua vida econômica, tais como o ciclo do café, surgimento das primeiras vias férreas e a substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores livres.

Em fins do século XVIII, apareceram as primeiras plantações de café no Estado e logo se espalharam pelo vale do Paraíba atingindo também Minas Gerais e São Paulo. O café começava a substituir o açúcar, em termos de importância no comércio internacional, e se tornou, a partir de então, o principal produto agrícola nacional.

Na Baixada, o café não chegou a substituir a cana, sendo seu cultivo pouco expressivo. De acordo com Simões (2011), a economia cafeeira teve vida curta e nenhuma importância significativa na Baixada Fluminense: “em geral o café não se adaptou ao clima quente e úmido e aos solos alagados das partes baixas, sendo no período, muito mais uma tentativa de sair da falência da cultura da cana do que uma opção econômica viável” (SIMÕES, 2011, p. 91), exceto por algumas raras exceções, como foi o caso do povoado de Santana das Palmeiras localizada no alto do Maciço do Tinguá, onde encontravam-se dezenas de fazendeiros de café.

A expansão da monocultura cafeeira na região do Vale do Paraíba fluminense, na virada do século XVIII para o XIX, e a necessidade de escoamento da produção resultaram, para a Baixada Fluminense, no surgimento e aglomerações populacionais fixadas nos pontos de encontro entre as vias de circulação aquática e terrestre. Houve a intensificação e abertura de novas estradas vinculadas com aquelas oriundas no período do Ciclo do Ouro; aparelhamento para armazenagem e transporte regular de mercadorias volumosas; grande fluxo de pessoas; proliferação de vários portos fluviais ao longo dos rios que desaguam na Baía de Guanabara e, conseqüentemente, a elevação de determinadas localidades à categoria de vila.

Somente quando a crescente produção cafeeira do planalto teve a necessidade de encurtar e facilitar o percurso em direção aos portos é que a via fluvial foi adotada com regularidade na Baixada, interligando-se com novas estradas de terra ou variantes antigas. Nos pontos de encontros de domínios de circulação fluvial-terrestre, surgiram os primeiros aglomerados populacionais na Baixada Fluminense.

O crescimento da produção cafeeira trouxe uma sobrevida aos velhos caminhos, que foram drenados, retificados e até mesmo pavimentados, e ao transporte fluvial para essa região. Com a necessidade de maior fluidez e rapidez para o escoamento da produção do café foi construída, entre 1811 e 1822, a Estrada Real do Comércio, cujo percurso se iniciava em Ouro Preto (Minas Gerais), passava pelo Vale do Paraíba chegando até o Porto do Iguaçu.

Segundo Ferreira (2018),

Com a expansão da cafeicultura pelo Vale do Paraíba, a exportação fazia-se descendo a Serra do Mar pela Estrada do Comércio, aberta em 1822, até portos fluviais em Piedade do Iguaçu. Com a chegada da ferrovia até Macacos (atual Paracambi) em 1861, estabeleceu-se conexão quase direta com o porto carioca. Os muitos e pequenos canais por onde trafegavam as mercadorias tornaram-se obsoletos ante a rapidez, o frete e a carga das locomotivas. Os fazendeiros, que se incumbiam da abertura e manutenção dessas vias fluviais, abandonaram-nas à própria sorte, com o resultado de que logo se obstruíram com vegetação aquática e troncos caídos das margens, de modo a extravasar e a inundar quase toda a planície. A reversão ao pântano não só significou menos áreas cultiváveis, mas também mais focos de malária. Empobrecida e insalubre, a Baixada despovoou-se. Outras prósperas regiões fluminenses que se destacavam como entrepostos, como Itaguaí, Mangaratiba e Macaé, também foram vítimas da ferrovia (FERREIRA, 2018, p. 2).

Dentro desse contexto e devido às ótimas condições para criação de um entreposto comercial, em 1833 a até então Vila de Iguaçu, tornou-se município, “na medida em que o intenso comércio que se estabeleceu neste período fez com que o povoado de Iguaçu conhecesse seu apogeu” (SIMÕES, 2011, p. 91), exercendo o papel de intermediação entre o Porto do Rio de Janeiro e as localidades produtoras. Entretanto, de acordo com Simões (2011):

[...] mesmo nesse momento as aglomerações que surgem próximas aos portos não chegam a impressionar pelo tamanho e pela variedade de funções. O comércio, o beneficiamento e demais serviços ligados à atividade cafeeira continuam concentrados na cidade do Rio de Janeiro, restando aos núcleos da Baixada Fluminense um papel secundário neste ciclo (SIMÕES, 2011, p. 91).

Uma outra questão que se colocava em perspectiva na região da Baixada Fluminense durante o período cafeeiro eram os problemas ocasionados pela limitação do transporte. Segundo Simões (2011):

O volume da produção aumenta enormemente e o transporte por animais já dá sinais de esgotamento, além de ser relativamente lento e caro. [...] Torna-se necessário, então buscar alternativas que viabilizem o grande fluxo dessa mercadoria que se estabelece entre o Vale do

Paraíba e o porto do Rio de Janeiro. Essa solução seria o trem. (SIMÕES, 2011, p. 92)

A economia cafeeira foi fundamental não só na criação de condições para uma maior urbanização, mas também na criação de diversas cidades no Vale do Paraíba. Entretanto, esse crescimento foi menos intenso na Baixada Fluminense, em decorrência das péssimas condições de saneamento da região que provocavam frequentes epidemias. Em 1835, a vila de Iguazu quase desapareceu em decorrência de uma epidemia de malária, o que fomentou a perda de força política, fazendo desaparecer de fato “com a extinção do município e a distribuição de suas terras entre Magé e Vassouras” (SIMÕES, 2011, p. 91). No ano seguinte, o município conseguiu se recompor, entretanto, nunca mais foi como anteriormente.

Simões (2011) evidencia ainda os fatores que limitavam a transição da lógica advinda da dinâmica imposta pela agricultura cafeeira escravista para o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro:

[...] de um lado, a sua insuficiente articulação, enquanto fluminense, com a cidade no sentido de criar naquele uma fonte de matérias primas para a indústria urbana, o que era dificultado pela predominância da monocultura cafeeira. Do outro lado, havia dificuldades de criação de um mercado consumidor mais amplo à medida que os escravos pouco consumiam e os barões do café davam preferência a produtos importados. Restava então, às indústrias da cidade do Rio de Janeiro, um mercado local constituído de uma pequena parcela de trabalhadores livres, em geral de baixa renda, e uma pequena burguesia local ávida de imitar os hábitos dos barões, mas com renda insuficiente para tal. Entretanto foi a própria dinâmica escravista do café que determinou a transição para o trabalho livre na cidade e a formação de um mercado consumidor mais amplo (SIMÕES, 2011, p. 97).

As contradições existentes entre o fim do tráfico de escravos, a necessidade da manutenção deste sistema de trabalho provocada pela demanda desse tipo de mão-de-obra no campo e, ao mesmo tempo, “a transferência de capitais deste comércio para outros setores da indústria” (SIMÕES, 2011, p. 97) provocou a elevação do preço dos escravos. Como consequência, houve o deslocamento de escravos que viviam em áreas urbanas para as áreas rurais, o que impulsionou a introdução do trabalho livre no meio urbano.

Entretanto, mais adiante, este cenário tornou-se impulsionador de um processo inverso. Como demonstra Simões (2011):

A partir de 1870, inicia-se um período de aceleração do crescimento demográfico, principalmente pela intensa migração de escravos que começam a abandonar as fazendas cafeeiras que entram em processo de decadência (SIMÕES, 2011, p. 102).

Mas, segundo aponta Costa (2013),

A população da Baixada Fluminense variou muito pouco entre os anos de 1872 e 1920. [...] Essa migração tinha, provavelmente, caráter sazonal, uma vez que não há relatos e muito menos indícios de uma debandada, em massa e em definitivo, para outras regiões do Estado do Rio de Janeiro (COSTA, 2013, p. 91).

Assim, de acordo com Grynszpan (1987), no final do século XIX, a região da Baixada teria passado a ser vista como área abandonada e decadente em decorrência do fracasso da tentativa de implementar uma lavoura cafeeira e da produção agrícola que até então era mais valorizada no norte do estado e no Vale do Paraíba. A partir daí o desinteresse dos herdeiros dos proprietários de terras da Baixada Fluminense, que já estavam insalubres e alagadas por conta do abandono, impondo muitas dificuldades à atividade agrícola e aos seus lucros, deu espaço para que as antigas fazendas fossem loteadas e tivessem seus arredores ocupados por lavradores pobres juntamente com suas famílias.

A partir do final da primeira metade do século XIX começaram a emergir uma série de propostas e projetos visando a construção de ferrovias que interligassem as áreas produtoras de café na região do Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro. Logo, elas acabaram por substituir “o transporte de carga dos rios e caminhos, esvaziando e até extinguindo os antigos portos e localidades ao longo destes” (SIMÕES, 2011, p. 93). Na primeira metade do século XX, tornaram-se o principal meio de transporte de massa a atender população, “transformando pequenas paradas em estações de grande porte que agregaram população e ganharam uma multiplicidade de funções tipicamente urbanas” (SIMÕES, 2011, p. 93).

Os pequenos núcleos urbanos que emergiram no século XIX foram elevados à categoria de sedes municipais abrigando um contingente populacional de centenas de milhares de pessoas, “ganhando novas funções urbanas que consolidam uma divisão regional do trabalho que envolve e articula toda a metrópole, embora o centro de comando e das decisões continue a ser o núcleo metropolitano” (SIMÕES, 2011, p. 108).

Entre as décadas de 1920 a 1940 a Baixada Fluminense recebeu uma grande quantidade desses migrantes, oriundos principalmente do Vale do Paraíba, como resultado da crise cafeeira. De acordo com o autor, “a maior parte dos migrantes não foram para a cidade do Rio de Janeiro, mas sim para a Baixada Fluminense, e muito menos foram os libertos que a empreenderam” (COSTA, 2013, p. 21).

Ainda no século XX, a Baixada Fluminense passou por intensas transformações, tornando-se área periférica completamente ligada e dependente da cidade do Rio de Janeiro.

Entre as décadas de 1920 e 1940, a Baixada se tornou uma das principais regiões fruticultoras do país, por meio da citricultura, substituindo as culturas tradicionais. Segundo Geiger “a situação das grandes propriedades deixadas ao abandono pelos donos radicados na cidade contrasta com o rejuvenescimento agrícola das áreas onde estes comerciantes ou os antigos fazendeiros introduziam a fruticultura” (GEIGER; SANTOS, 1954, p. 10).

Assim, o desenvolvimento da citricultura foi pondo fim à produção de outros tipos de culturas de gêneros alimentícios, tais como o feijão, o milho e a mandioca. Geiger ressalta que “as frutas possuíam este poder de expansão porque encontravam escoamento no mercado estrangeiro” (GEIGER; SANTOS, 1954, p. 10).

Geiger e Santos (1954) dizem ainda que a agricultura não foi, no entanto, capaz de acompanhar o desenvolvimento industrial acelerado no decorrer do século XX, e que “industrialização, urbanização e modernização de transportes estão muito ligados e a sua evolução se caracteriza pela tendência à concentração, mais nitidamente do que na agricultura” (GEIGER; SANTOS, 1954, p. 13), chamando atenção para o processo de urbanização da área correspondente à Baixada Fluminense e o conseqüente loteamento – este como atividade mais lucrativa nas áreas mais rurais da Baixada Fluminense e implicando em expropriação dos posseiros que viviam nas áreas rurais.

Considerando este contexto da história da Baixada Fluminense, Simões atenta que:

Os processos de ocupação e urbanização da Baixada Fluminense devem ser entendidos como manifestações locais e particulares de processos mais amplos que vão da inscrição material no espaço das relações sociais e econômicas do capitalismo em geral e no seu modelo brasileiro, até a inserção desta região no processo de metropolização do Rio de Janeiro (SIMÕES, 2006, p. 5-6).

Segundo Menezes (1991), a ocupação e o processo de urbanização da Baixada Fluminense têm relação direta com o crescimento da cidade do Rio de Janeiro, desenvolvendo-se de acordo com as necessidades da metrópole. E é essa relação que faz com que a Baixada assuma desde cedo um perfil mais urbano. Assim, a autora destaca que “a urbanização acelerada da região não se deu de maneira uniforme, mas complexa, irregular e espacialmente descontínua” (MENEZES, 1991, p. 70).

Grynszpan (1987) e Pedroza (2010) afirmam que entre as décadas de 1920 e 1950, com o abandono da *plantation* da cana-de-açúcar, a Baixada Fluminense e as antigas fazendas foram loteadas ou tiveram seu entorno apossado por famílias de lavradores pobres atraídos pelos empregos na produção de laranja em Nova Iguaçu, ou mesmo por haver a possibilidade de se estabelecerem como posseiros ou parceiros no cultivo de frutas, gêneros alimentícios ou fabrico de carvão. Além disso, várias áreas foram abandonadas pelos proprietários e acabaram sendo ocupadas por muitos posseiros, muitos deles antigos trabalhadores das fazendas de café ou de cana-de-açúcar que quiseram permanecer na terra mesmo após estas serem abandonadas, trabalhadores que foram expulsos de outras fazendas e migraram para as áreas abandonadas ou vindos de outros estados em busca de trabalho e melhores condições de vida.

É neste contexto que a Baixada Fluminense passa a ser vista como área abandonada e decadente. Entretanto, para Menezes (1991) a ideia de crise agrícola deve ser relativizada, na medida em que:

Se houve crise nas culturas tradicionais de exportação e se as áreas por elas antes ocupadas foram abandonadas e utilizadas posteriormente para especulação e ocupação humana, a generalização da decadência não seria correta (MENEZES, 1991, p. 79).

De acordo com Grynszpan (1987), com base em dados do IBGE, entre as décadas de 1940 e 1960 houve um aumento das áreas dedicadas a lavouras. O que de fato aconteceu foi uma queda brusca de culturas de exportação, mas não de lavouras. Portanto, a decadência não significou completa paralisação das atividades produtivas.

A fase de maior prosperidade agrícola da região que abrange Nova Iguaçu e suas redondezas foi o período que corresponde à primeira década do século XX até o pós-guerra “caracterizado pelo ciclo da laranja, e que levou Nova Iguaçu a ser o maior produtor nacional da fruta” (MENEZES, 1991, p. 80). De acordo com Menezes:

O sucesso da fruticultura e as relações de trabalho que ela impunha, com predominância de assalariados e meeiros, promoveu o afluxo da população para a zona rural e vertiginoso aumento da população rural. (MENEZES, 1991, p. 81).

Segundo Menezes (1991), a crise da laranja foi “determinada pela queda da demanda e dos preços internacionais do produto” (MENEZES, 1991, p. 82), no pós Segunda Guerra Mundial, e acabou por fortalecer o projeto de urbanização. Assim, a urbanização da região acelerou “a transformação da paisagem do campo em paisagem

urbana, pela ampliação da área urbana” (MENEZES, 1991, p. 82). A estação ferroviária deixou de ser um escoadouro de laranja para passar a ser um escoadouro de população. Dentro desta perspectiva, a autora destaca que “o saneamento e a constituição das colônias agrícolas são fenômenos intimamente ligados às imposições da urbanização e da industrialização e ao papel que a Baixada deveria cumprir no crescimento da metrópole” (MENEZES, 1991, p. 84).

Menezes (1991) afirma ainda que “o aproveitamento produtivo com fins agrícolas foi sacrificado em prol dos loteamentos urbanos e da especulação” (MENEZES, 1991, p. 91). Grynszpan (1987) atenta para o fato de que os investimentos estatais também acabaram fomentando a especulação voltada para o loteamento urbano, em vez de incentivar a produção agrícola. Grynszpan (1987) destaca também que a Baixada Fluminense e seus arredores se configuraram como áreas que tiveram uma intensificação significativa dos conflitos sociais entre o final da década de 1940 e 1950. Segundo o autor, os conflitos em grande parte foram motivados pelos despejos de lavradores das áreas que eles ocupavam.

Ao mesmo tempo em que aumentavam a especulação e as disputas por terra, avançavam também as áreas de cultivo, impulsionadas pela ação em larga escala dos pequenos lavradores.

Se, num primeiro momento, os primeiros aglomerados populacionais na Baixada Fluminense se desenvolveram ao redor dos rios, num segundo momento a concentração populacional se deu às margens das ferrovias. A construção de vias férreas influenciou a organização econômica e social da região e serviu aos interesses de poucos, em particular das elites agrárias, pois a maioria dos fazendeiros locais era representada por produtores de açúcar ou produtores de gêneros para revenda na capital.

Neste contexto, ocorreram mudanças significativas no município de Nova Iguaçu, pois, a partir de então, além de o crescimento e desenvolvimento da Baixada estarem atrelados à região metropolitana, passaram a estar ligados também à expansão ferroviária no estado, como mostra Heloisa Menezes:

As particularidades de seu desenvolvimento ligam-se de forma espetacular às questões relacionadas à circulação. Suas funções, seu passado urbano, e seu movimento de integração à metrópole pela ampliação do espaço urbano estão diretamente subordinados às vias de circulação, com destaque especial para a ferrovia (MENEZES, 1991, p. 71).

De acordo com Alves (2003), com as reformas urbanas ocorridas ao longo das primeiras décadas do século XX na cidade do Rio de Janeiro, a população mais pobre, que até então residia em cortiços e “cabeças-de-porco”, passou a ser expulsa da cidade e acabava migrando para áreas mais periféricas, como a Baixada Fluminense. Além disso, a construção da ferrovia fez com que o contingente populacional se estabelecesse prioritariamente em seu entorno. Menezes ressalta “que ela provocou acentuada valorização das áreas às suas margens e a consequente especulação, possibilitando o loteamento e venda de lotes para moradia a preços acessíveis” (MENEZES, 1991, p. 75).

A autora afirma que, em relação às condições de salubridade nas áreas próximas à rodovia, o saneamento levado pelo Estado objetivando promover uma colonização com fins agrícolas, produziu um efeito diferente do desejado, na medida em que serviu para estimular a urbanização, a especulação imobiliária e uma mudança na função produtiva da região.

De acordo com Grynszpan (1987), as noções de decadência e abandono atreladas à Baixada Fluminense devem ser usadas com muita cautela, não se esgotando em si mesmas, na medida em que, no caso específico da Baixada, tais noções pressupõem um momento anterior de grande prosperidade, marcada pela predominância do latifúndio e do cultivo da cana. O que é caracterizado como decadência não significa o fim completo da produção agrícola na região, mas o abandono e desinteresse dos grandes proprietários em cultivar essas terras. Manoela Pedroza afirma que:

Para outro grupo social, esse ‘abandono’ abriu novas possibilidades de trabalho autônomo, já que o desinteresse dos grandes produtores e proprietários permitia que pequenos agricultores sem posses (arrendatários, parceiros e posseiros) pudessem mais facilmente viver e trabalhar naquelas terras (PEDROZA, 2010, p. 106).

Em 1938, essa situação começou a mudar com o início das obras de drenagem e saneamento do governo federal, que acabaram sendo realizadas nos municípios da Baixada mais próximos à cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Grynszpan (1987), tais obras eram parte de um plano mais amplo que procurava melhoria da salubridade nessa região e o fomento de projetos de colonização.

Henrique Sobral Silva (2012) chama atenção para o pioneirismo dos geógrafos:

[...] esses intelectuais os primeiros a inserir os projetos de colonização como parte de uma História da Baixada Fluminense, configurando a ideia muito difundida de que essas políticas de saneamento e colonização eram a solução para a decadência advinda desde a abolição da escravidão. É possível entender essa construção, guardados os

paralelos por vezes duvidosos criados pelos geógrafos que, numa percepção do historiador atual, incorreria em anacronismos perigosos, como uma apropriação da História como tentativa de justificativa para o presente. Seu pioneirismo ainda se expressa na visão das políticas voltadas para a Baixada Fluminense em seu conjunto, entendendo signos como o saneamento, a especulação, os loteamentos e a colonização, como caracteres formadores de uma nova Baixada, mais integrada à dinâmica urbana, capitalista e ao centro do Rio de Janeiro (SILVA, 2012, p. 06).

O plano integrado de obras e de colonização¹² buscava dar conta de dois problemas principais, para os quais o saneamento não era o suficiente, sendo o primeiro o abandono da agricultura e o segundo, a apropriação de terras públicas na região.

É importante ressaltar que o projeto de colonização de Vargas visava, além disso, a construção da nacionalidade – baseada nos ideais estadonovistas –, expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, de conquista do interior do país e de ocupação e recuperação de seus espaços vazios, deslocamento da fronteira agrícola, redução de tensões nas áreas mais tradicionais e mais densamente povoadas, além da manutenção das estruturas de dominação.

Ao longo dos anos 1930 e 1940 foram criados sete núcleos coloniais no estado do Rio de Janeiro, alguns deles localizados em regiões da Baixada Fluminense. A ideia era formar um cinturão verde em torno da cidade do Rio de Janeiro, que suprisse em termos de abastecimento de produtos alimentares demandados. Segundo Silva (2017), para entender a motivação da criação desses núcleos coloniais faz-se necessário contextualizar o cenário nacional:

A primeira metade do século XX foi pautada por uma visão liberal no que competia a produção e distribuição de alimentos no Brasil. Essa política liberalizante se estruturava na forma de um predomínio da agroexportação, notadamente cafeeira, que provocava irregularidades entre a demanda e a oferta, colaborando com constantes momentos de carestia e elevação dos preços por conta da inflação, situação em que podemos observar um cenário de retração do mercado interno, quando ocorriam crises econômicas na economia monocultora de exportação. (SILVA, 2017, p. 43)

Nesse contexto, em 1930, foi criado o Núcleo Colonial de Santa Cruz na zona Oeste do então Distrito Federal, pelo decreto nº 19.133, ainda durante o Governo de Washington Luís, com área de 19.140 hectares. De acordo com Silva (2012) “esse foi o

¹² Segundo Oliveira (1999), em resumo, esse movimento de colonização na era Vargas vinculava-se ao projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo para ocupar os espaços geográficos pretensamente “despovoados” e “semipovoados” com terras férteis em abundância; dando oportunidade aos trabalhadores sem-terra que sonhavam em ocupar um pedaço de chão, desempregados nas cidades.

primeiro de três núcleos constituídos nesta região no período de 1930 a 1945, localizado na divisa do município do Rio de Janeiro, no bairro de Santa Cruz, com o município de Itaguaí, na Baixada Fluminense” (SILVA, 2012, p. 06). Ainda de acordo com o autor, no mesmo período,

[...] ainda se organizam os núcleos coloniais de São Bento (1932), no município de Duque de Caxias e o de Tinguá (1938), no município de Nova Iguaçu (ambos na Baixada Fluminense) segundo o relatório apresentado pelo Ministério da Agricultura ao presidente referente aos anos de 1930 – 1944 (SILVA, 2012, p. 07-06).

Segundo SILVA (2012), o fato de a colonização ter se dado em terras públicas – em especial no caso da Fazenda Nacional de Santa Cruz,

[...] representava para o governo, além da não confrontação com setores latifundiários, a tentativa de solução para a questão dos aforamentos, regimento em vigor antes mesmo da república, numa tentativa de dirimir conflitos por direitos de propriedade e limites entre terrenos públicos, privados, aforados e apossados (SILVA, 2012, p. 08-09)

É neste contexto que Grynszpan afirma que “na verdade, é que a Baixada que, em tempos de crise, tem sido indicada, inclusive com o concurso das elites agrárias do estado, como área privilegiada para a experimentação de medidas alternativas” (GRYNSZPAN, 1987, p. 47). Assim, a imigração e a colonização obtiveram apoio de alguns setores da elite fluminense, além da diversificação da produção agrícola como uma solução possível para resolver a crise econômica que assolava o estado, com o declínio do café e da escravidão no final do século XIX. De acordo com Silva (2012), neste período a cidade do Rio de Janeiro contava com o abastecimento de produtos oriundos da região serrana e dos estados de São Paulo e Minas Gerais, o que acarretava no encarecimento para o mercado consumidor.

Contudo, os objetivos inicialmente propostos pelo plano de obras e de colonização não foram plenamente alcançados, na medida em que:

Os investimentos estatais não representaram um incentivo à produção agrícola na Baixada. A valorização por eles gerada alimentou a especulação e provocou intensas disputas de terras na região, não apenas entre lavradores e grileiros, mas também entre grileiros e grileiros, e até grileiros e legítimos proprietários. Os próprios Governo Federal e Estadual se viram envolvidos em disputas com pessoas que se teriam apropriado de terras consideradas públicas (GRYNSZPAN, 1987, p. 51).

No final da década de 1970, a Baixada Fluminense, próxima aos subúrbios, foi elevada à categoria de região metropolitana, mas relativizada enquanto uma espécie de

periferia da periferia do Rio de Janeiro, configurando-se cada vez mais como um refúgio para migrantes oriundos do interior do Estado (ALVES, 2003). Desta forma, de acordo com Alentejano (1997) a segunda metade do século XX é marcada pelo crescimento populacional da região. Contudo, há também um crescimento da especulação fundiária na segunda metade do século XX, dando abertura para uma série de processos de grilagem em toda a Baixada Fluminense. Processos estes responsáveis em sua maioria pelos intensos conflitos pela posse da terra na região (ALENTEJANO, 2003).

Capítulo II

A luta pela terra na Baixada Fluminense na segunda metade do século XX

A proposta deste capítulo consiste em analisar a luta pela terra na Baixada Fluminense no decorrer da segunda metade do século XX, ressaltando as mudanças nas formas de mobilização, ocupação, organização e resistência. Considerando que na primeira metade do século XX prevalecia a lógica dos despejos e todas as mazelas que eles acarretavam para os ocupantes da terra, a partir da década de 1950 algumas formas de luta para permanecer na terra passaram a ganhar espaço, assim como as demandas daqueles a ocupavam passaram a ser outras.

Assim, desenho, nas próximas páginas, um panorama geral e breve do cenário político e social do Brasil no período que antecede o golpe militar de 1964, como também da conjuntura ao longo do regime militar. Busco, ainda, analisar a situação do campesinato neste momento, incluindo suas demandas – como a luta pela terra, num contexto de ampla discussão da pauta de uma reforma agrária, defendida principalmente por setores da esquerda -, bem como conflitos e violações de direitos, tais como os despejos, e, conseqüentemente, o alinhamento de uma parcela do campesinato com setores da esquerda brasileira, o que culminou em perseguições e inúmeras violações de direitos de líderes e de camponeses durante o período referente à ditadura militar. Além disso, também procuro ressaltar os impactos causados pelo processo de redemocratização do país na retomada da temática da questão agrária como um dos centros do debate político, assim como a retomada dos processos de luta por terra. É nesse sentido que eclodem, no início dos anos 1980, diversas ocupações e acampamentos.

2.1 A questão agrária e a luta pela terra na Baixada Fluminense no pré-1964

Há uma grande mobilização do campesinato a partir de 1945, período que marcou o retorno à democracia após os anos da ditadura comandada por Getúlio Vargas. De acordo com Dezemone (2016), “as demandas dos movimentos camponeses receberiam publicização e maior visibilidade se expressas no espaço urbano” (DEZEMONE, 2016, p. 137). Medeiros (1989) destaca a emergência dos trabalhadores rurais enquanto atores políticos num momento de rápidas mudanças conjunturais após 1945, permeado por grande instabilidade política, porém, marcado pela consolidação de um projeto de

industrialização do país e de desenvolvimento econômico. As formas de alianças políticas eram postas em jogo pelas reivindicações de direitos no campo. Assim, para a autora, a presença incipiente dos trabalhadores rurais no cenário político teve reflexos institucionais, levando a uma aceleração da discussão em torno da necessidade da criação de instituições que representassem legalmente os trabalhadores do campo.

No final da década de 1940 e início da década de 1950 as lutas começaram a tomar forma de resistência organizada, através da mobilização dos trabalhadores rurais, ocasionada principalmente pela atuação do Partido Comunista e, já no início dos anos 1960, da criação de entidades de classe, como sindicatos e federações, bem como surgimento da proposta de uma aliança operário camponesa, que viabilizou a expansão do movimento camponês.

A política brasileira até o início dos anos 1960, segundo Fernando Azevedo (2014), era essencialmente voltada para as questões ligadas ao meio urbano, com algumas tarefas históricas pendentes, como a ampliação da participação eleitoral, universalização dos direitos civis e sociais básicos. Além disso, era marcada pelas práticas políticas oligárquicas que impediam que os interesses dos segmentos populares ganhassem representação. Tais aspectos garantiam a coexistência do que o autor denomina de “pacto populista”.

No período que antecedeu o golpe de 1964 estavam em pauta, com forte apoio popular, as reformas de base, com destaque para a reforma agrária, que esteve no centro do embate político, mas que se resumia a poucas medidas que não representavam mudanças estruturais. Pouco antes da queda do presidente João Goulart, as expectativas de realização de uma ampla reforma agrária motivaram inúmeros debates. De acordo com Medeiros (1989):

Nos anos 60, tomou corpo no Brasil um debate sobre a natureza da agricultura, onde os eixos problemáticos eram o perfil e perspectivas do desenvolvimento [...]. Tal preocupação levava à busca de identificação do modo de produção dominante e do significado do nosso ‘atraso’, remetendo a pensar a nação e os projetos para ela. [...] O ‘latifúndio’ aparecia então como um dos obstáculos ao desenvolvimento, obstáculo esse que deveria ser removido através de uma reforma agrária (MEDEIROS, 1989, p. 22).

Ainda de acordo com a autora, no início da década de 1960 houve uma expansão das Ligas Camponesas de Pernambuco para outros estados. Medeiros (1989) e Azevedo (2014) afirmam a importância das Ligas na inserção da questão agrária no centro da agenda nacional entre as décadas de 1950 e 1960, bem como do PCB, preconizando suas

ações “fora dos limites institucionais” (MEDEIROS, 1989). Além disso, Azevedo (2014) ainda enfatiza outros dois papéis políticos e históricos, pioneiros e antecipatórios na cena política e social brasileira da época desempenhados pelas Ligas Camponesas. Primeiro, elas foram precursoras e decisivas em relação à inclusão social e à extensão dos direitos civis e políticos ao campo, como a sindicalização rural, extensão das leis trabalhistas para o campo e a promulgação do Estatuto da Terra. Segundo, atuaram politicamente de forma independente do Estado e dos principais atores políticos da época, antecipando a autonomia política dos movimentos sociais e dos sindicatos e o projeto de um partido organizado de cima para baixo e com raízes nos movimentos sociais. Entretanto, de acordo com Dezemone (2016) “é evidente que apenas a ascensão das Ligas Camponesas em meio à Guerra Fria não explica a relevância da questão agrária naquela conjuntura” (DEZEMONE, 2016, p. 135)

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pela efervescência de conflitos no campo, que se estenderam para áreas onde até então não havia incidência anteriormente.

Desde o final da década de 1940 existiram associações de lavradores, que se configuravam como uma forma fundamental de organização dos posseiros, como no caso de Nova Iguaçu. É somente em 1962, com a regulamentação do sindicalismo rural no Brasil, que começaram a ser formados sindicatos dos trabalhadores rurais, como mostra Mario Grynszpan (1987). Esse fato contribuiu para atrair a competição política pela representação e mediação dos lavradores em luta, intensificando as disputas entre os setores da Igreja Católica, PCB e Ligas Camponesas – estas com pouca expressão no estado do Rio de Janeiro – pela liderança na atuação sindical no campo.

O número de sindicatos cresceu significativamente ao longo do governo João Goulart, caracterizado como nova fase do trabalhismo brasileiro. Com a regulamentação dos STRs, Goulart tentou não só conter os movimentos sociais mais radicais, tais como as Ligas Camponesas¹³, como também ampliar sua base de sustentação política, pretendendo forjar um agrupamento político sindical novo, desarticulando o poder privado do latifúndio. Entretanto, não há como deixar de reconhecer que a luta pelo acesso a direitos, inclusive de organização, inicia-se muito tempo antes.

¹³ De acordo com Azevedo (2014), as Ligas Camponesas assumem uma postura mais radical na medida em que atuaram politicamente de forma independente do Estado e dos principais atores políticos da época, antecipando a autonomia política dos movimentos sociais e dos sindicatos e o projeto de um partido organizado de cima para baixo e com raízes nos movimentos sociais.

De acordo com Felipe Ribeiro (2015), havia um descompasso da legislação trabalhista entre os direitos garantidos aos empregados rurais e aos industriais e do comércio, bem como as apropriações feitas desse aparato legal pelos trabalhadores. Cabe ressaltar a apropriação dos direitos trabalhistas prescritos pela CLT, que se distinguiu da concepção originária, empreendida por muitos trabalhadores rurais. Aliado a isto, houve uma intensificação na mobilização em favor da extensão desses direitos para o campo.

Para Dezemone:

O aumento das mobilizações no campo nas décadas de 1950 e 1960 não pode ser atribuído somente à exclusão dos benefícios sociais. [...] As transformações de ordem socioeconômica, isoladamente, são incapazes de dar conta das formas de luta e resistência empreendidas pelos setores camponeses (DEZEMONE, 2008, p. 142)

Neste contexto há um enraizamento do sindicalismo rural. Medeiros (1989) destaca a emergência dos trabalhadores rurais enquanto atores políticos num momento de rápidas mudanças conjunturais após 1945, permeada por grande instabilidade política, porém, marcado pela consolidação de um projeto de industrialização do país e de desenvolvimento econômico. As formas de alianças políticas eram postas em jogo pelas reivindicações de direitos no campo. Para a autora, a presença incipiente dos trabalhadores rurais no cenário político teve reflexos institucionais, levando a uma aceleração na discussão em torno da necessidade da criação de instituições que representassem legalmente os trabalhadores do campo:

O crescimento das organizações de trabalhadores [rurais] correspondeu também a um período em que a Igreja se tornava mais sensível para os problemas sociais, ao mesmo tempo em que se preocupava com o avanço das forças de esquerda, o 'perigo comunista', no campo (MEDEIROS, 1989, p. 75).

Para Grynszpan (1987), algumas ideias lentamente foram ganhando força no estado do Rio de Janeiro. Medeiros (1989) e Grynszpan (1987) destacam que algumas lideranças, apesar da sua origem camponesa, passaram pela cidade e por movimentos de trabalhadores urbanos, muitas delas tendo ligação com o PCB, causando uma transformação na dinâmica do conflito fundiário, tornando-o uma experiência de luta marcante. O Partido Comunista tinha certa limitação na sua atuação na região da Baixada Fluminense, no final dos anos 1940, como afirma Grynszpan (1987). O que havia eram militantes isolados, envolvidos na tarefa de organizar os trabalhadores no campo. O autor destaca, ainda, a trajetória política das principais lideranças camponesas da Baixada e a sua relação com o PCB, como é o caso de Manoel Ferreira de Lima, José Pureza da Silva

e Bráulio Rodrigues da Silva, que inicialmente participaram de movimentos sindicais urbanos, vindo mais tarde a se tornarem líderes camponeses.

Partindo de uma análise simplista e conseqüentemente equivocada, pode-se concluir que a luta social teria surgido em decorrência das divergências de interesses entre lavradores e fazendeiros, reduzindo a uma disputa de terra por esses dois grupos de atores sociais. O conflito é permeado por questões bem mais complexas, como evidencia Grynszpan (1987). De um lado, os posseiros eram apoiados por organizações de esquerda e por sindicatos, em especial o sindicato dos ferroviários, ligado ao PCB, além da Igreja Católica. Do outro, estavam grileiros - categoria por ele caracterizada como termo político que juntava proprietários e pretensos proprietários – além de autoridades locais (prefeitos e deputados) e juizes. Nos anos 1960, a presença da Igreja Católica ganhou força e passou a ter atuação na dinâmica da luta pelo acesso e permanência na terra.

Contudo, desde a década de 1960, a concentração fundiária vinha se intensificando em razão do modelo de desenvolvimento adotado, tendo como conseqüências a especulação e o loteamento, levando milhares de famílias a serem expulsas do campo. Neste contexto, iniciaram-se algumas disputas voltadas para a ocupação e permanência na terra. Segundo Grynszpan (1987), “numa comparação com uma das regiões do país onde havia uma gritante situação de miséria e onde proliferavam as Ligas Camponesas, a Baixada era o ‘Nordeste sem seca’” (GRYNSZPAN, 1987, p. 17-18).

O principal problema social existente no campo fluminense ao longo da década de 1950 e início da década de 1960, ainda de acordo com Grynszpan (1987), era a ocorrência de um alto índice de despejos de lavradores das terras que ocupavam havia vários anos. Isso gerou um acirramento das lutas pela terra e a criação de associações de lavradores, que culminaram na criação da Federação das Associações de Lavradores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (Falerj) em 1959. Esta, de acordo com Alves (2003),

[...] surgira, a partir de uma resolução da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro e consolidava as lutas que vinham ocorrendo. As lutas consistiam em manifestações e passeatas nas cidades, apelos às autoridades, denúncias nos jornais, ações na justiça e idas à Câmara e à Presidência da República. Porém, a principal reivindicação durante os anos 50 foi a obtenção da terra através do usucapião. Dessa forma, lutas particulares entre grileiro e um grupo de posseiros eram transformadas em questões sociais e políticas. No final dos anos 50, por mostrar-se ineficaz, o usucapião foi substituído pela desapropriação, enquanto principal bandeira de luta. A

mudança de estratégia estava associada também a uma conjuntura nacional de debates sobre a reforma agrária e ao cumprimento das propostas de campanha feitas por Roberto Silveira (PTB), eleito por ampla coligação de forças, incluídas as esquerdas, para o governo do estado, em 1959 (ALVES, 2003, p. 70).

Na Baixada, principalmente em Nova Iguaçu, estes despejos ocorriam respaldados ou não por ordens judiciais. Apesar dos despejos não terem se restringido à Baixada Fluminense, “foi a partir dela que se irradiaram as resistências organizadas dos lavradores contra eles” (GRYNSZPAN, 1987, p. 21). Dessa forma, os conflitos entre posseiros e grileiros se tornaram questões sociais e políticas; além disso, a violência passou a ser utilizada como forma de conduzir e resolver os impasses. Ainda de acordo com o mesmo autor:

A mobilização e a organização do campesinato estariam referidas, assim, não à sua maior ou menor condição de miséria, ou à sua posição na hierarquia social, mas sim às suas contradições específicas, às relações sociais em que se acha envolvido a cada momento, bem como aos instrumentos institucionais que tem ao seu dispor. No caso específico do estado do Rio de Janeiro de 1950 a 1964, participavam efetivamente das organizações camponesas aqueles que lutavam pela terra, ou seja, posseiros. E isto significa dizer, também, que era na Baixada que aquelas organizações tinham sua principal área de atuação. (GRYNSZPAN, 1987, p. 134)

É a partir da presença dos grileiros efetivada através da prática dos despejos, que se dá o primeiro passo para o rompimento da dominação, na medida em que surge um cenário em que se torna possível e necessária a organização e a mobilização dos lavradores. Essa luta, de acordo com Grynszpan (1987), foi responsável pela união das várias categorias do campesinato que vão ser identificadas como posseiros. Heloisa Menezes (1991), com base nas análises de Grynszpan (1987), enfatiza que é através das ameaças de despejo e da criação das organizações camponesas e da orientação do movimento camponês que as ocupações de terra na Baixada assumiram um caráter de estratégia de ação reivindicatória.

Menezes (1991) aponta ainda que a luta pela terra na Baixada tem como marco inicial o processo de urbanização e industrialização da região, na busca de sua integração com a cidade do Rio de Janeiro, o que propiciou a valorização fundiária, trazendo à tona novos interesses em relação à apropriação das terras. Esta situação teria sido responsável por provocar uma disputa que envolvia de um lado posseiros e, de outro, grileiros, que utilizavam o despejo como meio de desocupar a terra. Logo, a luta pela terra na Baixada Fluminense é caracterizada como uma forma de resistência, que surge como resultado e

reação não só às ações de despejo, mas principalmente à modernização e à especulação. Segundo a autora, essa resistência foi possibilitada pela não existência de uma relação de subordinação ou clientelismo entre posseiros e grileiros, ou pelo fato dessas relações serem muito frágeis, o que facilitou a quebra do autoritarismo. A partir daí os lavradores passaram a reivindicar a desapropriação da terra e a reforma agrária e a articular as ocupações organizadas de terra.

2.2 Conflitos e mobilização camponesa: as configurações do campesinato fluminense

Com o retorno da questão agrária ao centro do debate político, num contexto de redemocratização do país, a década de 1980 foi marcada pela efervescência de ocupações de terras em diversas regiões do Brasil. De acordo com Sigaud, Rosa e Macedo (2008), essas ocupações, montadas em forma de acampamento, tinham como objetivo principal a reivindicação da redistribuição de tais terras, distinguindo-se das demais ocupações “que, ao longo da história do país, foram e ainda são feitas em áreas desocupadas por interessados em formar lavouras” (SIGAUD; ROSA; MACEDO, 2008, p. 107). Assim:

Enquanto naquelas a entrada nas terras era diluída no tempo, agora elas são realizadas de uma só vez e em grupo, implicando a formação de um acampamento. Se antes as ocupações não necessariamente vinham acompanhadas de reivindicações ao Estado, atualmente se apresentam como demandas de reforma agrária e são assim interpretadas pelas autoridades da República que as têm acolhido e redistribuído as terras entre os acampados (SIGAUD; ROSA; MACEDO, 2008, p. 107).

No estado do Rio de Janeiro, os primeiros registros de ocupações de terras no formato de acampamento, seguidas de desapropriações, têm sua origem no município de Campos onde, no dia 3 de abril de 1963, “um grupo constituído, em sua maioria, por trabalhadores desempregados das usinas de açúcar no Norte Fluminense montou um acampamento na localidade do Imbé” (SIGAUD; ROSA; MACEDO, 2008, p. 116), reivindicando o assentamento de inúmeras famílias.

Se considerarmos os apontamentos de Grynszpan (1987), o período anterior, em especial a década de 1950, foi marcada por ocupações, de caráter paulatino, que tiveram como resultado despejos, muitas vezes fora dos parâmetros judiciais. Contudo, o autor afirma que “foi na Baixada, a partir dos despejos e da quebra da dominação propiciada pela presença de grileiros, que se criaram as condições iniciais para a mobilização e a organização de lavradores” (GRYNSZPAN, 1987, p. 135).

Os despejos de lavradores ocorridos entre 1950 e início da década de 1960, no estado do Rio de Janeiro, foram ações em que prevaleceu a reação com violência de forma extremada, em especial na Baixada Fluminense. Essa violência é vista por Grynszpan (1987) como resultado da “crescente oposição dos lavradores contra a saída da terra” (GRYNSZPAN, 1987, p. 147), considerando que:

As resistências aos despejos foram, ao longo da década de 1950, a principal forma de luta desenvolvida pelas organizações camponesas. [...] Ao lado das manifestações públicas e das ações na justiça, os lavradores procuravam permanecer na terra [...]. As resistências armadas não pareciam representar um recurso extremo, sendo identificadas pelas associações como formas de autodefesa contra a violência dos grileiros (GRYNSZPAN, 1987, p. 147-153).

Entretanto, as ações empreendidas pelos lavradores como forma de resistir aos despejos eram pouco eficazes, por causa da desigualdade na correlação de forças exercidas pelos grileiros e pelo próprio Estado. O máximo que se conseguia era prolongar um pouco a permanência da terra, mas não a regularização fundiária. Deste modo:

Na medida em que conseguiam algum sucesso na permanência na terra, ainda que instável, as áreas de resistência se constituíam em exemplos a serem seguidos [...]. Além disso, elas se transformavam em polos de atração para lavradores que haviam abandonado suas terras em outras áreas do estado ou do país (GRYNSZPAN, 1987, p. 155).

A partir do final da década de 1950 é possível perceber uma mudança significativa na lógica utilizada nos processos de resistência: “a primeira delas refere-se à própria reivindicação básica dos lavradores, que muda do usucapião para a desapropriação das terras em litígio e sua entrega aos lavradores” (GRYNSPAN, 1987, p. 156). Além disso, passaram a contar, de forma mais consistente, com o apoio fundamental de setores urbanos e parlamentares. Entre o final da década de 1950 e início da década de 1960 começa a se dar uma maior interação entre os movimentos camponês e operário. Medeiros (2018) aponta que:

Para entender a recorrente resistência às tentativas de expulsão e os conflitos que se sucederam, é fundamental chamar atenção para o papel desempenhado pelo PCB, que estimulou e apoiou a organização dos trabalhadores ameaçados, procurando dar substância às bandeiras de aliança operário-camponesa e reforma agrária. [...] As associações de lavradores foram uma primeira tentativa de unificar as lutas camponesas, tirando-as de sua dimensão local para articulá-la na construção de um conjunto de reivindicações que ultrapassava de longe os conflitos pontuais. É o momento em que começou a se produzir o reconhecimento político do campesinato e suas demandas e enfrentamentos passaram a ecoar nas páginas dos jornais e nos debates políticos (MEDEIROS, 2018, p. 59-60).

Também no final da década de 1950 foi criada a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), mais precisamente no ano de 1959, por José Pureza, de Caxias, Bráulio Rodrigues, de Nova Iguaçu, e Manuel Ferreira, de Magé. Todos haviam sido operários e militantes do PCB e também vinham organizando posseiros e trabalhadores rurais na Baixada Fluminense, desde o fim da década de 1940, a intenção de garantir a permanência na terra. De acordo com Grynszpan, essa organização:

[...] reunia os antigos núcleos que haviam sido transformados em associações de lavradores de âmbito municipal e, posteriormente, agregaria a própria associação de Pedra Lisa [em Japeri] que, até então, vinha desenvolvendo um trabalho paralelo (GRYNSZPAN, 1987, p. 108).

De acordo com Grynszpan (1987), a Falerj tinha fortes vínculos com o PCB e competia com outras forças atuantes no Rio de Janeiro, como as Ligas Camponesas. Entretanto, “nem a federação nem as associações de lavradores eram órgãos sindicais, mas sim entidades civis registradas em cartório. Da mesma forma em outros estados, as organizações camponesas criadas, como Ligas do Nordeste, eram entidades civis” (GRYNSZPAN, 1987, p. 109). Tem-se que considerar que a legislação vigente impunha limites à sindicalização rural.

A partir disso, podemos notar que as ocupações de terra não eram algo novo no estado do Rio de Janeiro. Ainda segundo o mesmo autor, “as áreas incultas da Baixada vinham sendo apossadas por lavradores e continuavam a sê-lo. Com a criação das organizações camponesas, elas mesmas passaram a orientar ao menos parte desses movimentos” (GRYNSZPAN, 1987, p. 1966). Contudo:

Até o começo da década de 1960, as organizações camponesas não classificavam seus apossamentos como ocupações. [...] A partir dali, no entanto, a ocupação passava a figurar como uma estratégia explícita de ação e, assim como a resistência, assumia um caráter de desafio e de pressão (GRYNSZPAN, 1987, p. 166).

As formas de mobilização utilizadas para reunir as pessoas para ocupar a terra eram diversas. Assim

A Falerj e as associações de lavradores encarregavam-se de espalhar a notícia das ocupações e de juntar as pessoas. A divulgação podia ser feita em reuniões daquelas organizações, encarregando-se os próprios associados da difusão, ou em praça pública. [...] Já no início dos anos 1960, as convocações também podiam ser feitas através de notas publicadas em jornais [...]. (GRYNSZPAN, 1987, p. 1972)

Tais acontecimentos dão a entender que havia um fluxo intenso de populações rurais à procura de terra para se estabelecerem, como aponta Grynszpan (1987). Além disso, o autor ressalta as características dessas ocupações ocorridas no pré-1964:

São movimentos influenciados por ideologias políticas modernas, dirigiam-se para terras públicas, mas consideradas griladas, o que também significa que punham em xeque o controle sobre aquelas terras. Além disso, algumas ocupações se constituíam em retomadas de áreas sobre as quais os camponeses julgavam ter direitos (GRYNSZPAN, 1987, p. 190).

Como resposta às demandas e ampliação dos conflitos e mobilização camponesa no estado do Rio de Janeiro, o governo Roberto da Silveira não só investiu na criação de outras organizações de lavradores como também da desapropriação de diversas áreas envolvidas em conflitos. Segundo Medeiros (2018):

Nesse período, outros governos estaduais estavam usando a mesma lógica de intervenção sobre a questão fundiária, o que mostrava não só o quanto o tema ganhava dimensões nacionais e impunha respostas, mas também a forma como essas respostas poderiam ser moduladas em função das forças que presidiam sua elaboração e do quadro de disputas políticas existentes em cada momento, em cada estado. Em grande parte dos casos, a demanda por reforma agrária que crescia no seio das organizações camponesas sob controle do PCB, a maior parte dos governos respondia com “planos de colonização”, linguagem que traduzia fundamentalmente a proposta de uso de terras devolutas e o desejo de intervenções pontuais. Não se tratava apenas de evitar a expressão “reforma agrária”, considerada ameaçadora por boa parte das forças políticas em disputa, mas de imprimir um limite às ações e demandas das organizações que lideravam as lutas no campo (MEDEIROS, 2018, p. 66-67).

Parte significativa dos conflitos ocorridos entre as décadas de 1950 e 1960 se verificaram em terras onde houve tentativas de criar núcleos coloniais, entre os anos de 1930 e 1950, “para assentar, em pequenos lotes, agricultores que eram vistos como fundamentais para abastecer a capital que rapidamente aumentava sua população” (MEDEIROS, 2018, p. 51). Os conflitos eram frutos tanto do aumento populacional quanto da especulação que se desenvolveu em torno desses núcleos. Segundo Medeiros (2018), “o crescimento da especulação, no entanto, era mais amplo, uma vez que se ligava ao estabelecimento de indústrias e a um reordenamento espacial irradiado a partir da capital” (MEDEIROS, 2018, p. 51). Além disso:

Paralelamente, o processo de industrialização da Baixada e mudanças na cidade do Rio de Janeiro, a construção de avenidas e rodovias que interligavam a capital com a Baixada resultaram num processo de

valorização fundiária que ocorria ao mesmo tempo em que a região recebia ondas migratórias provindas do interior do estado, em especial das áreas onde a crise da cafeicultura se aprofundava, como também do Espírito Santo, Minas Gerais e do Nordeste (MEDEIROS, 2018, p. 54).

Na esfera federal, o tema também era motivo de muita discussão e da elaboração de inúmeros projetos de reforma agrária pelo Legislativo. Como aponta a autora, “os debates, no entanto, acabaram se centrando no artigo da constituição de 1946, que previa a indenização prévia, justa e em dinheiro para as desapropriações por interesse social” (MEDEIROS, 2018, p. 67).

Assim, Medeiros (2018) afirma ser um equívoco tentar explicar o desenvolvimento dos conflitos que ocorrem no estado do Rio de Janeiro nesse período sem considerar os cenários locais e nacional, na medida em que “são diferentes atores que se entrecruzam em diferentes planos (local, estadual, nacional, sem descartar influências internacionais) e que fizeram do debate sobre reforma agrária uma questão candente nos anos que antecederam o golpe militar” (MEDEIROS, 2018, p. 61).

Na sequência, fazemos um apanhado dos principais conflitos que tinham lugar na Baixada Fluminense.

2.2.1 Pedra Lisa

Pedra Lisa ocupa um lugar importante na compreensão dos conflitos fundiários entre grileiros e posseiros, que tiveram a Baixada Fluminense como cenário no pré-1964, “tanto por conta de seu pioneirismo na organização local de lavradores quanto por ter se tornado um polo de irradiação aglutinação de lutas pela terra em regiões próximas” (BASTOS, 2017, p. 4).

Segundo Bastos (2017), a região de Pedra Lisa começou a ser ocupada ainda nos anos 1940, por famílias de posseiros vindas de diversas áreas rurais de Estado do Rio de Janeiro e de outros estados, tal como Minas Gerais. Para o autor:

A diversidade de origens dos camponeses que ocuparam a Baixada Fluminense nesse período, é um dos fatores que explica o forte processo de mobilização do período pré-64. Tais famílias, provavelmente vítimas de secas e da falência de núcleos cafeeiros de suas regiões de origem, acabaram originando um contingente disposto a inserir-se nessas disputas (ERNANDEZ, 2010). Trata-se, portanto, de um campesinato inserido em constantes processos migratórios, buscando melhores condições de vida, possíveis naquela região (BASTOS, 2017, p. 4).

A delimitação geografia de Pedra Lisa se dá tanto da perspectiva geográfica quanto política, como aponta o autor:

Nos dias atuais, a área que abrange as antigas fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, ambas no município de Japeri, desapropriadas em 1958 pelo então governador do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, é um bairro que oficialmente carrega o nome de Pedra Lisa. Atravessando o limite municipal de Japeri, partindo de Pedra Lisa em direção de Nova Iguaçu, cruza-se uma ponte para entrar neste município. Trata-se da área da antiga Fazenda São Pedro, desapropriada em 1959, também fruto da luta dos lavradores do local, respondendo também por uma área de influência da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Esta área, entretanto, é um bairro de Nova Iguaçu chamado Jaceruba. Quando nos referimos a Pedra Lisa, portanto, temos duas referências em mente: um marco geográfico que é uma enorme pedra que batiza o local e uma região política: a área de influência da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, que era bem mais ampla envolvia diversas fazendas da região [...]. (BASTOS, 2017, p. 181).

Foi considerada um grande marco político delimitador da região, na medida em que se configurava enquanto ferramenta política de resistência camponesa - promovendo inclusive resistências armadas contra ações de despejo promovidas pela Companhia Fazendas Reunidas Normandia e por diversos fazendeiros locais, e mobilizações para pressionar o governo estadual -, mas, também como luta por manutenção do estilo de vida camponês. De acordo com Bastos (2017), além de organizar o território por meio da distribuição de terras nos primeiros anos da ocupação, serviu também como uma rede ajuda mútua em forma de cooperativa que auxiliava na produção e comercialização “e até mesmo como agente regulador de comportamento comunitário através de uma comissão incumbida de tratar de casos de transgressões de suas normas de convivência, tais como o consumo de bebidas alcoólicas em excesso, brigas entre posseiros e roubos” (BASTOS, 2017, p. 184-185).

A associação também era responsável por prover infraestrutura à localidade: “promovia aberturas de estradas e valas, para drenagem de áreas pantanosas, assim como construiu uma escola e a ponte que liga Jaceruba a Pedra Lisa” (BASTOS, 2017, p. 184). Além disso, “a Sociedade também funcionava como uma rede de solidariedade entre os camponeses através de trocas de produtos entre eles em tempos de necessidade e mutirões para construções de casas na chegada de famílias novas” (BASTOS, 2017, p. 184).

As ações promovidas pela Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa tiveram reflexões em outras regiões do estado, tais como na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias e no Núcleo Agrícola de Santa Alice, em Itaguaí; “isso só era possível porque havia uma rede de apoios, onde se destacavam os laços com o Partido Comunista e diversos sindicatos” (BASTOS, 2017, p. 186).

Após o golpe de 1964, muitas lideranças passaram a serem perseguidas pelo regime militar. De acordo com Bastos (2017), camponeses da própria região denunciavam as lideranças para o governo, os chamados “entrega-listas”, em troca de receberem bens, inclusive terras:

Tratava-se, portanto, de uma relação de troca entre o Estado e grileiros, membros da própria comunidade de Pedra Lisa, onde o primeiro recebia informações sobre as lideranças e os segundos recebiam as glebas e/ou bens dos militantes perseguidos. Os que ontem eram “entrega-lista”, portanto, tornaram-se grandes proprietários de terras, proprietários de diversos imóveis urbanos, donos de postos de gasolina e de lojas de material de construção. (BASTOS, 2017, p. 8)

Além disso, segundo Bastos (2017), um dos efeitos imediatos após o golpe foi a perseguição, por jagunços, a Bráulio Rodrigues – uma das principais lideranças camponesas da região – e o fechamento da Sociedade impedindo por completo o seu funcionamento, assim como outras associações de regiões do entorno também foram fechadas. O posto médico e a escola da associação também tiveram o seu funcionamento interrompido, e o ramal ferroviário foi extinto – prejudicando o escoamento da produção.

Foi apenas a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980 que a desmobilização, promovida no período pós golpe, começou a ser superada com a criação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) e com a onda de lutas por terra no campo e na cidade que tiveram a Baixada Fluminense como um dos seus principais cenários e a Diocese de Nova Iguaçu, sob o comando de Dom Adriano Hypólito, como aliada.

2.2.2 Duque de Caxias

De acordo com Maia (2018), o município de Duque de Caxias, emancipado de Nova Iguaçu ainda na primeira metade da década de 1940, pode ser definido “como uma periferia formada por um processo de industrialização fortemente impulsionado pelo investimento estatal” (MAIA, 2018, p. 107).

Na década de 1940 foi criada em Xerém, distrito de Duque de Caxias, a Fábrica Nacional de Motores (FNM) com o intuito de produzir motores de avião, sob o argumento da “defesa nacional”. Instalou-se na localidade numa conjuntura política e econômica marcada pela Segunda Guerra Mundial e implantação de grandes indústrias de base no estado do Rio de Janeiro e “com suas vilas operárias constituiu o primeiro núcleo urbano do distrito” (DABUL, 1987, p. 09).

A instalação da FNM em Xerém, distrito do município de Duque de Caxias, esteve aliada ao contexto local de intensificação da especulação imobiliária para fins de loteamento evidencia essa configuração. Segundo Maia (2018):

Responsável direto pela valorização fundiária das terras do distrito e pela chegada de significativos contingentes populacionais à região, o empreendimento, tutelado pelo Estado brasileiro e dirigido pela Aeronáutica, interferiu de diversas formas na dinâmica fundiária de seu entorno, onde, não por acaso, eclodiram alguns dos principais conflitos por terra mapeados no município entre os anos 1950 e 1960 (MAIA, 2018, p. 107).

Vista até então como uma localidade insalubre e pantanosa, a chegada da indústria deu início ao projeto de saneamento dos cinco mil hectares desapropriados para abrigá-la. Como aponta Ramalho (1989):

Os trabalhadores recrutados para realizar as obras de instalação e operar as primeiras máquinas da FNM costumam descrever as dificuldades encontradas naquela fase destacando as características de insalubridade da região escolhida e desapropriada especialmente para o empreendimento: uma extensa área pantanosa, de mata virgem, que propiciava condições para uma alta incidência de malária. (RAMALHO, 1989, p. 31)

Outro aspecto decorrente desta mesma dinâmica foi a valorização das terras em torno da fábrica, responsável “pelo redirecionamento dos atores delas ocupantes e dos que sobre elas demandavam legitimidade de posse” (MAIA, 2018, p. 108). Deste modo:

Trata-se da composição de um cenário tipicamente alicerçado em bases de pretensão autárquica, comum aos projetos econômicos alocados em áreas fabris propriamente ditas, a FNM expandiu suas fronteiras produtivas apossando-se de grandes dimensões de terras. Valendo-se do amplo território à sua disposição, o empreendimento organizou áreas de lavoura e criação de animais, edificou moradias para os diferentes níveis de seus funcionários e construiu um completo aparato de instrumentos e serviços de infraestrutura, atendimento e lazer dos quais poderiam dispor seus trabalhadores-inquilinos. Se, por um lado, a desapropriação desta extensa área justificava-se pela demanda da autossuficiência fabril, por outro, significava também, o exercício de um domínio absoluto da empresa sobre os seus funcionários e, mais que isso, sobre toda a região circunvizinha (MAIA, 2018, p. 108).

Supõe-se ainda que a instalação da fábrica nesta extensa área rural, atraiu um número significativo de pessoas vindo de diversas parte do estado do Rio de Janeiro e de outros estados. Um aspecto a ser ressaltado é a heterogeneidade desses migrantes. Partindo dessa perspectiva, Maia (2018) ressalta que:

[...] para além da mão de obra recrutada oficialmente para os trabalhos fabris e para a lida nas lavouras e criações destinadas a produzir

insumos a serem consumidos nos refeitórios, o entorno da FNM também recebeu fluxos de pessoas que, atraídas por oportunidades latentes de emprego e terra, foram se instalando na região como posseiros. Começaram a se delinear, neste processo, fronteiras pouco precisas entre as áreas de posse legítima da empresa e as áreas devolutas ou pertencentes às antigas fazendas de Xerém. Frutos deste mesmo transcurso de uma conjuntura regional marcada pelo aumento da especulação imobiliária para fins de loteamento, as práticas de grilagem também começaram a se acentuar (MAIA, 2018, p. 108-109).

Como mostra Ramalho (1989), até serem construídas as vilas operárias no final dos anos 1940, grande parte dos trabalhadores ficavam instalados em acampamentos, que podem ser considerados pré-configuração do que viria a ser a cidade operária, construída posteriormente. Ainda segundo o autor, os relatos trazidos pelos antigos operários da fábrica trouxeram à tona “a discussão sobre as funções do acampamento militar num processo de disciplinarização e controle da ação dos indivíduos” (RAMALHO, 1989, p. 59). Esse processo de disciplinarização ao qual os operários eram submetidos incluía uma hierarquização dentro dos próprios alojamentos, com a separação dos trabalhadores, sendo o acampamento dividido por três categorias: de obra, de escritório e de oficina. De acordo com Ramalho (1989):

Na linha de pensamento de Foucault, que se refere ao acampamento militar como um modelo quase ideal do exercício da disciplina, este exercício “supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam”. “O acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral” e o princípio que o sustenta: “encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas” que serviu como base para projetos urbanos, cidades operárias, prisões, etc. [...] O acampamento militar seria “o verdadeiro laboratório das preciosas técnicas do esquadrinhamento”; seria uma “cidade apressada e artificial, que se constitui e remodela quase à vontade” (Foucault); e “desenharia a geometria do comando e da obediência”. Antes do nascimento das cidades industriais, o acampamento militar substituiu o velho sistema de encarceramento, por um cálculo das aberturas, das passagens e das transparências, e, nessa perspectiva, antecipou uma “cidade do trabalho” (RAMALHO, 1989, p. 59-60).

Apesar das tensões ocasionadas por esta situação terem sido iniciadas ainda no período de instalação do empreendimento, o forte controle militar ao qual esteve submetido até o final da década de 1940 foi responsável pelo domínio exercido sobre os atores e as terras que, de forma direta ou indireta, faziam parte deste cenário. Num contexto de redemocratização e com o fim da Segunda Guerra Mundial,

a FNM foi transformada em sociedade anônima e reorientada para a produção de caminhões e ônibus. O projeto inicial de autarquia começou a perder força, assim como a militarização das relações entre a fábrica e seus funcionários. O controle sobre as terras, conseqüentemente, arrefeceu (MAIA, 2018, p. 109).

Ainda segundo Maia (2018)

[...] este quadro conflitivo tinha como pano de fundo as dinamizações populacionais e territoriais decorrentes da criação dos núcleos de colonização, em especial os de Tinguá e São Bento, e dos demais efeitos de periferização que se abateram de maneira irradiativa por toda a região (MAIA, 2018, p. 109).

Embora as áreas onde os conflitos se iniciaram não fossem de fato de propriedade da empresa, um dos argumentos que explicam as tensões nas áreas rurais de Xerém é o trânsito e a sociabilidade de lideranças camponesas e operárias ocasionadas pela proximidade geográfica entre algumas fazendas importantes da região, como a São Lourenço e a Capivari, e a FNM. De acordo com Maia (2018):

Embora as terras em disputa na Fazenda São Lourenço não contassem como propriedade da FNM, o papel da empresa nas origens e no equacionamento das resistências é evidente. Por um lado, a valorização das áreas, além de atrair posseiros, reacendeu o interesse de supostos proprietários, grileiros e empresas interessadas em especular com as terras, até então relativamente abandonadas. Por outro, o incremento populacional e as trocas entre lideranças e organizações operárias e camponesas que transitavam pela fábrica e seu entorno contribuíram para consolidar entre os lavradores a percepção de que as ameaças de despejo se constituíam em atos injustos contra os quais deveriam se mobilizar. [...] Estas intercessões entre as esferas de atividades camponesas e operárias, visíveis no plano das relações e arranjos cotidianos travados por e entre os diversos tipos de habitantes e mediadores de regiões ruro-fabris, são basilares para a compreensão dos conflitos por terra e das resistências que ocorreram em Xerém. (MAIA, 2018, p. 112-114)

É importante ressaltar também a importância dos diversos mediadores que contribuíram na organização política dessas articulações cotidianas. É neste cenário que há um crescimento significativo de associações de lavradores e da expansão da atuação das mesmas no estado do Rio de Janeiro. Justamente nesta mesma época, em 1947, foi fundada por José Pureza da Silva a primeira Comissão de Lavradores de Duque de Caxias. Já em 1952 foi criada a Associação de Lavradores Fluminense (ALF). Esta mobilização pode ser compreendida como resultado da intensificação de despejos ocorridos pela “valorização das terras ao redor da FNM e o afrouxamento do controle de suas fronteiras, que abriu precedentes para as disputas em trono de sua posse” (MAIA, 2018, p. 109).

Além disso, neste período, há um esforço do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em organizar os trabalhadores do campo em várias partes do país. Grande parte das lideranças operárias e camponesas que atuaram nas áreas de conflitos na Baixada Fluminense possuíam algum tipo de vínculo com o PCB. Os advogados sindicais e do PCB também se configuraram como atores fundamentais na tradução dessas tensões sociais que eclodiram neste período.

Entre o final da década de 1950 e 1960, o cenário era composto por conflitos entre grileiros e posseiros, muitas das vezes como resultado da resistência às ações de despejos (MAIA; 2018). Havendo relatos da existência de episódios de resistência armada, em especial nos conflitos que se sucederam na Fazenda São Lourenço. De acordo com Maia (2018):

Inicialmente, a adoção desta estratégia de ação de confronto armado pelos lavradores de São Lourenço se deu contra a orientação das associações de lavradores da região e contra a linha majoritária do PCB, que mantinha uma presença constante nas organizações camponesas da Baixada Fluminense (MAIA, 2018, p. 117).

Paralelamente às ações armadas, há também relatos de terem recorrido aos poderes políticos locais, em casos específicos de decretação de despejos (MAIA; 2018). Entretanto, é importante ressaltar como os poderes do Estado estavam inseridos na execução das ações de despejos, considerando que havia mobilização das forças policiais para que os despejos fossem realizados, como aponta Maia (2018).

Esses conflitos pela posse da terra resultaram em alguns processos de desapropriação, ocorrendo no total de 22 desapropriações a partir de 1958, incluindo a Fazenda São Lourenço, segundo Maia (2018). Contudo, após o golpe de 1964, as desapropriações foram revertidas e as lideranças camponesas e suas organizações de classe foram perseguidas. Como afirma Maia (2018):

[...]as lutas camponesas eram entendidas pelos militares como possíveis focos de preparação de guerrilhas e tratadas com extrema violência [...] a perseguição, quando não se consumava em prisões e violências físicas, impelia os militantes a viverem escondidos. (MAIA, 2018, p. 121-122).

Já entre os anos 1970 e 1980, a Baixada Fluminense passou por um intenso processo de urbanização, grilagem e expropriação, exercendo uma forte pressão sobre as terras de uso agrícola dessa região. De acordo com Maia (2018), esse processo deu origem a “uma nova forma de mercantilização do solo rural que passou a disputar com a agricultura e as atividades camponesas os espaços em áreas de fronteira com os

aglomerados urbanos” (MAIA, 2018, p. 124). Isto é, a chegada dos loteamentos reconfigurou a ocupação territorial e a dinâmica fundiária voltou a ser redefinida pela valorização das terras para fins de especulação.

Dentro dessa perspectiva, Maia (2018) chama atenção para o fato de que: “para além de uma conjuntura que impunha, por si só, a necessidade de mobilização, as experiências e acúmulos da resistência ocorridas no período anterior em muito contribuíram para a nova forma de luta pelo direito à terra que se delineou na região” (MAIA, 2018, p. 125). É nesse sentido que se configura a criação no Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) em Xerém, em 1978.

2.2.3 Magé

A partir dos anos 1950 há uma intensificação dos conflitos por terras na região de Magé, como apontam Felipe Ribeiro (2015) e Marco Antonio Teixeira (2018). Os principais conflitos envolveram terras pertencentes à Companhia América Fabril e a Fazenda Conceição de Suruí, que correspondem atualmente a assentamentos “criados a partir de desapropriações feitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 1973 e 1974, respectivamente” (TEIXEIRA, 2018, p. 169). Assim, “a luta dos trabalhadores da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí se transformou em um exemplo de resistência no estado do Rio de Janeiro” (TEIXEIRA, 2018, p. 170).

No primeiro caso, a disputa pela terra se deu entre pessoas que ocuparam terras consideradas por eles sem donos e uma grande fábrica de tecidos identificada como grileira dessas terras. Segundo Teixeira (2018),

Isso torna esses conflitos particulares diante das demais disputas fundiárias no estado do Rio de Janeiro, uma vez que as lutas por terra no meio rural fluminense foram em sua maioria antagonizadas por trabalhadores contra proprietários ou contra alguém que reivindicava a propriedade das terras (TEIXEIRA, 2018, p. 175).

Como mostram Ribeiro (2015) e Teixeira (2018), a Companhia América Fabril teve origem na Fábrica de Tecidos Pau Grande, criada em Pau Grande, localidade do município de Magé, no ano de 1878, chegando a ser a maior empresa têxtil do país na primeira metade do século XX. Ainda no final do século XIX, a fábrica iniciou sua expansão e na década de 1950 construiu uma unidade de alvejamento de tecidos que também serviu como lugar de moradia de alguns operários, na Fazenda Cachoeira Grande, que também foi objeto de disputas fundiárias.

De acordo com Teixeira (2018),

A fábrica buscava novas terras para utilizá-las como local de moradia para os seus funcionários, área de plantio de alimentos para o autoconsumo e comercialização para os moradores, em geral operários da fábrica e suas famílias, e local de produção e extração de matéria prima para a produção fabril (TEIXEIRA, 2018, p. 177).

Segundo Ribeiro (2015), desde o início da década de 1950 a vila operária de Pau Grande já era identificada como “um “feudo encravado na raiz da serra de Magé”, explorando trabalhadores na fábrica e na lavoura” (RIBEIRO, 2015, p. 261).

Teixeira (2018) atenta para o fato de que a expansão dos domínios da fábrica e sua demarcação, fixando casas e plantações, tinha relação com seus interesses especulativos sobre a terra, principalmente na tentativa de mantê-las como reserva de valor.

Já no segundo caso, da Fazenda Conceição do Suruí, os antagonistas nessa disputa eram pessoas físicas (TEIXEIRA, 2018). O que, de acordo com Ribeiro (2018), evidencia o fato de que:

[...] essa área de conflito não se restringia aos arredores da Companhia América Fabril, nem tampouco das demais fábricas de tecidos. Diversas faixas de terra localizadas ao longo da Estrada Santo Aleixo-Piabetá e em outros pontos específicos do município evidenciavam o quanto o rural e o urbano estavam imbricados na cidade de Magé (RIBEIRO, 2018, p. 262).

Segundo Teixeira (2018), os supostos proprietários das terras a teriam adquirido por meio de grilagem. O principal interesse dos grileiros nessas terras era utilizá-las para especulação, vendendo-as por um valor maior depois da sua valorização no mercado.

A ocupação de ambas as áreas aqui citadas remonta à década de 1950 e início dos anos 1960, em grande parte por migrantes vindos de diversas regiões do estado do Rio de Janeiro e também do Espírito Santo, Minas Gerais e do Nordeste, que “buscavam um pedaço terra para viver e plantar, como de resto acontecia em toda a Baixada Fluminense” (TEIXEIRA, 2018, p. 180). Entretanto, “a Fazenda Conceição do Suruí não estava ocupada somente por posseiros, mas também por pessoas que faziam acordos com o suposto proprietário” (TEIXEIRA, 2018, p. 181). Teixeira (2018), afirma ainda que:

Se num primeiro momento, nos anos de 1950 e início dos anos 1960, a ocupação parece ter sido a principal forma para as pessoas conseguirem um lote em Conceição do Suruí e na América Fabril, nos anos seguintes a “compra da posse” afigurou-se como prática mais comum de acesso à terra (TEIXEIRA, 2018, p. 182).

Contudo, os conflitos foram resultado da resistência dos posseiros às ameaças de despejos sofridas tanto pela fábrica quanto pelos supostos donos da fazenda. Segundo Ribeiro (2015):

Certamente, essa conjuntura também favorecia uma aliança operário-camponesa, não apenas pela relação próxima entre as lideranças têxteis e rurais, mas sobretudo pelo fato da questão agrária no município envolver diretamente uma fábrica de tecidos, que já vinha sendo duramente criticada pelo movimento operário têxtil, agora de braços dados com os trabalhadores rurais, passando a empresa a ser atacada duplamente (RIBEIRO, 2015, p. 162).

Com o golpe militar de 1964, a repressão se abateu sobre diversos setores da sociedade, entre eles as áreas rurais. Diversas formas de violência foram utilizadas contra os trabalhadores rurais: “em Magé, o STR [Sindicato dos Trabalhadores Rurais] foi mais um entre tantos sindicatos que fecharam no Brasil após o golpe” (TEIXEIRA, 2018, p. 196). Além disso:

Os despejos passaram a acontecer do dia para a noite e as intimidações aumentaram. Os grileiros passaram a agir com mais intensidade, inclusive com o apoio dos policiais, e começaram a despejar os trabalhadores rurais de suas casas mesmo sem mandado judicial. (TEIXEIRA, 2018, p. 196)

Ocorreu também um movimento de saída dos posseiros das terras ocupadas durante os anos 1960 e 1970, devido à forte pressão que sofriam dos grileiros. Assim, “a referência ao medo da violência em suas diferentes expressões (agressões, ameaças, destruição de benfeitorias etc.) foi o principal motivo para os trabalhadores deixarem suas casas e fugirem” (TEIXEIRA, 2018, p. 197). Contudo,

A ameaça ou a ocorrência dos despejos e/ou atos violentos, entretanto, não provocou a saída de todos os trabalhadores das terras ocupadas. Foi significativo o número de posseiros que, junto com suas famílias, permaneceram na terra. Ao que parece, foi principalmente a falta de alternativas de mudança para outro local que fez com que fosse a opção. Mas não foi só isso. Também a concepção de que a ação dos grileiros era um ato injusto, pois a terra deveria pertencer a quem nela trabalhava, mobilizou famílias a não deixarem suas posses (TEIXEIRA, 2018, p. 197-198).

De um modo geral, os sindicatos sofreram uma reestruturação e suas ações propunham apenas a luta pela garantia de direitos previamente adquiridos, tais como a garantia da permanência na terra, seja por meio de ações na justiça ou desapropriação com base no Estatuto da Terra (TEIXEIRA, 2018).

2.2.4 Cachoeiras de Macacu: o caso da Fazenda São José da Boa Morte

Como aponta Brito (2018), “Cachoeiras de Macacu é um palco privilegiado para a compreensão da luta por terra no Rio de Janeiro” (BRITO, 2018, p. 209).

Já no século XX, a Baixada Fluminense foi cenário da atuação do Estado na tentativa de revitalizar as áreas rurais da Baixada Fluminense, transformando-as em uma espécie de “cinturão verde” da cidade do Rio de Janeiro. Atuação esta que não se traduziu em aumento da produção e na melhoria de vida dos trabalhadores. Diante deste cenário, Brito (2018) afirma que:

Apesar de, em Cachoeiras de Macacu, segundo os Censos Agropecuários, aumentarem as terras de lavoura e pastagem, entre os anos 1950 e 1960 houve diminuição de 21,5% do trabalho permanente e de 61,5% do trabalho de parceria, enquanto o trabalho temporário aumentou 183,2%. O número de pessoas envolvidas em atividades de agropecuária e extração dobrou entre estas décadas (indo de 30% para 65,5% da população total do município). Estes dados evidenciam a saída de trabalhadores (possivelmente por dispensa ou despejo), particularmente intensificada nestes anos, além de significativa mudança nas relações de trabalho e avanço da criação de gado sobre terras que antes eram lavoura (BRITO, 2018, p. 211).

Os indícios apontam que os principais causadores dos despejos eram os grileiros. Segundo Brito (2018), “interesses empresariais fizeram das terras valorizadas objeto de especulação, criando atritos entre lavradores e proprietários e grileiros” (BRITO, 2018, p. 63). É nesse contexto que os conflitos na Fazenda São José da Boa Morte se tornam públicos, a partir dos anos 1950.

O conflito em questão possui duas grandes fases, como aponta Brito (2018):

A primeira se inicia ainda nos anos 1950, com a gradativa ocupação de terra por lavradores, e vai até o golpe empresarial-militar, que representou uma inflexão nas suas lutas e vitórias obtidas, obrigando as lideranças a fugirem, desarticulando a organização do movimento camponês. A segunda fase tem início no final dos anos 1970, no período de reabertura política, quando a fazenda é novamente ocupada, já com novas organizações atuando, sendo novamente desapropriada em 1981. O caso dá indicativos da correlação de forças que remonta aos agentes envolvidos na deflagração do golpe de 1964 e na própria continuidade do regime ditatorial, revelando relações entre a classe empresarial, o Estado, as polícias e as Forças Armadas (BRITO, 2018, p. 213).

A localidade foi sendo ocupada gradativamente a partir dos anos 1950, no mesmo período em que o município atingia altos índices de produção agrícola. Outro aspecto importante a ser considerado é que a fazenda fazia fronteira com o Núcleo Colonial de

Papucaia. Esta proximidade foi um dos principais fatores que geraram os conflitos ocorridos na região. De acordo com Brito (2018):

A dinâmica de conflito entre os anos de 1950 e 1960 influenciou a atuação do Estado em Cachoeiras de Macacu. Após o golpe empresarial-militar o Estado do Rio de Janeiro foi classificado como área prioritária de emergência para fins de reforma agrária, e devido à intensidade dos conflitos nas regiões de SJBM e Papucaia seriam desapropriadas uma série de áreas, tais como Vecchi, Quizanga, Santo Antônio de Guapiaçu e as glebas Sebastiana e Queiroz, além da área de colonização japonesa, Funchal e da Fazenda Vargem Grande, no município de Itaboraí. [...] as áreas citadas foram desapropriadas a fim de estabelecer o Distrito de Colonização de Papucaia, inserido no Programa Integrado da Baixada Fluminense (BRITO, 2018, p. 65).

De acordo com a bibliografia e documentos sindicais apresentados por Brito (2018), “os proprietários da São José também invadiram uma área do Núcleo Colonial, o que acirrou os conflitos entre camponeses, proprietários e órgãos do Estado” (BRITO, 2018, p. 215). Assim, aos anos 1950 foram permeados por conflitos e casos de despejos nessa região, que nas décadas seguintes foi cenário de ocupações (1961, 1963 e 1979) e de desapropriações (1964 e 1981). Deste modo, a década de 1950 e o início dos anos 1960 foi de intensos conflitos entre grileiros e posseiros.

Após o golpe de 1964 houve forte repressão aos trabalhadores do campo e suas organizações, que segundo Brito (2018), “iniciava uma nova experiência política de medo e violência” (BRITO, 2018, p. 229). Entretanto,

[...] não diminuiu o número de conflitos que, em muitos casos, eram resistências dos trabalhadores não ao golpe, mas à ação dos proprietários e grileiros. Esta resistência se intensificou com o crescimento da expropriação e da exploração, impulsionadas por projetos de modernização do campo e também pela expansão da colonização e atividade de empresas no campo brasileiro, sob o pretexto de levar o desenvolvimento às áreas rurais. (BRITO, 2018, p. 229)

De acordo com Brito (2018), “as lutas entre posseiros e proprietários dos anos 1960 e 1970, abafadas pelo regime empresarial-militar, guardam continuidade com as dos anos anteriores ao golpe” (BRITO, 2018, p. 235).

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980 os conflitos ressurgiram e assumiram novas identidades, contudo, não perderam seu caráter político comum, que consistia na ruptura do sistema de dominação a partir da luta pela reforma agrária.

2.3 Retrato do campo fluminense de 1964 até a década de 1980

O processo de transformação capitalista nas áreas rurais tem tido, com frequência, como resultado concentração fundiária, seja por meio da grande quantidade de áreas de grandes posses, por meio de grilagem, ou através da aglutinação de propriedades menores ou do arrendamento grandes extensões de terras para aproveitamento agropecuário. Deste modo, esta inserção do capital industrial no campo fluminense desencadeou transformações ainda mais profundas.

O que caracteriza o campo fluminense entre 1964 e a década de 1980 é o processo de metropolização, que, segundo Alentejano (2012), “vinha se desenvolvendo desde o princípio do século, mas que avança substancialmente neste período” (ALENTEJANO, 2012, p. 16). Ainda segundo o autor:

Este avanço está diretamente relacionado a três processos: as mudanças estruturais na atividade canavieira; a enorme expansão da atividade turística e com ela da especulação imobiliária; a desarticulação da resistência dos trabalhadores rurais pela repressão militar, o que eliminou uma das poucas forças contrárias ao processo dominante de urbanização/metropolização (ALENTEJANO, 2012, p. 16).

As principais transformações desse período acontecem na região Baixada da Guanabara e no Vale do Paraíba e as ações promovidas pelo Estado são de fundamental para a promoção de tais mudanças. Como aponta Alentejano:

De um lado, os incentivos à modernização da agricultura e, em especial, os incentivos para a produção do álcool, resultaram numa profunda alteração das relações de produção e trabalho na principal área canavieira do estado, a Baixada Campista. De outro, a construção da BR-101, cortando o Litoral Sul e a área das Baixadas Leste e Norte, incentivou significativamente o avanço do turismo e com este a especulação imobiliária (ALENTEJANO, 2012, p. 17).

Deste modo, tanto na região do Litoral Sul, como nas Baixadas Litorâneas, houve um avanço concomitante do processo de metropolização e de desruralização: “metropolização porque aumenta a dependência e a vinculação destas áreas com a capital; desruralização porque os trabalhadores rurais são expulsos do campo e o projeto de ordenamento territorial vincula-se aos interesses do capital especulativo imobiliário ligado ao turismo” (ALENTEJANO, 2012, p. 19).

Já na região de Campos, Alentejano (2012) aponta que o que se verifica é uma profunda reestruturação produtiva, na medida em que não se constata um investimento no desenvolvimento do turismo, seja por não existirem tantas atrações turísticas ou

mesmo pela distância em relação à cidade do Rio de Janeiro. Assim, a produção de cana na região passou por alterações profundas, seja pelo aumento da concentração do capital, seja pelas mudanças radicais das relações de trabalho, que se deram a partir dos incentivos governamentais proporcionados pelo Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira e pelo Programa Nacional do Alcool (Pro-Alcool).

Neste caso, as relações de trabalho foram modificadas pela “expulsão dos trabalhadores do interior dos latifúndios, transformando-os em boias-frias, moradores das periferias das cidades da região” (ALENTEJANO, 2012, p. 19). Já nas relações de produção ocorrem paralelamente dois processos:

[...] de um lado, a construção de modernas usinas de produção de açúcar e álcool, elimina os antigos engenhos, representando um forte processo de centralização e concentração do capital; de outro lado, há uma concentração fundiária que resulta da redução do número de fornecedores, uma vez que as usinas impõem padrões de produção que muitos pequenos fornecedores não conseguem cumprir o que acaba por alijá-los do setor, além da estratégia de buscar ampliar a produção própria, como forma das usinas se protegerem contra a concorrência das demais (ALENTEJANO, 2012, p. 20).

A consequência deste processo foi o avanço da urbanização, considerando que houve uma “expressiva expulsão de trabalhadores do campo e crescente subordinação da agricultura à indústria, dentro do novo modelo de produção implantado na região” (ALENTEJANO, 2012, p. 20). Nota-se também a incidência do processo de metropolização, uma vez que:

[...] a atividade deixa de ser controlada pelo antigo capital agrário de base local, pois este passa a ser cada vez mais dependente de recursos externos, além do que, grandes grupos empresariais são atraídos para a atividade, diminuindo substancialmente o poder das classes dominantes locais (ALENTEJANO, 2012, p. 20-21).

Assim, de acordo com Alentejano, “podemos dizer que esta é a área do Rio de Janeiro onde ocorre a articulação agricultura-indústria e a fusão dos capitais agrário e urbano-industrial” (ALENTEJANO, 2012, p. 21). Já nas outras regiões do estado, o que predomina entre 1964 e a década de 1980 é a intensificação dos processos que vinham ocorrendo anteriormente, tais como:

[...] (1) o crescimento industrial e o esvaziamento do campo no Vale do Paraíba; (2) o avanço da especulação imobiliária, via loteamentos populares na região da Baixada da Guanabara; (3) a expansão do turismo, mas também da produção de hortigranjeiros na região Serrana; (4) o esvaziamento populacional crescente do Noroeste (ALENTEJANO, 2012, p. 21).

Nota-se que a região do Noroeste fluminense deixa de seguir sua trajetória similar à do Vale do Paraíba, “aprofundando seu esvaziamento, ao invés de reverter seu processo de desenvolvimento em direção a um processo de industrialização” (ALENTEJANO, 2012, p. 21), o que pode ser considerado consequência de dois fatores principais:

[...] (1) o distanciamento desta do eixo Rio – São Paulo, centro do desenvolvimento industrial do país; (2) o arrefecimento do desenvolvimento industrial brasileiro a partir do fim do milagre, o que de certa forma limitava a possibilidade de criação de novos eixos de desenvolvimento (ALENTEJANO, 2012, p. 21).

Assim, partindo da perspectiva apresentada por Alentejano se conclui que este período é marcado, mais do que pela metropolização, pelo persistente avanço da desruralização “traduzida principalmente pela redução absoluta da população rural do estado, em todas as regiões, mas também num intenso esvaziamento econômico e político do meio rural fluminense” (ALENTEJANO, 2012, p. 21).

Já nos anos 1980 com a diminuição expressiva do processo de urbanização estadual e da desconcentração espacial da produção industrial, grandes transformações ocorreram na região metropolitana, entre elas a sua conversão em principal foco de conflitos fundiários – conflitos estes que ocorreram basicamente na Baixada Fluminense, tendo como centro a disputa a posse da terra.

De acordo com Alentejano “nos 1980, os conflitos serão resultado da busca de alternativas de sobrevivência por parte dos trabalhadores desempregados e subempregados da periferia da região” (ALENTEJANO, 2003, p.117). Entretanto, a retomada dos conflitos fundiários evidencia o início da crise do processo de metropolização fluminense (ALENTEJANO; 2003).

2.4 Impactos do golpe militar na Baixada Fluminense

Com o golpe de 1964, as lutas no campo recuaram diante da repressão. Iniciou-se então uma série de reformas de caráter modernizador da economia e da sociedade, entre elas as reformas bancária, universitária, administrativa e a elaboração do Estatuto da Terra – que supostamente daria expressão legal à reforma agrária.

Segundo Medeiros (1989), os primeiros momentos após o golpe de 1964 foram marcados por uma incisiva repressão às organizações de trabalhadores. No âmbito rural também houve uma intensa perseguição aos sindicatos recém-criados e às Ligas

Camponesas: “as lideranças foram perseguidas; muitos foram presos, muitos outros assassinados; outros ainda conseguiram escapar ao cerco e se exilar” (MEDEIROS, 1989, p. 85).

As áreas onde os conflitos aconteciam de maneira mais intensa foram ocupadas pelos militares e os despejos voltaram a acontecer, mas desta vez foram realizados sem enfrentar resistência alguma. Além disso, muitas desapropriações que já haviam sido realizadas foram revistas. A tática de luta através do enfrentamento e das ocupações, anteriormente utilizada, teve de ser abortada. Há uma mudança no eixo da luta, que passou a acontecer às margens dos sindicatos e federações, restando aos trabalhadores rurais apenas a resistência individual.

Medeiros destaca que

A um curto período em que o discurso liberal e reformista permaneceu, e em que não foram alteradas as regras institucionais, seguiu-se outro, de fechamento, que teve início no final de 1965 e ganhou maior fôlego com Ato Institucional nº 5, em 1968. [...] O discurso em torno da reforma agrária, que marcou ainda o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios, da transformação tecnológica da agricultura tradicional (MEDEIROS, 1989, p. 84).

Segundo Abner Sótenos (2013), as arbitrariedades cometidas pelo regime militar ecoaram na Baixada Fluminense de forma direta, conduzindo a um cenário de intensa instabilidade política, marcado por intervenções militares, cassações de mandatos e prisões. O mesmo cenário ocorreu no campo e com as lideranças camponesas da região, que se tornaram alvo direto da repressão. De acordo com o autor:

Nos dias que antecederam a madrugada de 31 de março, as autoridades policiais tinham a área como verdadeiro barril de pólvora prestes a explodir. Certamente, em função dessa perspectiva, o aparato militar ocupou as cidades fluminenses e iniciou a caça às bruxas. Relatos de camponeses fazem alusão a esses episódios em áreas de Nova Iguaçu, que mais tarde passou a ser diuturnamente espionada pelos agentes da comunidade de informações [...]. A imprensa local também deu destaque à atuação dos militares na localidade após o golpe, publicando notícias de prisões [...]. (SÓTENOS, 2013, p. 70-71)

Nova Iguaçu teve nove prefeitos ente os anos de 1964 e 1968, sendo dois deles interventores. Os governos federal, estadual e municipal passaram a se articular e cooperar mutuamente na esfera política com as intervenções. As transformações políticas foram sentidas em diversos municípios da Baixada Fluminense. O cenário de instabilidade gerou muitas incertezas em grande parte da população, fazendo com que

houvesse uma redução da mobilização daqueles que estiveram ligados a movimentos contestatórios.

As cidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias que, juntas, concentravam um dos maiores parques industriais do Brasil e, por consequência, abrigavam uma expressiva quantidade de operários, num momento de acirramento das tensões que se expressaram na realidade brasileira, foram palcos de articulações não só entre as esquerdas, mas também entre Igreja, movimento operário, trabalhadores rurais e suas organizações de classe e outros segmentos da sociedade civil.

Anteriormente, ainda no ano de 1960, havia sido criada a Diocese de Nova Iguaçu, que neste contexto se fará de grande importância. De acordo com Gabriel Nascimento Silva (2014), “a diocese de Nova Iguaçu é criada já sob o pretexto de um maior acompanhamento espiritual, principalmente, do desenvolvimento urbano da Baixada” (SILVA, 2014, p. 11), isto é, é fruto de um esforço sistemático que visava o aprofundamento do catolicismo nessa região, que vinha se tornando cada vez mais complexa para a diocese de Barra do Piraí, à qual estava vinculada, por causa do seu crescimento populacional. A Diocese de Nova Iguaçu, inicialmente, abrangia, os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, São João de Meriti e o distrito de Conrado (Vassouras).¹⁴

Com a vinda do bispo D. Adriano Hipólito, em 1966, como destaca Silva:

[...] há uma sistematização clara para otimizar os esforços estruturais da diocese no sentido de atualizar o catolicismo local aos novos ventos do Concílio Vaticano II (1959-1965). Esse movimento da Igreja desemboca em um conjunto de fatores religiosos, sociais e políticos, fazendo com que as classes populares encontrassem na religião seu principal espaço de experiência. Ao mesmo tempo em que também a religião, por sua vez, percebesse nas suas atividades pastorais a necessidade de intervir concretamente na vida cotidiana dos mais pobres (SILVA, 2014, p. 11-12).

Segundo Silva (2014), a diocese não se poupou de discutir assuntos referentes à esfera política e de incentivar movimentos e mobilizações que buscavam uma nova forma de tornar possível um diálogo entre sociedade civil e sociedade política. Assim, foram sendo forjados novos mecanismos de articulação entre o povo e o poder público local, desencadeando diversas perseguições. A partir de uma compreensão de Igreja como um espaço alternativo de experiência e organização do povo, a diocese de Nova Iguaçu foi

¹⁴ Atualmente a Diocese de Nova Iguaçu abrange os municípios de Belford roxo, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis, Paracambi, Queimados e do distrito de Conrado (Miguel Pereira).

palco da materialização de inúmeras mobilizações. Deste modo, a partir da segunda metade da década de 1970, o espaço de atuação política da camada da população que integrou movimentos reivindicatórios locais deixou de ser o gabinete do vereador e passou a ser o espaço público das ruas e praças.

Dentro da sua pluralidade, a Diocese de Nova Iguaçu adotou uma concepção de evangelização que tinha como pressuposto das suas pastorais a interação política com o povo. É dentro desta lógica que se inicia a criação da Pastoral da Terra, sob a liderança de Bráulio Rodrigues, e a instauração da Comissão de Justiça e Paz na Baixada Fluminense para apurar casos de violações de Direitos Humanos. De acordo com Gabriel Nascimento Silva, “a história desta Diocese se confunde com a própria história social e política da região” (SILVA, 2014, p. 14).

O autor exalta, ainda, a importância das comunidades eclesiais de base não só para se pensar a realidade da própria Igreja, como também como responsáveis por evidenciar a necessidade de se pensar a realidade material da região, na medida em que isto era o que pautava as atividades por elas realizadas. É isso que dá início a um processo de reflexão dentro da própria Diocese sobre conceitos tradicionais, levando-os a serem repensados, como por exemplo, a postura da Igreja diante da violência cotidiana e mesmo do Estado contra a população local, além da pobreza e falta de recursos públicos que assolavam a região. Silva (2014) chama atenção para o fato de que:

A conjugação desses conceitos uniformiza um discurso religioso em que aspectos materiais e espirituais tornam indissociáveis. E, por isso, o catolicismo não poderia deixar despercebido nada que fosse pertinente ao homem, seja em seus aspectos religiosos, existenciais e sociais. (SILVA, 2014, p. 42)

A segunda metade da década de 1970 foi marcada não só pela retomada, mas também pela construção de novas estratégias de reivindicação e ascensão de novos personagens advindos das camadas populares da sociedade, em decorrência do surgimento, no cenário político nacional, de uma oposição enunciada pela esquerda que pressupunha a ideia de resistência ao regime ditatorial, e o seu protagonismo nas transformações sociais que se definia pelo viés da luta por justiça social. É neste momento que há uma aproximação entre alguns setores da Igreja Católica e movimentos de esquerda.

A Baixada Fluminense se torna também lugar de inserção e moradia de grupos de esquerda, que surgem a partir de uma autocrítica da própria esquerda, entre as camadas

populares, como parte de um projeto de tornar-se povo, na década de 1970, como é caso da Ala Vermelha, grupo dissidente do Partido Comunista Brasileiro, como aponta Adriana Ribeiro (2013).¹⁵

Sobre a relação entre Estado e Igreja durante o regime militar, é necessário evidenciar que:

A ditadura militar no Brasil, implementada a partir de 1964, ainda que num primeiro momento não tenha modificado a relação de proximidade entre Estado e Igreja, acabou por definir uma dinâmica de conflito entre as duas instituições. As práticas do Regime transformaram a Igreja num reduto de oposição e a própria reação à Igreja contribuiu para que ela assumisse a defesa dos direitos humanos. Ao observarmos as relações entre Igreja e Estado no Brasil, podemos perceber a importância que o estabelecimento do regime autoritário contribuiu para essa caracterização de instituição como opositora, ainda que seja difícil dimensionarmos o caráter monolítico desse posicionamento, assim como o fato de ele ter sido resultado das mudanças que se definiram nas bases da instituição e de serem nelas que podemos melhor identificar o engajamento sócio-político da Igreja (NASCIMENTO, 2007, p. 23).

A partir de 1974, alguns setores mais progressistas da Igreja começaram se posicionar contra as arbitrariedades cometidas pelo regime vigente. No caso da Diocese de Nova Iguaçu, essa oposição entre Igreja e Estado se materializou através da criação do jornal semanal diocesano *A Folha* que, além de ser um instrumento religioso – na medida em sua composição havia também incluído o roteiro da missa –, propunha-se claramente por uma opção pelo povo, mais do que informar, fazer uma crítica à realidade material, social e política da Baixada Fluminense, bem como do próprio posicionamento institucional da Igreja perante às injustiças sociais e ao cenário político que assolava o Brasil. Rafael Cerqueira do Nascimento (2007) aponta que:

Na compreensão acerca da identidade sócio-libertadora do Cristianismo da Libertação em Nova Iguaçu, a definição do regime militar como uma autoridade ilegítima fez com que a Igreja Católica de Nova Iguaçu utilizasse o seu jornal como um instrumento de oposição ao poder militar (NASCIMENTO, 2007, p. 93).

Nesse contexto de conflito entre as duas instituições anteriormente mencionadas, setores da Igreja Católica se colocaram como atuantes politicamente na defesa dos direitos humanos, resistindo ao autoritarismo através de uma crítica explícita ao governo e abrigando os movimentos sociais e sindicatos. Dom Adriano fez uso d'*A Folha* para se

¹⁵ Segundo Ribeiro (2013), um grupo de pessoas que integravam a Ala Vermelha se instalaram na região de Mesquita, onde passaram a morar, constituir família, se inserindo inclusive no MAB (Movimento de Amigos do Bairro) em Nova Iguaçu.

posicionar em relação às possíveis mudanças no relacionamento entre Igreja e o sistema político instalado em 1964, evidenciando que, após a posse do Presidente Ernesto Geisel, “parece que tem havido esforço de melhorar o relacionamento entre a Igreja e o Estado”. Contudo, o bispo, no mesmo artigo, diz:

Quero crer que a missão profética da Igreja não se satisfaz com uma distensão no relacionamento Igreja-Estado, se não houver simultaneamente uma distensão total, isto é: se não houver um esforço de democratização e assim de absorver (no bom sentido) todos os grandes setores da vida pública que têm sido marginalizados.¹⁶

Os conflitos entre Estado e Igreja emergem, de um modo geral, de uma postura crítica de alguns membros do clero que não tardaram a denunciar as diversas repressões sofridas por padres que tinham envolvimento com os movimentos sociais, como no caso de Dom Adriano Hipólito que, em 1976, foi sequestrado por membros da Aliança Anticomunista Brasileira, uma organização de extrema-direita que existiu durante a ditadura militar e que possuía militares em seus quadros. O bispo foi submetido a violência física e moral e acusado de ser comunista e de ajudar comunistas. Teve sua batina cortada, seu corpo banhado com cachaça e foi abandonado nu e amarrado, com o corpo pintado de vermelho. Seu carro foi explodido em frente à sede da CNBB, no Rio de Janeiro, momentos após tais acontecimentos. Além disso, houve uma invasão e explosão de uma bomba no altar da Catedral de Santo Antônio, em Nova Iguaçu.

A postura adotada pela CNBB diante da perseguição de membros do clero brasileiro por parte do regime foi pauta da *A Folha*, na edição de 16 de janeiro de 1977, em seu artigo principal, no qual também coloca em foco questões como indígenas, segurança, justiça e a posse da terra. Afirmando o papel assumido pela Igreja diante do cenário político instaurado no Brasil naquele momento, de acordo com o boletim:

A Igreja tem procurado tomar a defesa dos direitos do fraco, do pobre, do índio, da criança que vai nascer. Mas hoje reclama para o povo não mais a esmola das sobras que caem da mesa dos ricos, mas uma repartição mais justa dos bens. Houve um tempo em que nossas pregações ao povo aconselhavam sobretudo a paciência e a resignação. Hoje, sem deixar de fazê-lo, nossa palavra se dirige também aos poderosos, para apontar-lhes suas responsabilidades pelos sofrimentos dos povos. [...] Em reportagem sobre perseguição, na América Latina, a líderes cristãos, a revista americana *Time* diz mais ou menos: ‘Quando

¹⁶ Abertura Política: Dinâmica do sistema – Distensão Igreja-Estado – Estado: parcela da distensão total. Questões atuais. *A Folha*, 06 de outubro de 1974. Ano 2, nº 224. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

a Igreja aceitava calada a tutela do poder para manter seus privilégios, era deixada em paz na sacristia, porque ninguém lhe tinha medo.¹⁷

De um modo geral, tanto o governo estadual quanto o federal exerceram grande influência no cenário político e religioso de Nova Iguaçu durante o regime militar. Alves destaca que essa “interferência militar na política local é a produção de um rearranjo dos mecanismos de poder anteriores” (ALVES, 2003, p. 106). Para Abner Sótenos (2013), essa influência se materializa no agravamento das condições sociais e no crescimento de loteamentos clandestinos sem a mínima infraestrutura necessária como resultado de políticas malsucedidas de habitação popular, patrocinadas pelos sucessivos governos.

No que se refere ao campo, a violência e repressão que se abateu sobre ele, durante este período da história brasileira, não se restringiu a ações diretas dos órgãos estatais. Os conflitos não cessaram, bem como as organizações de lavradores – entre elas, associações e sindicatos, embora algumas tivessem sofrido intervenção, não deixaram de atuar. De acordo com a Comissão da Verdade do Rio, em relatório publicado no ano de 2015, considerando o contexto de repressão por parte do Estado brasileiro havia pouco ou nenhum espaço para organização de mobilizações públicas. Entretanto, a resistência persistia, mesmo diante deste cenário. Em Duque de Caxias, a resistência viria, inclusive, a gerar o Núcleo Agrícola Fluminense (NAF).

Partindo desta lógica da dificuldade de articulação das mobilizações, num cenário no qual imperava a repressão a este tipo de ação, a prática sindical se dava da seguinte maneira:

[...] tratava-se de conhecer os conflitos, documentá-los, buscar explicações para a sua origem, narrar as violências, elementos que compunham relatórios a serem enviados às autoridades, como pedidos de providências. Mesmo considerando que havia pouca ação voltada para a mobilização e organização dos trabalhadores, o fato é que de alguma forma, os conflitos eram publicizados e ganhavam algum tipo de apoio (Relatório/ Comissão da Verdade do Rio, 2015, p. 88).

Nesse contexto, é importante ressaltar a atuação de advogados e advogadas sindicais – muitos deles participantes de organizações de esquerda diversas e militantes do movimento estudantil -, assim como o papel de alguns setores da Igreja Católica, estimulando a organização e a resistência.

¹⁷ Por que eles não ficam na sacristia celebrando suas missas? *A Folha*, 16 de janeiro de 1977. Ano 5, nº 244. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

Já no final dos anos 1970, com o início de um período de abertura política, há uma retomada da mobilização em prol das lutas dos trabalhadores rurais. Antigas lideranças que estavam foragidas ou haviam sido presas e muitos militantes que estiveram exilados no exterior retornam e vão atuar decisivamente em algumas tentativas de retomar a luta pela terra, ainda em meados da década de 1970. É neste contexto que ocorrem as ocupações no início da década de 1980, processo esse no qual está inserida Campo Alegre.

CAPÍTULO III

O Mutirão Campo Alegre: história e memória

Este capítulo trata do tema central desta dissertação: o assentamento Campo Alegre. Traz o histórico da área que hoje é o assentamento, desde o período colonial. Na década de 1950, uma parte da propriedade foi transformada em loteamento e posteriormente serviu à pecuária até meados dos anos 1970. Foi ocupada pelos demandantes de terra no início da década seguinte, vindo a se tornar uma das maiores ocupações de terra no estado do Rio de Janeiro. Buscamos tratar das memórias individuais e coletivas construídas sobre os primeiros anos da ocupação.

3.1 Origens das terras de Campo Alegre

De acordo com Ferreira (2018) a área hoje referente ao Mutirão Campo Alegre remete à formação do Morgado de Marapicu em 1772.¹⁸ Esse Morgado foi instituído depois da morte do Capitão Mor Manoel Pereira Ramos de Lemos, quando a viúva D. Helena de Andrade Souto Maior Coutinho e seus filhos, firmaram escritura pública, em 6 de janeiro de 1772, transferindo as terras para o filho primogênito, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. Machado (2016) afirma que segundo o Registro Paroquial de Terras¹⁹, o Conde Aljezur, bisneto de D. Helena Coutinho, estava à frente da administração das terras do Morgado na segunda metade dos oitocentos.

O Morgado, em 1856, abrangia as fazendas de Marapicu e Cabuçu, atravessando as freguesias de Santo Antônio de Jacutinga, Nossa Senhora da Conceição de Marapicu e Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu. Segundo Machado, “no inventário do Conde, datado do ano de 1909, os limites das terras do Morgado aparecem ainda maiores, pois incorporavam a fazenda do Paul do Gandu nos limites da Vila de Itaguaí” (MACHADO, 2016, p. 02). O Conde Aljezur administrou as terras do Morgado de Marapicu até o ano de 1909, quando morreu na cidade de Petrópolis.

As terras do Morgado eram exploradas sob o regime de arrendamento, contando com mais de duzentos arrendatários em meados do século XIX, segundo afirma Ferreira

¹⁸ Segundo Ferreira (2018), o morgadio “consistia num mecanismo jurídico que impedia a fragmentação da propriedade territorial tanto por herança quanto por venda e que se transmitia tão-somente ao primogênito varão, portanto usado sobretudo pela nobreza a fim de salvaguardar a sobrevivência financeira da linhagem” (FERREIRA, 2018, p. 07).

¹⁹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Registro Paroquial de Terras (1854/1857). Vila de Iguaçu. p. 55 e 56.

(2018). Foram compradas da viúva Condessa de Aljezur pelo Conde Modesto Leal – uma das figuras com maior fortuna do período da República Velha –, em 1911. Nesse período já havia uma certa parcela dessas terras denominada Campo Alegre.

Embora Modesto Leal não tivesse mais tanta relevância em atividades comerciais, vinha adquirindo diversas terras de cafezais decadentes do Vale do Paraíba para transformá-las em áreas voltadas para a pecuária. De acordo com Ferreira (2018), esse parece ter sido seu plano para as terras da Baixada Fluminense, se considerarmos que “em 1927 possuía rebanho bovino de 3.500 cabeças. Nesse mesmo ano, incorporou as terras e vendeu-as às Fazendas Reunidas Normandia, dirigida por outro plutocrata, ninguém menos que Guilherme Guinle, presidente das Docas de Santos” (FERREIRA, 2018, p. 07).

Estudo realizado por Bastos (2017) aponta que as Fazendas Reunidas Normandia, propriedade que a família Guinle e Fausto Alvim teriam adquirido do conde Modesto Leal, se estendiam até a região de Pedra Lisa, hoje pertencente a Japeri, e que foi nos anos 1960 palco de importantes conflitos fundiários no estado, como apontado no capítulo 2 desta dissertação.

Entretanto, segundo Machado (2016), desde 1910 os limites da propriedade do Conde Modesto Leal vinham sendo contestados. Como aponta Ferreira (2018),

Segundo certo libelo, impresso privadamente às expensas dum prejudicado, a Normandia declarou em 1930 possuir 5.500 alqueires geométricos de terras, mas teria registrado em 1933 nada menos que 11.673 alqueires geométricos (cerca de 56.500 hectares) (FERREIRA, 2018, p. 08).

Ainda de acordo com Ferreira (2018), em 1926 Modesto Leal teria concedido a passagem de uma ferrovia por suas terras, que conectava Austin até Santa Cruz, o que justificaria a incorporação de tais terras à Normandia. Entretanto, essa linha férrea teve vida curta:

A ferrovia completou-se em 1929, mas logo em 1932 o trecho entre Santa Cruz e Cabuçu foi fechado e em 1948 o ramal inteiro foi suprimido. A curta vida da linha tem a ver não só com os pródromos da estagnação ferroviária e da ascensão do rodoviarismo, porém talvez mais ainda com a substituição da pecuária pela citricultura. Na estação Cabuçu, havia instalações para beneficiamento de laranja (FERREIRA, 2018, p. 08).

Ferreira (2018) afirma que “as Fazendas Reunidas Normandia operavam como sociedade anônima e, conforme seus estatutos, visavam não só a agricultura e a pecuária, mas também o loteamento” (FERREIRA, 2018, p. 08). Entretanto, apesar de grande parte

da área ter sido loteada, a área referente ao que hoje corresponde a Campo Alegre ficara desocupada, “pois essa região mais oriental de Nova Iguaçu permanecia pouco tocada pela febre das laranjas e os latifúndios, mais íntegros” (FERREIRA, 2018, p. 09).

O loteamento de Campo Alegre tem início em 1952, sob o comando de Ernesto Moreira, um grande fazendeiro e comerciante, e uma corretora imobiliária denominada Corretora de Operações Imobiliárias (Coper). A ideia inicial consistia em organizar um loteamento com 23.333 unidades, segundo Ferreira (2018). Entretanto:

Apesar de diversos lotes vendidos, o empreendimento malogrou, provavelmente por sua posição por demais periférica: a Coper faliu, os compradores edificaram poucas casas ou mesmo nenhuma, as poucas ruas abertas, geralmente sem asfalto, ficaram por se ocupar (FERREIRA, 2018, p. 10).

Ainda nos anos 1960, transformou-se em um loteamento urbano, tornando-se palco de disputas oriundas da falência do então empreendimento imobiliário. Posteriormente passou a ser grilada por criadores de gado.

Ainda segundo Ferreira (2018), entre meados da década de 1950 e 1970 alguns pecuaristas se estabeleceram na região. Entretanto, “donos dos pequenos lotes que efetivamente se instalaram teriam sido hostilizados pelos grileiros, que dessa forma puderam mais folgadoamente expandir seus pastos” (FERREIRA, 2018, p. 10). Segundo o autor:

A opção pela pecuária extensiva não se atém apenas a fatores econômicos como a demanda por carne e laticínios ou mesmo custos operacionais mais baixos do que a agropecuária intensiva. No contexto inflacionário, conforme vimos, a terra era vista mais como investimento à espera de valorização do que como fator de produção. Como a terra precisa ser protegida contra intrusos, uma boiada pequena, entregue a si mesmo sem manejo nenhum, cumpre o papel de ocupar o território, a custos inferiores aos da capangagem. Um manual jocoso estimava, em meados dos anos 1970, que na pecuária de corte um único funcionário bastava para cuidar de 400 vacas. Ademais, o próprio gado também atua como reserva de valor que renova por si e sua presença perturba lavouras que venham a se estabelecer. Até hoje são comuníssimos pela Baixada descampados onde se vê um boizinho ou outro a pastar e mais nada. Os poucos dados de que dispomos para a relação entre reses e área para Campo Alegre de começos da década de 1980 confirmam a impressão geral do domínio da pecuária extensiva na região, mesmo se atentando para as pastagens ruins: nos 70 hectares da Fazenda Santa Bárbara, que veio a ser ocupada, pastavam 200 cabeças de gado, ou seja, uma relação de 2,8 bois por hectare; os 250 hectares dum fazendeiro das imediações comportavam mais de 500 bovinos, logo 2 bois por hectare (FERREIRA, 2018, p. 10).

Com a abertura política iniciada no final da década de 1970, os conflitos fundiários voltaram a eclodir, como resultado do agravamento da crise econômica, que se estendeu ao longo da década de 1980. Diante deste cenário, diversas ocupações de terra começaram a ser promovidas como uma espécie de tática que objetivava pressionar o Estado a fim de solucionar os problemas fundiários. De acordo com Sigaud, Rosa e Macedo (2008), apesar de algumas ocupações esporádicas terem ocorrido nos anos anteriores ao Golpe de 1964, é a partir dos anos 1980 que elas se difundem, principalmente no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Como destaca Ferreira (2018) “no caso fluminense, pelo domínio amplo da cidade sobre o campo, as primeiras ocupações são de natureza urbana” (FERREIRA, 2018, p. 10). Segundo aponta o laudo do Iterj,

Se a favelização ocorria tradicionalmente de forma lenta, acumulativa, um barraco seguindo-se a outro, em fins de 1981 a invasão maciça de duas áreas em Jacarepaguá assinala maior organização e premência dos movimentos populares. O período mais agudo das invasões urbanas dá-se entre setembro de 1982 até julho de 1983. Só no primeiro semestre de 1983 ocorreram quatorze invasões no Rio. Esse fenômeno também se repetiu em São Paulo (FERREIRA, 2018, p. 10-11).

Novicki (1994) atenta para o fato de que a Baixada Fluminense foi objeto de disputa pela posse e propriedade da terra entre as décadas de 1940 e 1980, nas quais, de um lado, imperavam interesses especulativos urbanos, e, de outro, estavam antigos posseiros que utilizavam como forma de resistência às ocupações, nas quais muitas vezes contavam com a mobilização de trabalhadores que tiveram alguma experiência de vida urbana. Assim, a luta pela terra que emerge na região a partir da década de 1980 é a continuidade do processo que tinha como cerne os impactos causados pelos projetos de urbanização das áreas rurais, transformadas em espaços de moradia, indústria, turismo e especialmente especulação.

É neste contexto que a área de Campo Alegre foi ocupada, no ano de 1984, sendo considerada uma das maiores ocupações de terra que aconteceu no estado do Rio de Janeiro.

3.2 A ocupação e a formação do Mutirão Campo Alegre

A ocupação de Campo Alegre tem origem numa articulação da qual fizeram parte participantes de ocupações de Duque de Caxias e Belford Roxo – particularmente da

ocupação de Nova Aurora, considerada uma ocupação urbana – e chegou a ser ensaiada na ocupação da localidade conhecida como Parque Estoril, no município de Nova Iguaçu.

De acordo com Ferreira (2018):

Desde meados do ano anterior, discutia-se entre lavradores de Parque Estoril, uma tentativa de ocupação mal sucedida, a legitimidade de tomada de terras improdutivas e buscavam-se áreas propícias. Entre as primeiras medidas em Campo Alegre, estiveram roçados, poços d'água, sumidouros para esgoto e um loteamento preliminar entre dois e três hectares (FERREIRA, 2018, p. 11).

A ocupação de Nova Aurora aconteceu no ano de 1979, tendo como principal objetivo a obtenção de moradia e condições de vida mais dignas, trazendo consigo o lema: “tanta terra sem gente e gente sem terra”, segundo Adriana Serafim (2013). Deste modo, “o objetivo primeiro do movimento ‘era ocupar terras abandonadas e improdutivas do local, e a construção das moradias a partir da contribuição de cada membro associado. Mas gradualmente, o movimento foi assumindo novas bandeiras” (SERAFIM, 2013, p. 79).

As lutas travadas em Nova Aurora tiveram uma intensa participação de setores da Igreja Católica em âmbito local através, principalmente, da atuação do bispo Dom Adriano Hypólito. Com seu comportamento alinhado à “opção pelos pobres” que movia seu compromisso em defesa da justiça social e da garantia dos direitos humanos, auxiliou no enfrentamento com os grileiros e a polícia em decorrência de conflitos ocasionados pela ocupação e desapropriação das terras.

A ocupação de Parque Estoril, no ano de 1981, marca uma relação de retorno de antigas lideranças, como Bráulio Rodrigues, Chico Silva e Laerte Bastos – figuras de extrema importância na luta pela terra na Baixada Fluminense, que atuaram no pré-1964 em diversas ocupações na região –, a este cenário de mobilização da luta pela terra, e, apesar de não ter se concretizado, acabou se tornando um ensaio para futuras ocupações de terra na região, na medida em que foi fomentadora de questionamentos acerca da situação fundiária no estado.

De acordo com uma liderança do Movimento sem Terra do Rio de Janeiro, entrevistada por Novicki,

A área de Parque Estoril foi dividida em lotes pequenos aguardando a solução do conflito para a posterior divisão real da área. Neste período, Parque Estoril consegue fazer assembleias, nas quais se dá uma reciclagem das pessoas que passavam por ali e onde discutiu-se a ocupação de outras áreas levantadas... Na realidade Parque Estoril não

aconteceu, porque o próprio acampamento que lá houve depois foi desfeito, mas foi ali que se ensaiaram os primeiros passos para a ocupação de outras áreas durante o Governo Brizola. Parque Estoril, para nós do Movimento, ficou sendo uma ligação com as lideranças do passado como Enéas, Bráulio, Laerte, Chico Silva ... Parque Estoril foi o embrião, em novos tempos, do questionamento da questão fundiária no Rio de Janeiro (NOVICKI, 1992, p. 37).

É neste sentido que estas ocupações foram precursoras deste processo na região da Baixada Fluminense, levando ao desencadeamento de diversas outras ocupações, tal como a de Campo Alegre, considerada um marco da retomada da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro.

Como vimos, ao longo dos anos as terras de Campo Alegre foram sendo aos poucos griladas por pessoas interessadas na criação de gado ou mesmo servindo como área de desova para o Esquadrão da Morte²⁰, até que num dado momento foram descobertas pelo “movimento de ocupação de terras”, como aponta Victor Novicki (1994). Contudo, é importante ressaltar que muitas lideranças usavam a má fama do lugar como indicador de seu abandono e, portanto, da importância da ocupação para dar outro uso à terra.

O fato é que as articulações para se iniciar a ocupação de Campo Alegre se deram no mesmo período do processo de reabertura política do país e, conseqüentemente, as atuações de muitas das lideranças rurais e sindicais do pré-1964 voltaram a ter visibilidade. Segundo entrevista concedida por Luís de Marapicu, uma das principais lideranças locais, à pesquisa *Impactos dos assentamentos rurais*, neste momento de retomada das lutas, algumas dessas antigas lideranças começaram a se reunir no Centro de Formação de Lideranças de Nova Iguaçu, em Moquetá, e se discutia a maneira pela qual que seria feita esta ocupação.²¹ Neste sentido, foi de fundamental importância o apoio recebido por setores Igreja Católica de Nova Iguaçu, não só para a realização da ocupação como também para a permanência na terra, dando condições para que a organização destes movimentos fosse construída dentro do espaço físico diocesano e prestando assistência no período pós-ocupação: através da figura dos agentes pastorais, em especial da Comissão Pastoral da Terra, no processo de organização política, e de

²⁰ Mariela Conceição Rosa. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros em 1999 para a pesquisa *Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ

²¹ Luís de Marapicu. Entrevista concedida em 17 de outubro de 1997 a Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano para a pesquisa *Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

doações de mantimentos que eram pedidos nas paróquias pelos padres durante as missas, como ressalta a coordenadora regional da Comissão Pastoral da Terra no Rio de Janeiro em entrevista concedida no ano de 2019.²²

A ocupação de Campo Alegre ocorreu na noite de 9 de janeiro de 1984 e tornou-se um referencial para futuras ocupações. A área do assentamento, até então pertencente ao município de Nova Iguaçu, passou a ser dividida com o município de Queimados após a emancipação deste município, em 1992.

Diversas famílias, vindas de ônibus e caminhões realizaram a ocupação ao mesmo tempo, os homens instalaram-se sob barracas de lona esticadas entre árvores, mulheres e crianças numa dilapidada sede de fazenda como medida de segurança.²³ É difícil estimar o número de famílias que participou desse processo inicial da ocupação. O número citado com mais frequência, 300 famílias, às vezes dobrava ou, ora se falava mesmo em apenas 300 pessoas, ora em mais de 700 lavradores.²⁴ Assim, “o mais provável é que os números tenham flutuado, decrescendo a partir da ocupação conforme as dificuldades se assomavam e, após a melhoria das condições em meados do ano, expandindo-se” (FERREIRA, 2018, p. 11).

Algumas famílias que já residiam na localidade e muitas que viviam nas áreas que até então haviam disso loteadas por um empreendimento imobiliário, acabaram se juntando à ocupação, principalmente na área da atual regional Chapadão, onde estava localizada a maior parte deste loteamento. Entretanto, como apontado por uma moradora de uma das regionais, sua família já estava em Campo Alegre quando se deu a ocupação. Esse processo de incorporação não foi pacífico, tendo essas famílias que enfrentarem a resistência das lideranças do movimento.

João Bastos, uma das principais lideranças de Campo Alegre, em entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano, no ano de 1998, para a pesquisa *Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais* (Medeiros e Leite, 2002), quando questionado sobre como ocupantes de Campo Alegre chegaram até tais terras, diz que a preparação para ocupar a área durou

²² Sônia Martins. Entrevista concedida em 28 de julho de 2019 a Lígia Maria de Oliveira Nonato.

²³ Arq.Iterj, Progetto Campo Alegre, 1985, “Alicerce” (Consolidamento); Arq.Iterj, Carta de Antônio Veiga de Freitas (Altântica, Proc. E-28/000.91/99), José do Vale Nunes (Cifra S/A, Proc. E-28/000.392/99) e Haroldo Ferreira de Azevedo (advogado agrário) a Fernando Lopes, Secretário Estadual de Urbanização, Habitação e Assentamentos Humanos, 09/10/1991; “Famílias de lavradores invadem fazenda em Queimados”, *Jornal do Brasil*, 18/01/1984, p. 5

²⁴ “300 pessoas em desespero”, *Jornal de Hoje*, 21/01-23/01/1984, p. 4; Yacy Nunes, “Decreto de Brizola abre campo a lavrador”, *Jornal do País*, 28/06-04/07/1984, p. 18 sgs.

cerca de três meses. A maioria das pessoas inseridas nesse processo eram oriundas de áreas rurais e haviam migrado para as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida, porém não obtiveram o sucesso esperado e vieram no retorno ao mundo rural uma oportunidade não apenas de ter uma casa para morar, mas também para produção agrícola de subsistência.

Medeiros e Leite (2002) e Novicki (1994) apontam que o grupo de pessoas que compunha a ocupação era de origens distintas, dando ao movimento heterogeneidade em sua composição. Havia tanto pessoas vindas de outras áreas rurais do estado, quanto também moradores de áreas urbanas periféricas – muitos deles inseridos no mercado de trabalho informal, embora houvesse também aqueles que possuíam emprego formal e até alguns que já eram aposentados.

Para pensar nos aspectos que unem um grupo tão heterogêneo em torno de um propósito comum, é interessante pensar o conceito de classe social apresentado por Thompson (2001), assim como a noção de consciência social que se constitui a partir de tal conceito. Para o autor, o surgimento de uma classe social se dá a partir da necessidade de articulação de identidades e interesses entre indivíduos que tiverem experiência comuns, podendo estar serem herdadas ou partilhadas, contra outros indivíduos dos quais seus interesses diferem. Deste modo:

A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural (THOMPSON, 2001, p. 277).

Para Thompson (1987), classe é entendida como “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um “fenômeno histórico” (THOMPSON, 1987, p. 9), é a experiência de um passado comum de migração entre o campo e a cidade na busca frustrada de melhores condições de vida pela ausência de postos de emprego nos meios urbanos, falta de moradia e de condições mínimas de sobrevivência que os unem em busca de terra na região da Baixada Fluminense, seja ela estritamente para moradia ou também para produção agrícola, na medida em que o surgimento de uma classe social é entendido como “algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas” (THOMPSON, 1987, p. 9).

A coordenadora regional da CPT no Rio de Janeiro à época da realização desta pesquisa, que acompanhou a ocupação nos primeiros anos, afirma a importância da Igreja Católica nos primeiros momentos da ocupação. Ela conta que foi para Campo Alegre “pela provocação feita por Dom Adriano Hipólito [bispo de Nova Iguaçu na época], que solicitou que as paróquias pudessem ser presença solidária”.²⁵ É deste modo que a Diocese de Nova Iguaçu contribuiu neste processo, principalmente através da figura do referido bispo e da Caritas Diocesana.

Além disso, de acordo com Souza, a ocupação:

[...] tinha por objetivo se configurar como uma ação de fins de reforma agrária, mesmo tendo caráter urbano pelos usos da terra, e especialmente por parte dos ocupantes. Havia extrema heterogeneidade entre as origens das famílias que, em sua maioria, detinham um caráter urbano [...] (SOUZA, 2013, p. 44).

Deste modo, as ocupações ganharam força e legitimidade social. Entretanto, contrariando a perspectiva de análise a partir da lógica thompsoniana, não fica evidente, como se verá adiante, a construção de uma identidade entre os envolvidos nesse movimento, e nem uma identificação compartilhada também pelos sujeitos sociais que estavam fora do conflito e não compunham o grupo social formador da ação coletiva, mas se sensibilizavam com a causa desse grupo.

Um fator se tornou importante nesse processo, no momento da ocupação: a solidariedade social, dando impulso à ação coletiva e estimulando outros setores a fazerem parte do movimento, que antes poderia estar restrita a um determinado grupo. É como resultado do processo de construção da articulação dos indivíduos que a ocupação inicial da área ocorreu no dia 9 de janeiro de 1984, durante uma madrugada, havendo controvérsias quanto ao número de pessoas participantes. De acordo Gabriel Bastos (2018), “gerou grandes repercussões na Baixada Fluminense, em especial por ter aglutinado diversas forças políticas que, desde o final da década de 1970, vinham se reorganizando” (BASTOS, 2018, p. 152).

Segundo Medeiros e Leite (2002), a Comissão de Assuntos Fundiários (CAF) do governo Brizola já havia feito um levantamento da área que foi ocupada e a mapeado, sabia exatamente quem a estava ocupando, quem era o dono, assim como quem eram os ditos grileiros, os loteamentos que tinham sido feitos e vendidos.

²⁵ Sônia Martins. Entrevista concedida em 28 de julho de 2019 a Lígia Maria de Oliveira Nonato.

Diferente das ocupações anteriores em que as famílias costumavam ocupar de uma vez só toda a área que estavam reivindicando (Macedo, 2009), nesta ocasião, em decorrência da grande extensão da área, a ocupação deu-se por etapas, tendo início no lugar denominado de Cruzeiro, localidade que posteriormente passaria a ser conhecida como regional Acampamento.

De acordo com Souza:

No Cruzeiro, teve início toda a estrutura organizacional do movimento. Foi construída a grande barraca onde funcionava a cozinha coletiva e, no seu entorno, foram feitas barracas menores. O objetivo principal dentro da ocupação era sobreviver, resistir na área de maneira a consolidar o movimento territorializado (SOUZA, 2013, p. 44).

Um aspecto importante a ser discutido é a violência presente no local, uma marca da Baixada Fluminense, como mostra Alves (2003). A região do Mutirão, que até então era considerado um ponto de “desova” de cadáveres, continuou sofrendo com a violência, desta vez por parte dos grileiros, que forjavam tentativas de despejos, contando inclusive com aparato policial, como apontam Medeiros e Leite (2002).

A ideia da ocupação em formato de Mutirão que, como já mencionado anteriormente, é fundamentada pela ideia de mobilização coletiva na realização ações que proporcionassem benefícios à coletividade, surgiu como uma das principais formas de resistência, na qual o conjunto de tarefas fundamentais para a manutenção da ocupação, tais como desmatamento, limpeza e aração das terras, construção de moradias, eram feitas de maneira coletiva. No momento em que se formou um número significativo de famílias reunidas no Cruzeiro, outras glebas começaram a ser ocupadas. Cada uma delas recebia a denominação de “regional”, na qual havia um coordenador e uma comissão de trabalho que formava um novo mutirão.

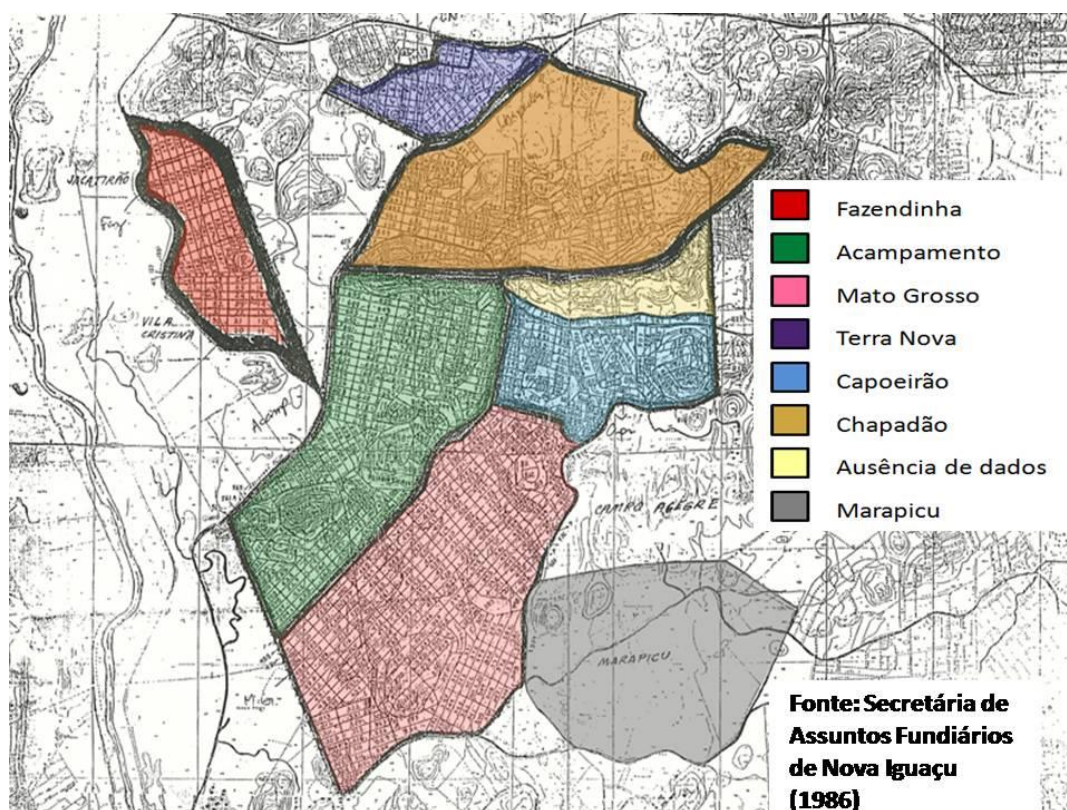
Ao ocuparem essas áreas, as famílias formavam um acampamento com uma barraca destinada para cada família. De acordo com Macedo (2009), a estrutura das barracas era de bambu e elas eram cobertas de lona preta. Em um segundo momento, as áreas foram divididas em lotes de cerca de três hectares, medidos com corda ou barbante pelas próprias lideranças. Em seguida, as famílias eram direcionadas para o lote que lhes era atribuído, processo coordenado pelas lideranças da ocupação, onde construía uma nova barraca e davam início ao trabalho agrícola.

A área ocupada em seguida foi a que ficava ao redor do Cruzeiro, denominada Mato Grosso, localizada na região que, no início dos 1950, teria sido transformada em

loteamento urbano e posteriormente abandonada devido à falência do empreendimento. Ampliou-se rapidamente em direção às fazendas vizinhas.

No total, Campo Alegre constituiu-se por sete regionais: Mato Grosso, Acampamento, Capoeirão, Chapadão, Fazendinha, Terra Nova e Marapicu. Segundo Maria Auxiliadora, atual liderança local, e irmã de uma das principais lideranças de Marapicu, Luís Fernando, conhecido como Luís de Marapicu, essa divisão em regionais se deu em 1986 devido à grande extensão da área do assentamento, assim como a criação das associações de cada regional.²⁶

Figura 2
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS OCUPAÇÕES DE CAMPO ALEGRE



Fonte: ITERJ. Apud SOUZA, 2013, 48.

Segundo Souza:

Os coordenadores das regionais mantinham como lógica política uma centralidade na figura do Presidente da Associação. O primeiro deles foi Laerte Bastos, antiga liderança sindical na Baixada Fluminense, que detinha grande poder de mobilização dentro do movimento (SOUZA, 2013, p. 45).

²⁶ Maria Auxiliadora. Entrevista concedida em 17 de outubro de 2018 a Lígia Maria de Oliveira Nonato.

Contudo, de acordo com Luís de Marapicu:

[...] Campo Alegre não foi uma ocupação, assim, que o pessoal estivesse com aquela vontade de trabalhar na terra, cultivar e sobreviver da terra. Porque as lideranças davam um outro sentido a esse Movimento. Era fazer a ocupação para chamar a atenção das autoridades que a reforma agrária seria viável. [...] E o pessoal foi se acostumando com mil pessoas aqui, em Campo Alegre.²⁷

Como já apontado anteriormente, na Baixada Fluminense rural e urbano são extremamente ambivalentes. O processo de industrialização e urbanização da Baixada Fluminense fez com que o cenário local se modificasse rapidamente, levando à redução das áreas reconhecidas como rurais, acentuando o seu perfil urbano, como apontam Medeiros e Leite (2002).

Campo Alegre, na década de 1990, estava classificada como zona de transição III, segundo o Plano Diretor de Nova Iguaçu, o que corresponde ao fato de que, do ponto de vista da ocupação do solo, nesta área havia residências, sítios e chácaras.²⁸ O que “significa que o plano não se dispõe a desenvolver qualquer atividade de apoio mais sistemático às atividades agrícolas, entendendo as áreas onde se situam os assentamentos como residuais” (MEDEIROS; LEITE, 2002, p. 57). Ainda segundo os autores “as áreas rurais passam a adquirir importância em função do esquadramento urbano do município. Elas sequer são vistas como áreas rurais, mas sim como áreas de transição” (MEDEIROS; LEITE, 2002, p. 57).

As ocupações de terra acabaram tomando para si finalidades distintas, servindo tanto para ocupação de cunho rural, com o objetivo voltado para a agricultura, quanto somente para moradia. Em entrevista realizada em 2019, uma moradora da regional Chapadão, ao relembrar a trajetória dos seus pais durante os primeiros anos da ocupação, ressalta o fato de seu pai trabalhar como motorista na Zona Sul do Rio de Janeiro, enquanto sua mãe, com auxílio do filho mais velho, cuidava do sítio. Esse é um relato comum entre as famílias locais.

²⁷ Luís de Marapicu. Entrevista concedida em 17 de outubro de 1997 a Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano para a pesquisa *Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

²⁸ De acordo com Medeiros e Leite (2002, p 57), citando o Plano Diretor de Nova Iguaçu) “A zona de transição é definida como aquela onde “... encontram-se presentes atividades agrícolas e pecuárias de pequena escala, formada basicamente por sítios e chácaras de lazer, sendo caracterizada por uma ocupação de baixa densidade e de edificações dispersas (Plano Diretor, 1998, p.: 19)”.

No que diz respeito a uma perspectiva sociológica sobre a relação e os limites estabelecidos na concepção do que caracterizaria a distinção entre campo e cidade, atenta-se para as transformações profundas pelas quais ambos passaram a partir da segunda metade do século XX, resultando em novas dinâmicas de cunho econômico, social, cultural e político afirmando a necessidade de ressignificações dos conceitos empreendidos para designar rural e urbano, como apontado por Heloísa Menezes (1991). Prudente (2017) atenta para o fato de que:

As definições sobre o que vem a ser rural ou urbano partem de construções conceituais e institucionais que representam, ao longo da história, as distintas disputas pela produção do espaço no território. Tais disputas têm a cidade e as questões urbanas como os principais protagonistas. Rural, enquanto adjetivo, foi construído em oposição a urbano, possuindo inúmeros significados, dentre os quais se destaca o sinônimo de agrário ou agrícola e, por isso, tem sido referido, na maior parte das vezes, como um meio de produção, que visa a suprir a demanda alimentar da cidade. De forma hegemônica, tradicionalmente o meio rural vem sendo direcionado e caracterizado principalmente através do uso, exploração e ocupação do solo, e, mais recentemente, através da proteção ambiental – também visando o suprimento de recursos naturais para a cidade. Porém, o rural apresenta uma diversidade de aspectos tanto de espaço quanto de populações que se caracterizam por um modo de vida diferenciado do meio urbano. Até a metade do século XX, a interpretação de rural e urbano estava pautada em definições dicotômicas e antagônicas, a partir do conceito de área rural como o espaço não urbano e vice-versa. Até então, havia uma definição mais clara e uma ruptura nítida entre ambos os espaços, pois os limites físicos eram mais evidentes (PRUDENTE, 2017, p. 26).

Sobre como se configuravam as ambições das pessoas sobre este processo, após a consolidação da ocupação da terra no caso fluminense, em relação ao não interesse em permanência na terra para fins de cultivo e produção agrícola e sim para fins de moradia somente, além do interesse individual da apropriação da terra sobreposto aos interesses coletivos do uso da terra, Victor Novicki (1995) aponta que:

Nos assentamentos, os que não participaram do projeto coletivista (“roças comunitárias”) - a maioria - eram chamados de “sem consciência, egoístas, alienados ou individualistas”. A rigor, foram conflitos decorrentes de visões contraditórias de mundo, relacionadas às crenças e desejos dos sem-terra que só se manifestaram após a conquista da terra, quando não mais foi possível a construção de um interesse comum que levasse à ação coletiva. A bibliografia sobre movimentos sociais no campo e processo de organização nos assentamentos, em sua maioria orientada pelo marxista, indica como causas para a individualização dos objetivos após a conquista da terra ou “fracasso” das experiências coletivistas [...] a falta de uma “consciência de classe” provocada pela ideologia dominante que, através de diferentes mecanismos, leva ao desvio de seus verdadeiros interesses de classe e [...] a diferenciação interna do grupo, em termos

de trajetórias de vida (perspectivas diferentes do ex-pequeno proprietário, do ex-boia-fria, etc.), de relações com a terra (posseiro, parceiro, arrendatário, assalariado, etc.), momentos do ciclo vital (idade) e de potencial de trabalho familiar (número de filhos)[...]. (NOVICKI, 1995, p. 59)

Assim, pode-se notar as dificuldades encontradas para a consolidação e legitimação do modelo mutirão adotado nos primeiros anos da ocupação como principal via de ação mobilizatória e construtora de uma identidade da ocupação, o que teve reflexos na própria consolidação da ocupação e na busca de direitos fundamentais dos ocupantes da terra. A dificuldade de se criar uma identidade a partir de objetivos comuns dos ocupantes acabou sendo um dos principais fatores geradores de dificuldade de resolução das questões fundiárias da área.

3.3 Criação das associações do Mutirão Campo Alegre

Além dos ocupantes e lideranças locais optarem pelo formato mutirão como uma forma de organização e mobilização, a criação de uma associação de moradores se fez necessária para dar voz às demandas da ocupação. Segundo Alexsandro Batista dos Santos, que foi presidente da Associação dos Camponeses e Produtores da Fazendinha, uma das regionais do mutirão, a ideia de criar uma associação em Campo Alegre foi de João Bastos e Laerte Bastos, principais lideranças locais responsáveis por organizar o movimento de ocupação.²⁹

Podemos compreender a organização dos ocupantes em torno de associações como uma tentativa frustrada de unificar valores, discursos e referências que articulam interesses em comum, e se desenvolvem a partir da experiência da exploração e das lutas, se considerarmos que, sob a perspectiva thompsoniana, a classe social se constitui a partir da identificação enquanto sujeito político e social que se constrói em meio ao processo da luta onde são criados laços de solidariedade e identidade entre os trabalhadores que enfrentam um inimigo comum, podendo ser ele os patrões ou o Estado.

Esse tipo de organização também pode ser entendido sob a ótica da ação coletiva, que não é um fenômeno contemporâneo, apesar dos movimentos sociais, compreendidos como a expressão mais popular deste tipo de mobilização, serem fenômenos recentes. Deste modo, é importante compreender que eles empreendem novos repertórios de ação

²⁹ Entrevista concedida em 1997 a Leonilde Servolo de Medeiros para a pesquisa *Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

coletiva, mas também fazem uso de repertórios tradicionais. Em *Costumes em Comum*, Thompson (1998) ao tratar da origem dos movimentos sociais modernos, chama a atenção para a amplitude e maiores impactos causados por este tipo de mobilização e sua eficácia.

Assim, os movimentos sociais são compreendidos como uma forma organizada de se contrapor ao sistema de poder, visando a reivindicação de direitos e o reconhecimento de determinados grupos sociais como parte integrante da sociedade. A ação coletiva vai se legitimando na medida em que é reconhecida pelo Estado e cria uma teia de relações objetivando a garantia da sua própria autodefesa num mundo que se apresenta com perspectivas de luta contínua para a manutenção do poder. Logo, a ação coletiva ocorre objetivando um fim, ela não acontece num vazio, ou seja, é uma resposta a uma situação concreta imposta pelas relações de exploração estabelecidas pelo meio de produção.

Entretanto, o centralismo das lideranças que até então presidiam a Associação do Mutirão Campo Alegre – particularmente expressa na figura controversa de João Bastos, considerando menção ao seu comportamento paternalista e ao mesmo tempo autoritário e agressivo – promoveu “uma distribuição desigual e agenciando um aparato político para regionais de maior visibilidade, no caso a regional Cruzeiro, localidade central na região” (SOUZA, 2013, p. 49).

A centralidade do poder administrativo da ocupação tem início quando o governo federal disponibilizou um programa de crédito rural específico para Reforma Agrária denominado Procera (Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária). A maior parte dos investimentos do programa em Campo Alegre teve como beneficiária a regional Acampamento que, como parte da estratégia centralização das lideranças, era onde estava localizada a associação central de toda a região. É em decorrência disso que, a partir de 1987, foram criadas as associações de cada uma das regionais do Mutirão Campo Alegre, como uma forma de frear o aparato político centralista instituído por algumas lideranças na associação, comandada por João Bastos e Laerte Bastos. Eles haviam comandado as ocupações de terras e determinado as distribuições de lotes nas regionais. Contudo, “essas determinações começaram a promover contestações junto a esse poder da associação” (SOUZA, 2013, p. 49).

Vale ressaltar que não há indicações de que essas associações tivessem qualquer relação com sindicatos urbanos ou patronais, mantendo relação apenas com o Sindicato

dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu, através do qual fizeram o ITR do lote – ou seja, mantinham uma relação estritamente burocrática com o Sindicato.³⁰

A primeira regional a criar uma associação foi a de Mato Grosso, no que foi seguida pelas demais. Dessa maneira, as associações saíram da lógica da centralidade administrativa e passaram a dar conta das suas próprias demandas e a coordenar as estruturas locais. Como afirma Souza (2013), “a articulação e a unidade política foram sempre elementos que marcaram essa região para romper com o centralismo e manter uma unidade” (SOUZA, 2013, p. 50).

Com a intenção de poder participar de projetos futuros, criaram a Uamca (União das Associações do Mutirão de Campo Alegre), que era dirigida pelos representantes das regionais.³¹ De acordo com Souza (2013):

A Uamca era composta por três representantes de cada regional, que organizavam a participação política e representativa de cada uma, de modo coletivo, partindo da articulação das associações que surgiram nesse contexto de “reformulação” das organizações de Campo Alegre. A união das Associações foi uma articulação entre as regionais que mudou a razão social da associação para “Mutirão de Campo Alegre”. Isso só aconteceu após conseguirem destituir o presidente, na tentativa de ampliar a representação regional e as demandas coletivas (SOUZA, 2013, p. 50).

Entretanto a tentativa de ampliação da representação regional e das demandas coletivas que resultaram na destituição do então líder da ocupação, João Bastos, deu início a uma disputa política. Além disso, Bastos também havia sido derrotado na eleição da cooperativa que estava sendo criada na ocupação, com apoio de uma ONG de padres italianos, a Coamca, o que gerou ainda mais fragmentação nessa movimentação política.

De acordo com Sônia Martins, logo após a ocupação, Laerte Bastos já tinha uma proposta de criação de uma cooperativa como mecanismo de escoamento da produção. Já no final da década de 1980, mais precisamente no ano de 1988³², com a contribuição do Padre Geraldo Lima, coordenador da CPT-RJ na época, este projeto foi colocado em prática, congregando todas as associações.³³ A cooperativa possuía máquinas que

³⁰ Alexsandro Batista dos Santos, presidente da Associação dos Camponeses e Produtores da Fazendinha. Entrevista concedida em 04 de março de 1998 a Leonilde Servolo de Medeiros. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

³¹ Maria Auxiliadora. Entrevista concedida em 17 de outubro de 2018 a Lígia Maria de Oliveira Nonato.

³² Geraldo Machado. Entrevista concedida para a pesquisa *Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

³³ Sônia Martins, coordenadora regional da CPT RJ. Entrevista concedida em 28 de julho de 2019 a Lígia Maria de Oliveira Nonato.

prestavam serviços para as famílias e caminhão para levar a produção ao Ceasa onde era escoada. Além disso, também vendia adubos, sementes, remédios e ração.³⁴

Foi criada também uma cozinha coletiva, como uma espécie de extensão das atividades da cooperativa. Instalada em um dos sítios na regional Acampamento, foi uma forma de investir nas mulheres do mutirão – contando com a participação de aproximadamente vinte mulheres –, onde eram realizados processos de formação voltados para o beneficiamento da produção – que se resumia a ensiná-las a fazerem doces e geleias com aquilo que produziam em seus lotes. Essa ideia funcionou por alguns poucos anos, até perder força e a área da cozinha ser abandonada.³⁵

A Coamca, apesar de ter tido um bom funcionamento nos seus anos iniciais, teve vida curta, pois os ocupantes da terra não conseguiram dar continuidade sozinhos ao projeto inicial. Além disso, na década de 1990 houve um acirramento das disputas internas – disputas estas pela presidência da cooperativa e liderança das associações por figuras conhecidas por suas posturas autoritárias dentro do Mutirão –, o que levou a decretar falência no início dos anos 2000 e as associações de cada uma das regionais começaram a perder sua força.

A falta de renovação das lideranças e a perda de credibilidade nas mesmas, desencadeou um processo de desmobilização política de Campo Alegre. A ausência de mobilização aliada ao desinteresse do Estado, por sua vez, desarticulou os ocupantes da área na busca pela regularização fundiária de Campo Alegre.

3.4 A situação fundiária de Campo Alegre

No dia vinte de junho de 1984, os ocupantes das terras levaram suas reivindicações ao governador do estado, Leonel Brizola, entre elas que fossem tomadas providências em relação a ameaças e violências cometidas pelos pretensos proprietários, e que fosse buscada uma forma de garantir formalmente aos ocupantes o uso e posse da terra. O governador foi ao encontro das famílias, que haviam ido até o palácio do governo, em Laranjeiras, com um ônibus conseguido pela associação geral do Mutirão e, após longo

³⁴ Alessandro Batista dos Santos, presidente da Associação dos Camponeses e Produtores da Fazendinha. Entrevista concedida em 04 de março de 1998 a Leonilde Servolo de Medeiros. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

³⁵ Atualmente a área referente à cozinha coletiva, bem como todos os equipamentos pertencentes a ela, se encontra situada no sítio de uma das atuais moradoras, cuja família está presente na regional desde os primeiros anos da ocupação.

discurso, assinou o decreto de desapropriação em cima de uma batata doce, em um ato simbólico.³⁶

Este foi o primeiro decreto de desapropriação utilizado pelo governo Brizola visando equacionar litígios gerados pelo movimento de ocupação de terras. Dado que os Estados-Federados não têm competência para desapropriar por Interesse Social para fins de Reforma Agrária, o governo estadual recorreu à um Decreto-Lei federal para declarar Campo Alegre como área de Utilidade Pública para fins de desapropriação (NOVICKI, 1994, p. 104).

Esse decreto foi a primeira medida de desapropriação executada pelo governo do estado, tendo por objetivo equacionar os conflitos junto aos movimentos de ocupação de terra, segundo Souza (2013), além de configurar uma expressão da eficácia daquilo que, segundo os referenciais teóricos aqui utilizados, compreendemos como ação coletiva, baseada nas ideias de identificação social e solidariedade social. De acordo com a lógica federativa brasileira, o governo estadual não poderia executar desapropriação para fins de reforma agrária, o que só poderia ser feito através da esfera federal. Os governos estaduais, entre eles o de Brizola, buscavam outros mecanismos legais para poder intervir nas demandas por terra.

Segundo Novicki (1992), a assinatura do decreto de desapropriação proporcionou o reconhecimento e legitimidade das demandas dos ocupantes da área, dando início a um alto grau de mobilização em Campo Alegre, não só em termos organizacionais, mas também em relação à produção agrícola. Enquanto isso, o governo tomava as primeiras medidas de legalização e atuação técnica que visava a estruturação e desenvolvimento produtivo do assentamento.

Entretanto,

O governo estadual não tinha uma organização político-administrativa contundente e também não havia uma proposta de Reforma Agrária. As desapropriações foram sendo feitas de maneira independente do governo federal, através de maneiras alternativas [...]. Brizola apoiou as ações de forma articulada, dando apoio estrutural, contendo a violência por parte dos grileiros e mantendo a segurança das ocupações com a atuação da Polícia Militar (SOUZA, 2013, p. 48).

Em um primeiro momento, três Secretarias de Estado estiveram engajadas em organizar as demandas das ocupações: Justiça e Interior; Trabalho e Habitação; e Agricultura e Abastecimento. Estas secretarias foram responsáveis por programas de

³⁶ De acordo com edição 11402 do jornal carioca *Última Hora*, publicado em 2 de outubro de 1984, a área referente à Campo Alegre, desapropriada pelo então governador Leonel Brizola, já havia sido desapropriada anteriormente pelo Governo Federal através do Decreto 75.209/75.

caráter emergencial e inovações institucionais que se revelaram como políticas inconsistentes nas dinâmicas dos conflitos do estado, e demonstraram os interesses antagônicos envolvidos na questão agrária fluminense, segundo Souza (2013).

Em seguida, o governo estadual criou uma Secretaria de Assuntos Fundiários, para articular e organizar de maneira mais ativa as ocupações e acompanhar os conflitos de terra. Deste modo, a questão fundiária do estado passou para primeiro plano, constituindo-se em uma questão politicamente estratégica para a base política brizolista.³⁷ Assim,

As ações da política brizolista auxiliaram as lutas de maneira direta na permanência dos acampados nas áreas ocupadas, fornecendo condições para que o movimento tivesse um impulso maior na retomada da luta fundiária no estado, tanto de caráter rural quanto urbano (SOUZA, 2013, p. 48).

Por outro lado, segundo Souza, as políticas implementadas por Brizola tinham um caráter assistencialista, realizadas de forma centralizada junto às lideranças, isto é, não havia um diálogo com os coletivos, mas somente com seus líderes,

[...] em um processo de cooptação, ampliando o poder e o papel dessas figuras na dinâmica comunitária e, de certa forma, assumindo uma orientação das distribuições políticas dos recursos e promovendo o esvaziamento político das organizações sociais (SOUZA, 2013, p. 48).

Essa centralidade dada às lideranças foi fundamental no processo de divisão das regionais em Campo Alegre, dando início às associações que foram criadas nas regionais. Estas mantiveram uma relação direta com a Associação do Mutirão – uma espécie de associação geral, que abarcava todas as associações das regionais do assentamento –, que, por sua vez, exercia representação direta com o governo.

A área coletiva destinada à produção agrícola se constituía enquanto um coletivo único, e não um para cada regional. Esse coletivo também foi dividido e várias áreas

³⁷ Com a eleição de Moreira Franco em 1986, de base conservadora, a questão agrária perde seu caráter estratégico dentro do governo estadual. Nesse período o governo, passou a utilizar a repressão como principal forma de gestão dos conflitos fundiários dentro do estado. Percebeu-se um grande enfraquecimento político das secretarias responsáveis pela questão fundiária. A volta do governo Brizola em 1990 não gerou alterações no cenário estabelecido, uma vez que este se encontrava atrelado aos setores conservadores. No governo Marcelo Alencar, eleito no ano de 1994, numa tentativa de solucionar os problemas específicos do estado fluminense, uma vez que havia sobrecarga e o Incra não estava conseguindo resolvê-los, foi criado o Iterj, que passou a ser o responsável pela execução da política fundiária no estado. Entretanto, os “assentamentos precisam passar pelo reconhecimento do Incra, que faz algumas exigências ao órgão estadual como, por exemplo, que os assentamentos não tenham origem urbana” (OLIVEIRA, 2008, p. 94), sendo uma ação política contraditória da realidade socioespacial do nosso estado e, principalmente, caracterizando-se como uma das ações para inibir e desarticular a legalização das áreas de ocupação.

foram destinadas ao desenvolvimento de projetos para a Associação. Cada um desses coletivos tinha uma pessoa como liderança. Nessa área coletiva se plantava arroz, berinjela e uma variedade de hortaliças. Mas, apesar desses coletivos serem suficientes para abastecer os produtores e ainda gerar excedentes, não deram certo, pois, segundo algumas lideranças, alguns tentavam se beneficiar mais que os outros, gerando intrigas internas – que tinham origem basicamente na disputa por poder dentro dos espaços de liderança da ocupação – e fazendo com que as pessoas, de um modo geral, passassem a olhar com desconfiança para a ideia de manter as roças coletivas. Assim, os próprios ocupantes se encarregaram de ocupar essa área coletiva quando souberam que ali seria implementada uma cooperativa com a aprovação de um projeto subsidiado pelo governo.³⁸ Dentro dessa perspectiva Linderval Augusto Monteiro destaca que:

Os serviços comunitários ou os mutirões foram formados para resolver problemas imediatos [...] na medida em que surgem unicamente de crise ou nascem do desejo de alguns líderes locais de se destacarem politicamente através do aproveitamento do serviço já comumente realizado pelos moradores de bairros periféricos (MONTEIRO, 2007, p. 81).

É seguindo essa lógica que uma das principais lideranças que atuou em Campo Alegre, Laerte Bastos, se voltou para a carreira política chegando ao cargo de vice-prefeito de Nova Iguaçu, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), no processo eleitoral de 1988, na chapa de Aluísio Gama de Souza, pelo mesmo partido. De acordo com Laerte, sua participação na luta camponesa se dava apenas no auxílio da ocupação e da organização, participando em cooperativas e associações, atuando de forma mais abrangente, mas não retornou à vida no campo. E é a partir daí que descobre sua vocação política.³⁹ Sobre essa questão, Monteiro afirma ainda que:

Ao longo do tempo a liderança comunitária sofisticou-se e modificou-se até estabelecer-se como nitidamente diferenciada das lideranças políticas tradicionais. A constatação das metamorfoses ocorre quando se acompanha o processo político baixadense [...] e se percebe a ascensão constante de líderes comunitários a cargos públicos oficiais (MONTEIRO, 2007, p. 46).

³⁸ Luís de Marapicu. Entrevista concedida em 17 de outubro de 1997 a Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano para a pesquisa *Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

³⁹ Laerte Resende Bastos. Entrevista concedida em 1989 a Victor de Araújo Novicki. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

Retornando às considerações sobre o período pós-desapropriação, verifica-se a ocorrência de uma maior mobilização em Campo Alegre para a planificação do assentamento e da produção, recebendo ajuda da CPT/RJ e do Núcleo Agrário Fluminense (NAF).

Assim, outro ponto importante que se destaca nesse processo é o aparato que propiciou a resistência e a consolidação da ocupação e a permanência na terra, que se deu através da consolidação da ajuda que receberam não só do Governo Estadual, na figura do então governador Leonel Brizola, como também da Diocese de Nova Iguaçu e todo o seu aparato – como por exemplo Cáritas, Pastoral da Terra, Pastoral Operária e Comissão Justiça e Paz.⁴⁰

A ideia do governo do estado era fazer da ocupação um projeto de cunho político que visava o abastecimento da Baixada e do Rio de Janeiro – é importante ressaltar que a ocupação se desdobrou em outras, isto é, foi se ampliando às áreas vizinhas –, para isso era preciso de forte investimento em decorrência das distorções do solo. Logo, o assentamento recebeu os recursos necessários para o seu desenvolvimento, uma grande quantidade de calcário, para que fosse feita a correção dos solos, seis tratores e um caminhão, além de contar com a assistência técnica da Emater.

O que chama bastante atenção em Campo Alegre é a ausência de entidades mediadoras que são comuns nas lutas fundiárias nos demais estados. O MST não participou das ocupações, tendo se aproximado desse movimento apenas após sua consolidação, e, mesmo assim, com atuação considerada inexpressiva. Os participantes do movimento também não consideravam o Sindicato dos Trabalhadores Rurais seu interlocutor. Assim,

Do ponto de vista sindical, havia uma certa recusa às ocupações, que ocorriam alheias à sua intervenção. [...] Por outro lado, do ponto de vista sindical, a criação de associações nos assentamentos era vista como uma forma de marginalizar o sindicato e manipular recursos (MEDEIROS; LEITE, 2002, p. 68-69).

O STR de Nova Iguaçu esteve afastado do processo de ocupação de Campo Alegre. Contudo, aproveitando-se de uma intervenção que ocorreu nesta entidade, as lideranças da ocupação, após sua consolidação, se envolveram na disputa e assumiram a sua direção. A atuação da nova direção se viu comprometida na medida em que se

⁴⁰ Geraldo Carlos Machado. Entrevista concedida em 02 de março de 1998 a Leonilde Servolo de Medeiros para a pesquisa *Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

acirraram as disputas entre as lideranças. Desse modo, o que podia fazer do STR um notável aliado dos assentados acabou não prosperando.

Uma questão que não deve ser esquecida é a violência que permeou a luta pela terra nessa localidade aqui estudada, violência cometida não só por grileiros contra os ocupantes, mas também resultado de brigas internas dentro das Associações lá existentes, principalmente entre as lideranças.⁴¹

Segundo entrevista realizada com Alexsandro Batista dos Santos, que pertenceu à Associação dos Camponeses e Produtores da Fazendinha – área esta caracterizada pela grande produção de quiabo, aipim, maxixe, abóbora e arroz que eram escoados para o Ceasa – as conquistas foram fruto de muita luta.⁴² Assim, as famílias mantiveram-se na área sobrevivendo através da produção agrícola. Além disso, nos primeiros momentos da ocupação recebeu ajuda e doações da comunidade por intermédio da Diocese e da Paróquia Nossa Senhora da Conceição (situada em Queimados).

No final da década de 1990, a situação de Campo Alegre ficou muito difícil, sem apoio do governo do estado e da Prefeitura. De modo geral, eram constantes as reclamações dos moradores de que os políticos só apareciam na região em época de eleição, fazendo inúmeras promessas que nunca se concretizavam.

O Mutirão continuou recebendo auxílios posteriores – como equipamentos e auxílio técnico – no intuito de terem as condições necessárias para viverem de forma autônoma.⁴³ Contudo, ao mesmo tempo, não houve uma valorização pelos assentados em relação aos vários benefícios recebidos. Na medida que tinham caráter assistencialista, os mesmos viam aquilo como algo “dado” e não como fruto de muita luta. À medida que esses auxílios – créditos, verbas destinadas à elaboração e desenvolvimento de projetos, equipamentos –, não eram utilizados para a real finalidade a que eram destinados, gerava-se um descrédito da ocupação perante os agentes externos.⁴⁴ Assim, de acordo com

⁴¹ Mariela Conceição Rosa. Entrevista concedida em 1999 a Leonilde Servolo de Medeiros para a pesquisa *Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁴² Alexsandro Batista dos Santos. Entrevista concedida em 04 de março de 1998 a Leonilde Servolo de Medeiros. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁴³ Luís de Marapicu..Entrevista concedida em 17 de outubro de 1997 a Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano para a pesquisa *Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁴⁴ Mariela Conceição Rosa. Entrevista concedida em 1999 a Leonilde Servolo de Medeiros para a pesquisa *Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep. A entrevista está no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

Medeiros e Leite (2002), a identidade do assentamento é forjada a partir da resistência em relação ao confronto com o Estado, e não a partir de ligações de origem.

Segundo Medeiros e Leite (2002), em 1989, apenas cinco anos após a ocupação, já se notava uma grande evasão, restando apenas cerca de 20% a 25% dos ocupantes iniciais. Isso se deu em decorrência da necessidade de grandes investimentos para tornar os lotes produtivos – por conta do seu tamanho e da qualidade do solo – e a falta de experiência agrícola dos assentados. Assim, “as pessoas acabaram voltando para os centros urbanos ou a própria proximidade com a cidade favoreceu a possibilidade de manter dupla atividade, como camelô, construção civil etc.” (MEDEIROS; LEITE, 2002, p. 73).

Ainda de acordo com Medeiros e Leite (2002), entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, apenas pouco mais da metade dos lotes de Campo Alegre mantinham atividade voltada para o setor agrícola, o restante havia sido abandonado ou servia como sítios de recreio. Além disso, houve um esfriamento da forte mobilização que marcou os momentos iniciais do assentamento, exceto quando o que estava em jogo tinha relação com a titulação da terra.

3.5 Desapropriação da Regional Marapicu

Marapicu foi a penúltima regional do Mutirão Campo Alegre a ser ocupada e a primeira a ser regulamentada e seus ocupantes terem a titulação da terra. Sua ocupação ocorreu no dia 31 de março de 1985, por um grupo composto por aproximadamente 110 famílias excedentes de Campo Alegre. Essas pessoas tinham perfil parecido com as das outras regionais –trabalhadores urbanos sem experiência com a terra, desempregados e migrantes de áreas rurais que encontraram nas ocupações uma possibilidade de conquista da terra. Segundo Souza (2013), o processo de ocupação se deu de forma pacífica e não houve perseguições de grileiros e nem por parte do Estado.

Na localidade referente à ocupação de Marapicu, já havia desde o início dos anos 1980 um conjunto habitacional construído pela Companhia Habitacional (Cohab). Conjunto este que foi invadido pela população que morava nas redondezas, carentes de estrutura urbana básica, denominando-se como Bairro Aliança. De acordo com Souza (2013), não havia nenhum tipo de relação com o movimento de ocupação de terras que estava acontecendo naquela mesma época.

Diferente das terras das demais regionais de Campo Alegre, a área de Marapicu, que fazia parte da Fazenda Boavista, não estava inserida no processo de desapropriação do governo do estado do Rio de Janeiro, como as outras regionais, pois se encontrava sob propriedade do Banco Nacional de Habitação (BNH).⁴⁵ Assim, “o movimento de Marapicu teve que mudar sua esfera de diálogo, tendo saído do poder estadual e indo para o federal” (SOUZA, 2013, p. 53). A primeira proposta feita pelo BNH era de que os novos ocupantes pagassem pelos lotes ocupados. Entretanto, o movimento de ocupação da área se recusou a aceitar tal proposta, na medida em que o objetivo principal era que as terras em questão fossem destinadas à reforma agrária. As negociações só cessaram em 1986, quando, com a extinção do BNH, a responsabilidade sobre o local foi transferida para a Caixa Econômica Federal. A partir daí as negociações passaram a ser feitas pela Caixa, juntamente com o Incra. O governo Brizola também foi um grande aliado nesta luta. É nesse contexto que a região de Marapicu foi transformada em assentamento municipal. Nas próximas páginas mostraremos como isso foi possível.

De um modo geral, as lideranças das demais regionais de Campo Alegre não estiveram inseridas nesse processo, mostrando-se desinteressadas, como afirma Souza (2013). Segundo o autor:

O posicionamento era a favor de que as famílias saíssem da área por causa do impasse, já que, no movimento Campo Alegre, havia uma forte articulação política com o governo Brizola, em que a estratégia política era de que as terras teriam que ser dadas pelo governo estadual (SOUZA, 2013, p. 53).

Houve ainda uma proposta para que as terras fossem compradas pelo estado e se transformasse em uma agrovila. Também nos primeiros anos da ocupação houve iniciativas de construção de escola, creche comunitária, além da presença de agentes comunitários de saúde, que atendiam toda a área referente à Campo Alegre.⁴⁶ Entretanto, como aponta Souza (2013), “a iniciativa foi fracassada devido ao desinteresse das lideranças de Campo Alegre, que desarticulavam dadas iniciativas” (SOUZA, 2013, p. 53).

Na tentativa de solucionar os conflitos internos do complexo de regionais que englobavam toda a área ocupada, as principais lideranças de Campo Alegre decidiram

⁴⁵ Maria Auxiliadora. Entrevista concedida em 17 de outubro de 2018 a Lígia Maria de Oliveira Nonato.

⁴⁶ Maria Auxiliadora. Entrevista concedida em 17 de outubro de 2018 a Lígia Maria de Oliveira Nonato; Débora Figueira. Entrevista concedida em 28 de julho de 2019 a Lígia Maria de Oliveira Nonato; Sônia Martins. Entrevista concedida em 28 de julho de 2019 a Lígia Maria de Oliveira Nonato.

por não participar mais das negociações da questão fundiária de Marapicu. É dentro desta lógica de ruptura representativa que Marapicu resolveu criar, em 1985, ou seja, logo após a ocupação, sua própria associação, a Associação Mutirão de Marapicu, “para ter um marco jurídico próprio e não ser refém dos interesses das lideranças do acampamento” (SOUZA, 2013, p. 53). Entretanto, “em nível de articulação política, mantiveram-se sempre próximos e atuantes na região” (SOUZA, 2013, p. 53), inclusive, algumas das lideranças de Marapicu foram bastante atuantes na Uamca, tanto na esfera da representação política local, como na elaboração e execução de projetos e no pleito de investimentos para a agricultura junto ao governo federal.

A partir da criação da Associação Mutirão Marapicu, foram estruturados coletivos de apoio à produção agrícola da ocupação. De acordo com Souza (2013):

A primeira direção da associação tinha grande preocupação com os repasses de lotes. Desta forma, elaboraram controle e fiscalização sobre essa questão, de maneira a manter a luta e impedir a venda de terras da ocupação, tanto para grilagem como para outros fins. A associação mantinha aproximadamente dez lotes como áreas coletivas, de modo a desenvolver cursos de formação e projetos para a comunidade, mantendo, assim, a unidade interna para manter a luta e a permanência na terra (SOUZA, 2013, p. 54).

Ainda nos primeiros anos da ocupação, Marapicu se destacou como uma das principais produtoras de quiabo do estado, tornando-se uma das áreas com maior potencial de investimento agrícola. Ainda segundo Souza (2013):

Os principais projetos que se inseriram em Marapicu nos primeiros anos de ocupação foram os projetos de fim social do governo federal, que auxiliaram a infraestrutura agrícola local, com a compra de equipamentos individuais, como coletivos (trator). Em seguida, receberam por meio de sua vinculação à UAMCA investimentos do PROCERA e, em seguida, do ACRA, todos ainda na década de 1980. (SOUZA, 2013, p. 54)

No final da década de 1980, com a sucessão do grupo político de assentados que até então liderava a associação, Marapicu passou por um processo de desarticulação interna. O grupo que a partir daí começou a liderar a área passou a orientar as demandas por outros caminhos, diferentes do projeto original proposto pela associação no momento da sua criação. A regulamentação fundiária da Regional não fazia parte dos principais interesses desse grupo, logo, não envidavam esforços para que isso ocorresse, além de facilitarem e legitimarem as vendas dos lotes para terceiros, o que por muitas vezes se tornou um problema em todo o Mutirão, já que muitos dos que compravam a posse da

terra tinham interesses que divergiam dos daqueles que já estavam ocupando. Souza (2013) diz que:

As atuações desse grupo se deram de maneira a liberar o repasse de lotes e o pouco interesse na busca pela regulamentação fundiária junto aos órgãos responsáveis. Aos poucos, o sentido mobilizador da comunidade foi se perdendo, dando lugar a uma desmobilização da comunidade (SOUZA, 2013, p. 54).

Ainda no fim dos anos 1980, o processo de regulamentação fundiária de Marapicu, que deveria ser encaminhado para que o Presidente da República pudesse assinar, acabou desaparecendo. Até que em meados da década de 1990, quando uma nova diretoria assume, a associação consegue encontrar o processo nos arquivos do extinto BNH e do Incra.

Segundo Souza (2013):

Essa conjuntura se dá em um período de intenso processo de emancipações e perdas fiscais para o município de Nova Iguaçu, que levaram a lógica da gestão municipal a optar por uma alternativa urbana de arrecadação. Assim, Nelson Bornier [prefeito de Nova Iguaçu na época], mediante o plano diretor, determina todo o território de Nova Iguaçu como urbano, apoiado no crescimento urbano e nas áreas novas a serem exploradas com a cobrança do IPTU. Tal determinação político-territorial desarticulou o processo de assentamento, impedindo a titulação das terras, pois estas só seriam transformadas em assentamentos de Reforma Agrária se estivessem dentro de um perímetro rural (SOUZA, 2013, p. 56).

Ao longo dos anos, a situação referente à regulamentação fundiária da área foi ficando cada vez mais complexa, já que a prefeitura cobrava IPTU da Caixa Econômica Federal, considerando que a área estava legalmente sob sua propriedade.

É a partir da construção de um novo Plano Diretor, em 2008, que o município se insere numa nova dinâmica de reconhecimento das áreas rurais e de suas demandas e necessidades, na medida em que o território passava a ser reordenado. Isso possibilitou que fosse feito um acordo entre as famílias de Marapicu, o Incra e a Prefeitura para que a titulação fosse dada pelo município, contando com o apoio técnico e financeiro do Incra.

Ainda como apontado por Souza (2013):

Além da inclusão das zonas rurais, a prefeitura promoveu a isenção do IPTU em débito por parte da Caixa Econômica, para que se pudesse ser liberada a regulamentação fundiária da área, em que o valor girava entorno de cem mil reais devido ao acúmulo dos anos que se deram o impasse da transformação do município totalmente como urbanizado (SOUZA, 2013, p. 55).

Contudo, toda a burocracia imposta pela prefeitura e a falta de corpo técnico acabaram fazendo com que não só o processo de regulamentação fundiária fosse atrasado mais uma vez, como também fez com que perdessem uma série de investimentos orçamentários destinados às políticas de Reforma Agrária e de Agricultura Familiar.

É apenas na gestão da substituta de Lindbergh Farias na prefeitura de Nova Iguaçu, Sheila Gama, que o processo da titulação da terra foi encerrado, na medida em que:

Esta executa os processos de regulamentação fundiária de 55 famílias do assentamento, com uma atuação direta da secretaria municipal de Meio Ambiente e Agricultura do Município, onde houve a inserção de um corpo técnico qualificado e consciente às demandas da agricultura familiar do município e sensíveis às lutas de Marapicu (SOUZA, 2013, p. 56).

A luta dos trabalhadores rurais locais foi de extrema importância nesse processo. As ações mobilizatórias e a pressão que exerceram sobre o poder público, foram fundamentais para que houvesse uma resolução favorável aos assentados no processo de regularização fundiária da regional.

3.6 Campo Alegre na atualidade

Desde a década de 1990, o Mutirão Campo Alegre se encontra dividido entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados. A atuação dos ocupantes oriundos das primeiras famílias que ali se instalaram na década de 1980 é, sobretudo, na luta pelo reconhecimento das áreas rurais, que ainda sofrem com o forte processo de urbanização e desarticulação interna, principalmente na área que está localizada atualmente no município de Queimados – considerando que o município não reconhece a existência de suas áreas rurais e não possui políticas públicas que abranjam produtores agrícolas. Já o município de Nova Iguaçu tem buscado criar iniciativas que favoreçam os trabalhadores rurais, como é o caso da Feira da Roça, que acontece semanalmente na região central do município e esporadicamente em outros espaços públicos e privados.⁴⁷

Nos últimos anos, a área tem recebido apoio de movimentos sociais e algumas instituições, tais como a Emater-RJ, MST-RJ, a CPT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu (com atuação irrisória), Escola de Serviço Social de UFRJ e do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ.

⁴⁷ Atualmente algumas edições da Feira da Roça estão acontecendo no Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situado em Nova Iguaçu, e no Shopping Nova Iguaçu.

A presença dos agrônomos Emater-RJ no Mutirão consiste, basicamente, na tarefa de prestar assistência técnica aos ocupantes da área, junto aos técnicos agrícolas do Iterj. Além disso, o Iterj é responsável por ceder equipamentos (que estão sob os cuidados a Associação Geral dos Trabalhadores Rurais do Mutirão Campo Alegre) para a manutenção das atividades voltadas para a produção agrícola nos lotes.

Entretanto, a presença das outras entidades políticas e educacionais incidem pouco sobre a dinâmica do assentamento, na medida em que atinge poucas famílias e, muitas vezes, apenas regionais específicas. É o caso da inserção do MST-RJ, que se faz presente apenas na regional Mato Grosso, onde mantém como ponto de referência o sítio de uma família ocupante da área.⁴⁸ Além do movimento ter pouco poder de mobilização na localidade, atingindo apenas alguns poucos jovens, muitos de famílias que chegaram à ocupação no seu momento inicial.

Em entrevista realizada com a agrônoma da Emater⁴⁹, responsável por acompanhar a região e com uma moradora de uma das regionais na qual o MST-RJ não tem inserção – a regional Chapadão, localizada no município de Queimados –, ambas chamam atenção para a pouca inserção do MST na região e atribuem tal comportamento à dificuldade que o movimento apresenta em compreender a dinâmica própria impressa nas áreas rurais do estado do Rio de Janeiro, que não reproduzem o modelo sulista do modo de vida camponês com o qual estão familiarizados.

Já o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu tem como principal impedimento na sua atuação as próprias disputas internas, que impedem de ter articulação política suficiente para acompanhar as áreas rurais do município.

Assim, os maiores parceiros do Mutirão Campo Alegre atualmente têm sido a CPT, por meio das assessorias e parcerias com as universidades que auxiliaram na reestruturação da Associação dos Trabalhadores Rurais do Mutirão Campo Alegre, no ano de 2013, e alguns professores de universidades federais que desenvolvem atividades e cursos de formação dentro do assentamento. Nesse contexto, as Universidades e seus núcleos de pesquisa e extensão têm atuado no sentido de fornecer formação agroecológica e política, através de cursos de extensão que são oferecidos no próprio Mutirão e como mediador no processo de escoamento da produção, que se dá por meio das feiras de

⁴⁸ Essa família cedeu uma casa no seu sítio para a juventude que faz parte dos quadros do MST no assentamento, o espaço serve como biblioteca e para reuniões destes jovens.

⁴⁹ Mariela Conceição Rosa. Entrevista concedida em 05 de maio de 2019 a Lígia Maria de Oliveira Nonato e Gisela Figueiredo Martins.

produtores locais promovidas pelas próprias instituições dentro dos espaços das Universidades.

A titulação da terra ainda continua sendo um grande impasse. Segundo o próprio Iterj, em reunião com os moradores no início do ano de 2019, o maior entrave na titulação da terra se dá por conta dos múltiplos donos.⁵⁰ Segundo Maria Auxiliadora, em entrevista concedida em 2018, em Campo Alegre há não só terras de empresas de loteamento, mas também uma fazenda pertencente ao Banco Itaú e à Atlântica Seguros. O maior problema é que o Estado hoje não possui condições financeiras para indenizar os ditos proprietários da terra.

Além disso, muitas famílias que hoje estão na área não estão aptas a ganhar a titulação da terra de acordo com o que impõe a Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, à qual se referem os artigos 184 até o 191 do Capítulo III da Constituição Federal de 1988. Política esta que diz respeito à desapropriação para fins de Reforma Agrária e de cumprimento da função social da propriedade rural, como por exemplo, manter níveis satisfatórios de produtividade. Contudo, é importante salientar que a dificuldade para se manter na terra, por diversos motivos, tais como falta de recursos para produzir e até mesmo a própria ausência da titulação, faz com que os níveis de produtividade se mantenham baixos, fazendo com que muitos recorram a atividades remuneradas no meio urbano para obter renda.

Além do conflito pela titulação da terra, também há disputas de espaço com empresas que vêm adentrando na área, na medida em que os municípios seguem passando por um forte processo de urbanização e industrialização, os quais têm como resultado implementações de ações políticas que restringem e inviabilizam a permanência das pessoas nessas áreas. É o caso do município de Queimados, que vem investimento cada vez mais na ampliação do seu polo industrial, que faz divisa com uma das regionais do assentamento. Além de outras empresas terem utilizado mecanismos legais para fazerem uso de parte das terras de alguns sítios nas demais regionais.

Empresas, como por exemplo, a Linhas de Taubaté Transmissoras de Energia, têm feito instalações de torres de energia elétrica em alguns sítios, ocupando cerca de 60% do lote, além de causar impactos ambientais, sociais e à saúde das pessoas da região. A instalação dessas torres muitas vezes acontecem de forma equivocada. Considerando que

⁵⁰ Entre o final do ano de 2018 e início do ano de 2019 o Iterj realizou uma série de reuniões em algumas das regionais do Mutirão Campo Alegre como resultado da proposta de fazer a regulamentação fundiária dessas áreas. A partir dessas reuniões foi iniciado um processo de mapeamento topográfico da região.

muitos moradores possuem baixo nível de conhecimento acerca dos processos legais que isso envolve, muitas vezes assinam a documentação que permite a instalação desses equipamentos com uma promessa de pagamento de indenização consideravelmente inferior à que realmente deveria ser paga; ou, ainda, são ameaçados ou coagidos a assinar a autorização de entrada da empresa no lote.

Contudo, neste processo, especificamente, têm contado com o auxílio da CPT, do Iterj e de um advogado ex-funcionário da empresa Linhas de Taubaté Transmissoras de Energia, para solucionar os possíveis entraves burocráticos a fim de impedir a entrada empresa e conseqüentemente a instalação de seus equipamentos em mais lotes, bem como nos casos de autorização já ter sido assinada conseguirem indenizações condizentes com a área ocupada pelas torres no lote.

Outro problema é o das pessoas que têm sítios apenas para lazer, o que, por sua vez, dificulta o reconhecimento político e social do local como área de produção agrícola. Os proprietários de sítios de lazer não conseguem se inserir na dinâmica local e, muitas vezes, a atrapalham, na medida em que suas demandas para a área são distintas das daqueles que têm por objetivo usar a terra produzir. No geral, esses sítios que foram transformados em áreas de lazer, tiveram sua posse vendida pelos antigos ocupantes da terra que não conseguiram se manter no lote, por diversos motivos – tais como, a dificuldade de produzir e escoar a produção, a distância da parte urbana e a falta de estrutura da região em que o Mutirão está localizado.

Em suma, a relação entre o rural e o urbano, a especulação imobiliária, a urbanização e o processo de industrialização da Baixada Fluminense – que se configura como um projeto político que persiste há décadas na região –, aliados à dificuldade de articulação, mobilização interna, escoamento da produção e o conseqüente abandono do Estado, ainda são fatores eminentes que dificultam a permanência na terra e que fizeram com que ao longo das últimas décadas muitos dos ocupantes dos anos iniciais não continuassem na área.

Atualmente, a maioria das pessoas que lá vive chegou nos últimos anos, em espacial na última década, permanecendo apenas poucas famílias dos anos iniciais. As características dos novos posseiros variam, desde pessoas buscam o lugar apenas para moradia, outros para sítio de lazer e alguns ainda para a produção agrícola, além de serem pessoas vindas não só de outros lugares da Baixada Fluminense ou até mesmo do próprio

município, como também de outras regiões do país. É deste modo que Souza (2013) afirma que:

Campo Alegre representou e ainda representa a oportunidade de retorno à área rural de trabalhadores com experiência urbana, que as buscaram não com a intenção de recriar um “modo de vida camponês”, mas de alcançar uma alternativa de sobrevivência mais estável, conciliando o trabalho agrícola com outras atividades ou rendas (SOUZA, 2013, p. 52).

É neste sentido que, em meados da segunda década dos anos 2000 há uma articulação interna para recriar a Associação dos Trabalhadores Rurais do Mutirão Campo Alegre, com a finalidade de atender as demandas locais.

Essa nova associação surge num contexto de aproximação da juventude local com o MST e no processo de formação desta mesma juventude através do curso de Licenciatura em Educação do Campo oferecido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pela primeira vez na história desse grupo uma mulher jovem assume a liderança local.⁵¹

Entretanto, as dificuldades impostas pela dinâmica local na qual está inserida, a dificuldade de se articular com outros movimentos sociais e instituições nos primeiros anos da ocupação, além da dificuldade se articularem coletivamente, junto à negligência do Estado, fez com que Campo Alegre não avançasse nas últimas décadas.

⁵¹ Sônia Martins. Entrevista concedida em 28 de julho de 2019 a Lígia Maria de Oliveira Nonato.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo construir uma análise sobre as origens das lutas sociais e conflitos fundiários, com finalidades tanto urbanas como rurais, na Baixada Fluminense, durante o século XX, que ocorreram em contextos de grandes transformações socioeconômicas no Brasil, bem como a visibilidade que as lutas pelo terra e acesso de outros recursos produtivos tiveram durante os dois momentos históricos que marcam períodos de redemocratização do país.

Assim, no decorrer do século XX, os processos de industrialização, modernização e urbanização estiveram atrelados a uma forte tendência especulativa e acabam por atingir também o meio rural. No caso da Baixada Fluminense não é muito diferente, levando em consideração que seu processo de urbanização – o qual teria relação direta com o início das lutas no campo fluminense – sempre esteve atrelado ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, o que desencadeou um processo de decadência da produção agrícola, ainda na primeira metade do século XX, em meados da década de 1940. Entretanto, aqui, esta ideia de decadência da produção agrícola na região Fluminense é relativizada, na medida em que não significa o fim por completo da produção agrícola, mas apenas o desinteresse de grandes proprietários pela região.

Levando em consideração esses acontecimentos, é possível destacar também a ocorrência de muitos conflitos entre lavradores e proprietários e pretensos proprietários em decorrência de ações de despejos, problema muito comum no campo fluminense, ainda em meados do século XX. É em meio a esse cenário de conflito que o Partido Comunista (PCB) e setores da Igreja Católica se aliaram à luta do campesinato fluminense, com sua organização tomando forma através de mecanismos de resistência e com o debate sobre a reforma agrária voltando ao centro do debate político nacional. Tais lutas também levaram ao surgimento de algumas das principais lideranças que atuaram nessa região, como José Pureza, Bráulio Rodrigues e Manoel Ferreira de Lima.

Contudo, o golpe militar de 1964 faz com que as principais lideranças camponesas saíssem de cena e houvesse um recuo das lutas no campo. Além disso, a região passou por um processo de loteamento para fins urbanos.

A partir de 1978, com o início do processo de redemocratização do país, começaram a eclodir lutas camponesas, apresentando como motivação principal a situação socioeconômica dos trabalhadores nelas envolvidos, o que seria resultado da piora das condições de vida e da diminuição de ofertas de emprego ligados aos setores urbanos. É em função disso que ocorre uma grande incidência de ocupações de terra na Baixada Fluminense, muitas acontecendo como um retorno de áreas que foram ocupadas anteriormente e outras de novas áreas. Além disso, as ocupações tinham um caráter dúbio, na medida em que esse retorno ao meio rural, por parte de trabalhadores que há tempos teriam abandonado a lavoura e ingressado no meio urbano, não significava apenas uma vontade de viver do trabalho agrícola, mas de ter um espaço para moradia, como também de mesclar as duas realidades – urbana e rural.

O que de fato pode-se constatar a partir da pesquisa aqui desenvolvida é que é a partir da tomada de consciência como fruto de experiência de vida, trajetória e interesses comuns que se dá a efervescência de ocupações de terra no final da década de 1970 e início dos anos 1980.

Entretanto, a falta de estrutura nesses locais onde as ocupações ocorreram – que corresponde a ausência de saneamento, dificuldade para ter acesso a atendimento médico e escolas para as crianças e falta de transporte público para locomoção, dificuldade de escoamento da produção –, além de muitas das pessoas que ocuparam essas áreas terem interesses diversos na terra que não se restringiam somente ao seu uso para fins agrícolas, fizeram com que os ocupantes encontrassem dificuldades para manter objetivos comuns, criando assim uma identidade coletiva, o que fez com que muitos acabassem não permanecendo na terra. Esse é um dos principais fatores que dificultam ainda hoje a resolução do processo de regulamentação fundiária que beneficie os ocupantes.

Deste modo, as ocupações que ocorrem no cenário da Baixada Fluminense, a partir do final da década de 1970, apesar da sua dualidade de significado, objetivos e proposições, acabaram por ter uma conotação muito mais urbana do que rural, na medida em que para muitos fica evidente que uma maioria dos que delas participaram não tinham ambições voltadas para o cultivo e produção agrícola, permanecendo assim estas ocupações como uma expressão do desejo dessa maioria, refletindo no que essas áreas se tornaram ao longo dos anos, perdendo a sua conotação rural, não perdurando a cultura da produção agrícola nessas regiões, salvo em alguns poucos casos.

Assim, verifica-se a incisiva sobreposição das vontades individuais às práticas coletivas de cultivo e produção agrícola presentes nos processos de consolidação das ocupações na região da Baixada Fluminense. Isso inaugurou uma nova configuração na dinâmica dos assentamentos na região, com aspectos que oscilam entre o rural e o urbano.

Por fim, vale ressaltar como as ocupações das áreas de Nova Aurora e Parque Estoril, bem como Campo Alegre – caracterizada por ser uma das maiores ocupações de terra que já ocorreu no estado do Rio de Janeiro – conservam sua importância histórica na Baixada Fluminense. Elas abrem espaço para que os demais processos na região acabem por ter um caminho bem parecido, favorecendo muito mais uma ocupação propriamente para moradia do que para o cultivo e prática da agricultura, como ocorre, por exemplo, em áreas como Valença, Guandu, e Silva Jardim, além das chamadas ocupações de retorno⁵², como no caso de Pedra Lisa.

A área referente ao Mutirão Campo Alegre permanece sem sua situação fundiária ter sido regularizada, além de conter diversas problemáticas referentes à estrutura (falta de mobilidade/ transporte público, difícil acesso à educação e unidades básicas de saúde e ausência de saneamento básico). Muitos daqueles que participaram do momento inicial da ocupação não permaneceram nos lotes, além disso, dos que permaneceram, poucos conseguiram dar continuidade à produção agrícola – e mesmo os que permaneceram produzindo acabam não conseguindo viver exclusivamente desta atividade, considerando a dificuldade que encontram para escoamento da produção, bem como ao acesso à políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

⁵² Essas áreas haviam sido ocupadas anteriormente, em especial no período pré-1964. Com o golpe de 1964, muitas lideranças foram perseguidas – como citado em capítulos anteriores. Já no final dos anos 1970, com o início do processo de abertura política do país muitas das áreas que tiveram sua ocupação iniciada anteriormente voltam a sofrer processo de ocupação.

Referências bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A evolução do espaço agrário brasileiro fluminense. *GEOgraphya*, ano 7, n.13 fev. 2012.

_____. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA. 2003.

_____. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, 1997. (Dissertação de Mestrado)

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

AZEVEDO, Fernando Antonio. Revisitando as Ligas Camponesas. In: João Roberto Martins Filho. (Org.). *O Golpe de 1964 e o Regime Militar*. 2ª ed. São Carlos: Edufscar, v. 1, p. 27-38, 2014.

BASTOS, Gabriel Souza. Conflitos rurais em Nova Iguaçu: pontes entre o passado e o presente. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. *Continuidades e discontinuidades de conflitos fundiários em Nova Iguaçu e Japeri: Narrativas a partir de Pedra Lisa*. In Congresso ALAS, 31, Montevideo, 2017 - "Las encrucijadas abiertas de América Latina [Em linha]: la sociologia en tiempos de cambio: atas". Montevideo: ALAS, 2017. ISBN 978-9974-8434-7-9. p. 1-15

_____. *Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa*. Estudos Sociedade e Agricultura, fevereiro de 2017, vol. 25, n. 1, p. 179-207, ISSN 1413-0580.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. *“Luta-se pela terra livre” : resistência e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2018.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp. 2010.

_____. *A Escrita da história: novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

COMISSÃO DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO. *Relatório*. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à Reforma Agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

_____. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016.

DABUL, Lígia. *Um tanto da história de Xerém: análise social e eclesial*. In: Unidade e prática da fé: Pastoral Ecumênica da Terra. Rio de Janeiro: CEDI, 1987.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. *Revista Nera*, ano 10, nº 11, p. 8 a 32, julho/dezembro de 2007.

FERREIRA, Álvaro Mendes. Laudo histórico preliminar Campo Alegre. Rio de Janeiro: Iterj, 2018.

GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVI, nº 3, p. 291-314, jul.-set. 1954.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

_____. Levantamento dos Conflitos de Terra no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, 1990.

MACEDO, Marcelo Hernandez. As ocupações de terra no Rio de Janeiro na década de 1980. In: *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro, 2009.

MACHADO, Rubens da Mota. “As transformações nas terras do Morgado de Marapicu: um olhar sobre o caso das disputas na Fazenda do Sapê”. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471227167_ARQUIVO_RubensdaMotaMachado.pdf.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. LEITE, Sergio Pereira. Relatório da pesquisa: *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. Rio de Janeiro: FINEP/ UFRRJ/ CPDA, 2002.

MENEZES, Heloísa Regina Guimarães de. *Reforma Agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana*. 1991. Dissertação (Mestrado

em Desenvolvimento Agrícola) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MELUCCI, Alberto. *Movimentos sociais: questões conceituadas*. São Paulo: Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº 17, 1989.

MIRANDA, A. Direito agrário e o posseiro. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, 12(1-2), 2010. P. 113/123. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rfd.v12i1-2.11662>

MONTEIRO, Linderval Augusto. *Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação: a atuação política da Igreja Católica por meio do Jornal A Folha (1974-1981)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social e das Relações Políticas) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ ES.

NOVICKI, Victor de Araújo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987)*. 1992. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Recuperando o indivíduo no movimento dos sem-terra: o caso fluminense (1983-1987). *Estudos Sociedade e Agricultura*, 5, p. 58-72, nov. 1995.

PEDROZA, Manoela. *Sanear, despejar, resistir: Revisitando o debate sobre a luta pela terra nos sertões cariocas e na baixada fluminense nas décadas de 1940 e 1960*. *Ruris*, Volume 4, número 2, Setembro/2010.

_____. *Outro olhar sobre a urbanização, expropriação e ação política nos sertões cariocas (rio de janeiro, 1950-1968)*. *Tempos Históricos*, Volume 16, p. 247 – 273, 2º Semestre de 2012.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

PRUDENTE, Leticia Thurmann. *Interface Rural-Urbana: contribuições para o planejamento territorial no BR - caso do Assentamento Marapicu na RMRJ*. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária. O caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RIBEIRO, Adriana Maria. *Todo comunista tem de ir aonde o povo está: As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense na década de 1970*.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/ RJ (1956-1973)*. 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

_____. *Luta pela terra ao longo do caminho: a construção da Estrada Santo Aleixo-Piabetá e as mobilizações dos trabalhadores rurais no município de Magé/RJ. *Tempos Históricos*, Volume 22, 2º Semestre de 2018. p. 256-295.*

SANTOS, Raimundo dos; COSTA, Flavio Luiz de Carvalho. Camponeses e política no pré-64. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8, p.83-117. Abr. 1997.

SANTOS, Ulderico Pires dos. *O Usocapião. Doutrina, jurisprudência e prática*. São Paulo: Saraiva, 1983.

SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 2000.

SERAFIM, Adriana da Silva. *A missa da unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na diocese de Nova Iguaçu (1982)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, p. 107 a 142, 2008.

SILVA, Bráulio Rodrigues da Silva. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense: Bráulio Rodrigues da Silva*. Mauad X: Rio de Janeiro; EDUR: Seropédica, RJ, 2008.

SILVA, Gabriel do Nascimento. *Um atentado à paixão do povo: fé e política na evangelização da diocese de Nova Iguaçu nas décadas de 1960 e 1970*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Henrique Dias Sobral. *Uma semente no campo do Vargas: A questão agrária e social da colônia agrícola de Santa Cruz (1930-1945)*. 2012. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*.

_____. *Na trama da colonização: uma história social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro/ 1930-1968)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia)

– Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense*. Mesquita: Editora Entorno, 2011.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: Transformações sociais em Nova Iguaçu*. 1992. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUZA, Victor Tinoco de. *Sociabilidade e Território de Um Assentamento Rural Próximo à Área Urbana: Os Laços Entre o Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança*. 2013. 147 p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2013.

SÓTENOS, Abner Francisco. *O Movimento de Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Uma Crítica ao Pensamento de Althusser, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. As peculiaridades dos ingleses. IN: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). *E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Tradicion, Revuelta y Consciencia de classe*. Barcelona, ed. Critica, 1979.

Entrevistas

Alexsandro Batista dos Santos. Entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros. [04/03/1998]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

Débora Figueira. Entrevista concedida à Lúgia Maria de Oliveira Nonato. [28/07/2019].

Geraldo Carlos Machado. Entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros. [02/03/1998]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

João Bastos. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano. [1998]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

Laerte Resende Bastos. Entrevista concedida a Victor de Araújo Novicki. [1989/90]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987).

Luís de Marapicu. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros e Paulo Roberto Alentejano. [17/10/1997]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

Mariela Conceição Rosa. Entrevista concedida à Gisellane Figueiredo Martins e Lígia Maria de Oliveira Nonato. [05/05/2019].

Mariela Conceição Rosa. Entrevista concedida à Leonilde Servolo de Medeiros. [1999]. Rio de Janeiro: NMSPP - CPDA/UFRRJ. Entrevista concedida para subsidiar a pesquisa Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões econômicas, políticas e sociais.

Sônia Martins. Entrevista concedida à Lígia Maria de Oliveira Nonato. [28/07/2019].